



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades

Júlia Muniz de Alvarenga

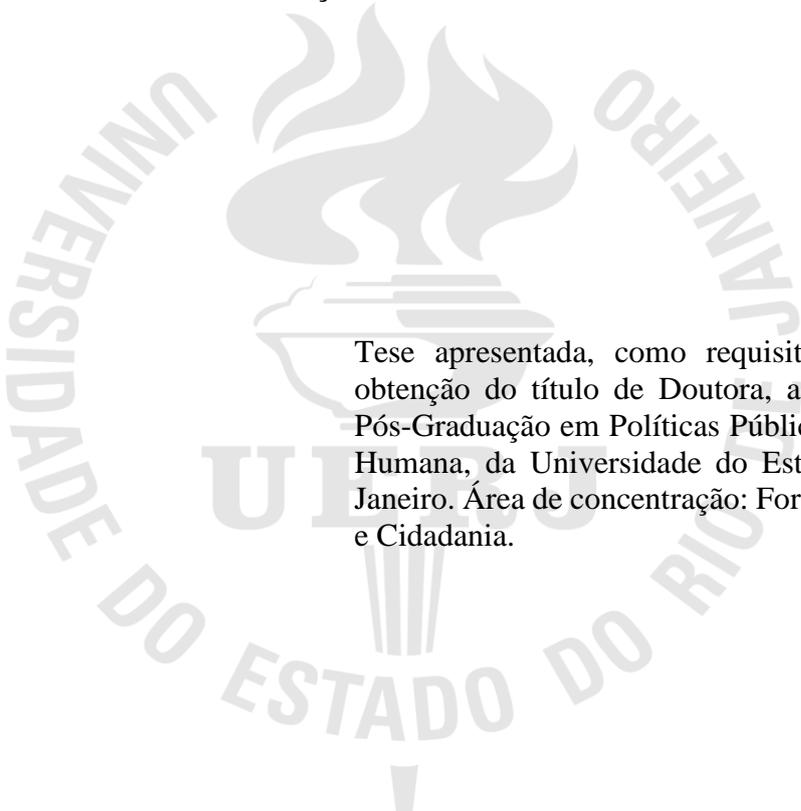
**Cartas para pensar: quem protege crianças e adolescentes trans e travestis  
nos serviços de acolhimento?**

Rio de Janeiro

2024

Júlia Muniz de Alvarenga

**Cartas para pensar: quem protege crianças e adolescentes trans e travestis  
nos serviços de acolhimento?**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Giovanna Marafon

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A473      Alvarenga, Júlia Muniz de  
            Cartas para pensar: quem protege crianças e adolescentes trans e travestis nos  
            serviços de acolhimento? / Júlia Muniz de Alvarenga. – 2024.  
            168 f.

            Orientadora: Giovanna Marafon  
            Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
            Centro de Educação e Humanidades.

            1. Pessoas transgênero - Teses. 2. Crianças e adolescentes - Teses.  
            3. Acolhimento – Teses. I. Marafon, Giovanna. II. Universidade do Estado do Rio  
            de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

ml

CDU 613.885

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Júlia Muniz de Alvarenga

**Cartas para pensar: quem protege crianças e adolescentes trans e travestis nos serviços de acolhimento?**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 07 de junho de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof.(a) Dr.(a) Giovanna Marafon (Orientadora)  
Centro de Educação e Humanidades

---

Prof.(a) Dr.(a) Teresa Paula Nico Rego Gonçalves  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.(a) Dr.(a) Jaqueline Gomes de Jesus  
Fundação Oswaldo Cruz

---

Prof.(a) Dr.(a) Tiago Ribeiro  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof.(a) Dr.(a) Esther Maria de Magalhães Arantes  
Faculdade de Educação - UERJ

Rio de Janeiro

2024

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta tese de doutorado a Anderson Herzer, em reconhecimento ao seu legado e a sua incansável luta pelos direitos de crianças e adolescentes que atravessaram as instituições de acolhimento. Assim como ele, expresso o desejo de um futuro em que crianças e adolescentes trans possam desfrutar de suas infâncias e adolescências com plena liberdade e respeito.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer as pessoas desobedientes que conheci antes e durante a escrita desta tese.

À professora Giovanna Marafon, minha maior inspiração de desobediência no campo acadêmico. Além de agradecer a sua orientação assertiva, sensível e incentivadora, gostaria de reconhecer a experiência enriquecedora de acompanhar suas aulas e participar do projeto de extensão GIRAS Fabulosas na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF- UERJ). Esta experiência me fez compreender a relevância e o poder transformador da comunicação na educação, tanto na escrita e escrita sonora, quanto em sala de aula.

Ao grupo de orientação e à GIRA, por me permitirem integrar, aprender e compreender que a vida é melhor quando compartilhada em coletivos, e por todas as trocas desobedientes com os feminismos plurais.

À professora Teresa Gonçalves, uma das maiores incentivadoras à desobediência na escrita, pelas sugestões primorosas sobre metodologias de pesquisa.

À professora Sara Wagner York, agradeço pelas muitas oportunidades de trocas, sempre de forma carinhosa, e pela gentileza das contribuições para a minha pesquisa.

Às novas pessoas integrantes da banca, professoras Esther Arantes e Jaqueline Gomes de Jesus, cujos trabalhos na Psicologia admiro há muitos anos, e professore Thiago Ribeiro por aceitar o convite para desobedecer conosco.

Aos movimentos transfeministas brasileiros, pessoas teóricas e ativistas, por me ajudar a construir uma análise crítica sobre a cisgeneridade e pensar outros mundos possíveis.

A Paul B Preciado, por sua desobediência, pelo deboche e por provocar tantas perguntas.

Às instituições da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes que tive oportunidade de conhecer e atuar e todas as pessoas que conheci nesses espaços.

Ao professor e amigo querido Auterives Maciel, por me apresentar as obras de Paul B Preciado.

Às amigas de longa e nova data, sempre presentes como rede de apoio

Ao Arthur Brigatto pelo suporte diário e por torcer sempre por mim.

À minha família (minha mãe Janine Muniz, meu pai Flávio Alvarenga e meu irmão Flávio Muniz), no meio dos desafios dos últimos anos, por seguirem me incentivando nas desobediências.

E agradeço à CAPES e à FAPERJ pelo apoio financeiro concedido por meio das bolsas de fomento, essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

O quadro ainda estava tão fresco. Talvez fosse melhor deixá-lo descansar um tempinho. Talvez fosse cedo demais, tinha acabado de sair das mãos de sua mãe, parecia errado ele ser exposto aos olhos dela sem ter um tempo para si. Só para existir, sabe, para ser. Para entender o que era. Todo mundo, tudo, merecia um tempo para ser. (Trecho do livro PET, de *Akwaeke Emezi*)

## RESUMO

ALVARENGA, Júlia Muniz. *Cartas para pensar: quem protege crianças e adolescentes trans e travestis nos serviços de acolhimento?*. 2024. 168 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A questão principal da tese foi motivada pela provocação de Paul Preciado na crônica “Quem defende a criança queer?”. Este trabalho utiliza a escrita epistolar, por isso é composto inteiramente por cartas direcionadas a diferentes destinos: pessoas leitoras, o Sistema de Justiça, crianças e adolescentes trans, personagens importantes na história dos transfeminismos brasileiros e profissionais do campo dos direitos de crianças e adolescentes. A pesquisa é fruto da análise de implicação das minhas experiências profissionais como psicóloga na rede de proteção de crianças e adolescentes, especialmente no Sistema de Justiça. O objetivo principal desta tese é convidar profissionais deste campo a refletir sobre como a cisgeneridade influencia os serviços de acolhimento, especialmente nos abrigos. Inspirada pelas contribuições valiosas de pessoas trans, a partir dos debates transfeministas que buscam romper com o modelo branco colonial capitalístico da binariedade de gênero, e com o diálogo interseccional entre raça, gênero e geração, a proposta é repensar o acolhimento de crianças e adolescentes trans e travestis e ampliar as perspectivas sobre infâncias e adolescências (no plural, devido às suas múltiplas vivências). Destaco ainda a importância da despatologização da experiência trans, defendendo uma abordagem da Psicologia alinhada aos princípios dos transfeminismos. Este estudo aposta na criação de práticas nos serviços de acolhimento mais inclusivas e respeitadas para crianças e adolescentes trans, promovendo uma abordagem sensível às suas necessidades.

Palavras-chave: Cartas. Serviços de acolhimento. Crianças e adolescentes trans. Cisgeneridade. Transfeminismo.

## ABSTRACT

ALVARENGA, Júlia Muniz. *Letters to Think: Who Protects Trans and Travestis Children and Adolescents in Shelters?*. 2024. 168 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The main question of the thesis was inspired by Paul Preciado's provocation in the chronicle “Who Defends the Queer Child?”. This work uses epistolary methodology and is therefore composed entirely of letters addressed to different recipients: readers, the Justice System, trans children and adolescents, important figures in the history of Brazilian transfeminisms, and professionals in the field of children's and adolescents' rights. The research stems from the analysis of my professional experiences as a psychologist in the child and adolescent protection network, especially within the Justice System. The primary objective of this thesis is to invite professionals in this field to reflect on how cisgender norms influence care services, particularly in shelters. Inspired by the valuable contributions of trans people and the transfeminist debates that seek to break away from the white colonial capitalistic model of gender binarism, and through the intersectional dialogue between race, gender, and generation, the proposal is to rethink the care of trans and transvestite children and adolescents and broaden the perspectives on childhoods and adolescences (in plural, due to their multiple experiences). I also emphasize the importance of depathologizing the trans experience, advocating for a psychological approach aligned with the principles of transfeminisms. This study aims to create more inclusive and respectful practices in shelters for trans children and adolescents, promoting an approach sensitive to their needs.

Keywords: Letters. Shelters. Trans children and adolescents. Cisgender norms. Transfeminism.

## SUMÁRIO

	<b>DESOBEDIÊNCIAS INICIAIS.....</b>	<b>09</b>
	<b>Roteiro das cartas.....</b>	<b>22</b>
<b>1</b>	<b>INSPIRAÇÕES PARA DESOBEDECER.....</b>	<b>29</b>
1.1	<b>Carta para pensar a cisgeneridade.....</b>	<b>30</b>
1.2	<b>Carta #1 para Paul B Preciado.....</b>	<b>36</b>
1.3	<b>Carta para Júlia Criança.....</b>	<b>40</b>
1.4	<b>Carta #1 para Sofia Favero.....</b>	<b>45</b>
<b>2</b>	<b>AS CONTRIBUIÇÕES DOS TRANSFEMINISMOS BRASILEIROS</b>	<b>56</b>
2.1	<b>Carta para Hailey Kass.....</b>	<b>57</b>
2.2	<b>Carta para Jaqueline Gomes de Jesus.....</b>	<b>63</b>
2.3	<b>Carta para Leonardo Peçanha.....</b>	<b>69</b>
2.4	<b>Carta para Leticia Nascimento.....</b>	<b>76</b>
<b>3</b>	<b>O CAMPO EM ANÁLISE: O CISTEMA DE JUSTIÇA E OS</b>	
	<b>SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO.....</b>	<b>80</b>
3.1	<b>Carta para o CISTema de Justiça.....</b>	<b>81</b>
3.2	<b>Carta para Anderson Herzer.....</b>	<b>94</b>
3.3	<b>Carta para Raphael Martins.....</b>	<b>100</b>
<b>4</b>	<b>A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA TRANS EM DISPUTA.....</b>	<b>106</b>
4.1	<b>Carta #2 para Sofia Favero.....</b>	<b>107</b>
4.2	<b>Carta para a criança Lucas.....</b>	<b>114</b>
4.3	<b>Carta para Sara Wagner York.....</b>	<b>116</b>
<b>5</b>	<b>CARTAS PARA ROMPER COM A P(CIS)COLOGIA.....</b>	<b>127</b>
5.1	<b>Carta para o adolescente James.....</b>	<b>128</b>
5.2	<b>Carta para Luciana Pantuffi.....</b>	<b>132</b>
5.3	<b>Carta para a criança Meyre.....</b>	<b>138</b>
5.4	<b>Carta para Céu Cavalcanti.....</b>	<b>139</b>
	<b>DESOBEDIÊNCIAS FINAIS.....</b>	<b>149</b>
	<b>Carta #2 para Paul B Preciado.....</b>	<b>150</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>161</b>

## DESOBEDIÊNCIAS INICIAIS

Caras pessoas leitoras da tese,

Vou começar esse diálogo com “boas-vindas” para tornar essa nossa empreitada inicial mais suave e acolhedora, mas me soou um pouco mentirosa essa premissa. Calma, terá acolhimento, mas não aquele suave, que te oferece café e biscoitos enquanto você descansa no sofá. Vou te convidar para fazer comigo o café e depois vamos caminhar e pensar junto às pessoas autoras que apresento no trabalho, pode ser? Nesse percurso o objetivo principal é o movimento do que sabemos e pensamos sobre cisgeneridade e transgeneridade. Questionar nossas práticas. Topa?

Acho importante contextualizar os momentos históricos e políticos que atravessaram a experiência do doutorado. Aliás, quantas coisas aconteceram nesses últimos 4 (quatro) anos. Se você também esteve no Brasil nesse período, deve concordar que, viver nesse país, não é para iniciantes. Desde o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016, vivemos tempos tenebrosos. Em 2020 quando iniciei o doutorado, após duas semanas de aula, foi decretada no Brasil a pandemia do vírus COVID-19. Um cenário de muito medo e tristeza para a maioria das pessoas, bem como de muita revolta pela condução assassina do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Que alívio poder falar dele no passado. A pandemia foi uma das muitas formas do governo anterior de matar e deixar morrer. Um ex-presidente racista, misógino, com ódio por homossexuais e pessoas trans, e que chegou ao poder utilizando notícias falsas como estratégia de campanha eleitoral.

Junto com a ex-ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, entre as polêmicas criadas, estava o ataque a profissionais da educação, com mentiras sobre uma prática de “ideologia de gênero” nas escolas e distribuição de “kit gay” para as crianças. De acordo com essas narrativas produzidas, crianças e adolescentes em dissidências de gênero e sexualidade são assim porque foram ensinadas por pessoas adultas nas escolas, por isso teria que haver uma fiscalização das práticas de ensino. Ou seja, nos 4 quatro anos desse desgoverno, muita violência foi incentivada e houve muitos retrocessos nas lutas do campo LGBTI+<sup>1</sup>.

Mas que bom que consegui finalizar essa escrita com um cenário político menos adoecedor. Em 2023, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu pela terceira vez a Presidência do

---

<sup>1</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros, Intersexo e outras dissidências sexuais e de gênero (LGBTI+)

Brasil. Um respiro. Diário Oficial da União do 06 de abril de 2023, a partir do Decreto nº 11.471, institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, ligado ao Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Importantes personagens das lutas LGBTI+, entre algumas pessoas autoras com quem dialogo na tese, ganham evidência.

Me recordo a emoção ao ver os registros compartilhados pela comunicadora e educadora Sara Wagner York, postada no dia 27 de janeiro de 2023 na rede social Instagram<sup>2</sup>, com a presença de quatro travestis da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) ocupando o MDH e, entre as fotos, uma com a sequência (da esquerda para a direita): Symmy Larrat Brito de Carvalho (Secretária Nacional do Conselho), Sara York, Keila Simpson, Silvio Luiz de Almeida (Ministro dos Direitos Humanos), Anielle Franco (Ministra da Igualdade Racial), Bruna Benevides e Deborah Sabara:

Figura 1– Entrega do Dossiê da ANTRA “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022” (2023) no MDH.



Fonte: Instagram de Sara Wagner York, 2023

Um passo importante foi dado e é um marco. Esse avanço reflete o reconhecimento por parte do governo federal, através de dois Ministérios - dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial -, da importância da ANTRA como uma instituição dedicada à defesa dos direitos das pessoas trans e travestis. Ao longo dos últimos quinze anos, a ANTRA tem conduzido

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Cn57cT3u\\_E9/?img\\_index=2](https://www.instagram.com/p/Cn57cT3u_E9/?img_index=2)

levantamentos de dados, denúncias e debates, mesmo diante da negligência estatal de promover e fazer um levantamento das políticas públicas. Além disso, esse marco ressalta a importância do debate interseccional ao envolver também o Ministério da Igualdade Racial.

Porém, de acordo com Bruna Benevides (2023) e o dossiê da ANTRA “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022”, entregue na ocasião do registro fotográfico, o Brasil segue sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. Não podemos nos acostumar com esse dado e precisamos romper com o processo de mortificação, para contar as outras histórias: de pessoas trans que resistiram, resistem e que revolucionam com suas existências. Por isso, precisamos caminhar muito para ter cada vez mais representatividade de pessoas trans e travestis na política, não só no Conselho específico dos Direitos Humanos, mas também incluídas em todas as pautas, bem como real investimento em políticas públicas que gerem segurança e autonomia para os corpos trans.

Seja no cenário de tanta dureza ou de uma alegria catártica por se livrar da dor anterior, a escrita é urgente e a motivação para seguir com a investigação da tese, resistiu. O título da tese anuncia uma das principais inspirações da pesquisa: a crônica “Quem defende a criança queer?” (2020) de Paul B. Preciado. Além de adorar o estilo de escrita de Paul, o texto suscitou importantes questões para pensar as dissidências de gênero e de sexualidade no encontro com as infâncias e adolescências e contribuiu para a construção do meu problema de pesquisa que é investigar quem protege crianças e adolescentes trans e travestis nos serviços de acolhimento, especialmente nos chamados abrigos.

É importante explicar como essas instituições integram a rede de proteção de crianças e adolescentes. Os serviços de acolhimento acolhem provisoriamente crianças e adolescentes com medida protetiva estipulada pelo CISTema de justiça, em função de alguma suspeita de violação dos seus direitos, até que seja realizado um trabalho por parte das equipes técnicas desses serviços, dos equipamentos da rede pública de saúde, assistência social, educação e da Vara de Infância e Juventude, visando à reintegração familiar e, quando esgotadas as possibilidades, a colocação em família adotiva. Não, você não leu errado. O termo “CISTema de Justiça” compõe uma crítica ao modelo adotado pelo sistema sexo-gênero dominante que pretende favorecer as pessoas cisgêneras, em detrimento das pessoas trans, dinâmica ainda predominante no sistema de justiça, como explicam e criticam Mário Soares Caymmi Gomes, Sara Wagner York e Leandro Colling (2022).

O racismo também persiste nas dinâmicas e decisões do judiciário. Dados do “32º Censo da População Infanto-juvenil Acolhida no estado do Rio de Janeiro” (2023), elaborado pela equipe do Módulo Criança e Adolescente (MCA)<sup>3</sup> do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), demonstram que 79,2% das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento no Estado do Rio de Janeiro são negras - pardas e pretas. Ou seja, para analisar o funcionamento dos serviços de acolhimento, é necessário desvelar as opressões que operam nesse sistema, e como elas se cruzam.

A questão principal da pesquisa é problematizar o acolhimento institucional de crianças e adolescentes trans, visando a criação de novas sensibilidades nesse campo para as infâncias e adolescências. Para isso, parte de experiências como estudante de psicologia e como psicóloga, entre 2011 e 2022, em diálogo com o mundo rígido do CISTema de justiça, mais especificamente na área dos direitos das crianças e adolescentes, com intervenções de pesquisa e trabalho em serviços de acolhimento, no Tribunal de Justiça e no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Em todas essas práticas tive a oportunidade de me aproximar da rede de serviços de acolhimento da cidade do Rio de Janeiro.

Um aspecto importante a ser esclarecido é a composição da rede de serviços de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro, a qual inclui 30 abrigos e 10 polos do Programa Família Acolhedora, ambos representando medidas protetivas de acolhimento (MCA, 2023). Os abrigos são residências com capacidade para até 20 crianças e adolescentes, com o acompanhamento de uma direção, coordenação, equipe técnica, educadoras/es e profissionais de serviços gerais. Por outro lado, o acolhimento familiar envolve o encaminhamento de crianças e adolescentes para lares de famílias credenciadas pelo Programa. Nesse caso, tanto as Famílias Acolhedoras, quanto as crianças e adolescentes e suas famílias de origem são acompanhadas por equipes técnica no espaço de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do território da família acolhedora.

Devido às distintas especificidades e complexidades desses modos de atendimento, a presente tese concentrará sua análise nas dinâmicas dos abrigos, dado que ainda representam a modalidade de acolhimento predominante na cidade. No entanto, é importante ressaltar que

---

<sup>3</sup> O MCA é um sistema online criado por integrantes do MPRJ e destinado a atender todos os órgãos da rede de proteção de crianças e adolescentes envolvida com as medidas de acolhimento e que tem a ficha cadastral, com a inclusão de documentos, de toda a população infanto-juvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro.

diversas análises podem ser igualmente aplicadas à rede de acolhimento de forma mais abrangente.

Analisando as dinâmicas institucionais, percebi, na minha formação e de outras(os) profissionais que compõem esse campo (psicólogas, assistentes sociais, operadores do direito, educadoras(es) médicos(as), entre outras), uma tendência a pensar a infância e a adolescência, como explica Megg Rayara Gomes de Oliveira, baseada em um “modelo - branco, cis heterossexual, magro, sem problemas de saúde física e mental e de classe média” (OLIVEIRA, 2020, p. 115). E percebi que a construção de um modelo único de infância gera diferentes níveis de resistência para lidar com as experiências que escapam desse enquadre, como, por exemplo, crianças e adolescentes trans.

Durante o processo de escrita da tese, no mês de junho de 2022, mês do Orgulho LGBTI+, entre as postagens da rede social Instagram, compartilhei na minha página a publicação divulgada pela colunista Ágata Pauer (2022), com a foto de duas crianças segurando um estandarte com a frase: “crianças trans existem”. Entre as curtidas e comentários, elenco aqui a resposta de uma amiga pedagoga à publicação: “polêmico”. Na ocasião, perguntei o porquê da afirmação e não tive até então uma resposta. Resgato esse episódio, pois ele não é incomum. “Crianças trans existem?” é uma pergunta frequente e que parece incomodar profissionais de diferentes instituições que atravessam a vida de crianças e adolescentes. E é sobre as reflexões, a partir do que vivenciei como profissional atuando no campo da infância e adolescência e das leituras de estudos de gênero, que quero conversar com vocês.

Entre os fatores que contribuem para o olhar para a infância como minoridade, estão o etarismo e a suposição de que as crianças passam por etapas de desenvolvimento, e, por isso, não poderiam falar por si mesmas. Para refletir sobre essas questões, é preciso problematizar a concepção de infância, como uma só infância, e a influência da Psicologia do Desenvolvimento nessa definição. Por isso, convido o poeta Manoel de Barros para caminhar conosco. Como narrou o professor Elton Luiz Leite de Souza (2022) em uma postagem do Facebook<sup>4</sup>, Manoel de Barros também se negava a pensar a vida de modo recortado, com as supostas “etapas da vida”, que tem como objetivo colocar a infância como minoridade. Ao contrário, para o poeta só existe infância, como compartilhou Elton, a frase de Manoel de Barros: “Só tive infância.

---

<sup>4</sup> Publicação realizada no perfil do referido professor e datada em 08 de agosto de 2022, em homenagem aos aniversários de 80 dos cantores Gilberto Gil e Caetano Veloso.

Nunca tive velhez. Só narro meus nascimentos”. É com esse espírito do poeta que seguimos questionando a concepção linear e desenvolvimentista da vida.

Esse movimento de separação da infância e adolescência das outras supostas “etapas da vida” não é à toa. No texto “Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura”, Lucia Rabello de Castro (2001) explica que a partir da compreensão da teoria que a infância é uma etapa da vida adulta, atuam sobre crianças e adolescentes normas sobre como devem ser no presente e no futuro. É necessário fazer uma crítica às construções do saber da Psicologia. A autora destaca como a norma psicológica atua definindo quais transformações devem ocorrer a cada período da vida, em uma lógica sequencial e evolutiva, tendo como base parâmetros morais que têm como foco adequar a pessoa aos valores que são considerados positivos pela sociedade e não a partir do interesse da criança e adolescente.

A dificuldade de reconhecer e acolher a existência de diferentes infâncias e adolescências se relaciona com o que Dilton Ribeiro Couto Júnior, Fernando Pocahy, Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald (2018) chamaram de “olhar adultocêntrico cisheterocentrado”, em que a pessoa adulta pressupõe que ela que sabe sobre a criança e o (a) adolescente e impõe a elas seu modo de entender o mundo, a partir de uma perspectiva cisheterocentrada. Por isso, um dos desafios desse trabalho é não ignorar as resistências, mas trazer para jogo o incomodo e pensar outras sensibilidades em relação às infâncias e adolescências.

Para enfrentar o que Sofia Favero e Pedro Ambra (2023) nomeiam de “pânico moral”, em que uma parte da população teme uma possível “epidemia trans”, é necessário questionar: por que a cisgeneridade se sente ameaçada pela existência de pessoas trans e tenta controlar desde a infância qualquer manifestação que escape da binaridade das normas de gênero dominantes? É importante questionar esses sentimentos de ameaça e pânico, por isso, a partir da análise das minhas experiências profissionais na rede de proteção de crianças e adolescentes, o objetivo principal da tese é realizar um convite a outras pessoas que compõem esse campo, a refletir sobre a cisgeneridade e para conhecer as expressivas produções e contribuições de pessoas trans.

Diferente de muitos estudos que colocam as pessoas trans como “objeto de estudo”, pretendo acender um refletor sobre a cisgeneridade. Cisgeneridade é um conceito estranho ainda para muitas pessoas. Se você é uma pessoa cis, talvez o exercício de nomear e estranhar a cisgeneridade seja novo para você. Como foi em outro momento para mim também. No início, após entender a explicação básica de que pessoas cisgêneras são pessoas que se identificam

com o gênero designado para elas no momento do nascimento e que pessoas trans não se identificam com o gênero designado no nascimento, como estabelecem os Princípios de Yogyakarta (2007)<sup>5</sup>, entendi que a minha experiência era marcada pela cisgeneridade, pois, na lógica binária de gênero, atendia em conformidade ao que se esperava de uma menina e de uma mulher.

A discussão que proponho na tese não se resume a essa distinção entre cis e trans, mas como muito bem explica Viviane Vergueiro Simakawa, no artigo “Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial” (2016), o conceito de cisgeneridade surge para questionar “a normatividade que organiza moralidades, famílias e também perspectivas assistencialistas, de tutela e sujeição sobre estas diversidades” (VERGUEIRO, 2016, p. 251). É por esse caminho que a investigação segue, ao entender a cisnormatividade como uma perspectiva que pressupõe a cisgeneridade como “normal”. Em contrapartida, o que está fora disso, é considerado “anormal” e, portanto, deveria ser normalizado, enquadrado/a/e em uma norma, como problematizou Michel Foucault (2008).

No entanto, essa análise não pode e não deve ficar restrita à cisnormatividade, ela deve ser estudada levando em consideração as intersecções de raça, gênero, geração, entre outros marcadores sociais. Leonardo Morjan Britto Peçanha (2021), importante teórico dos estudos sobre transmasculinidades negras, discute como o cruzamento de raça e gênero opera sobre o corpo negro trans. E destaca que “não se vence o racismo com transfobia nem transfobia com racismo” (PEÇANHA, 2021, p. 137). Examinar os marcadores sociais de modo isolado favorece a continuidade de opressões e privilégios, por isso precisamos complexificar a partir da análise interseccional.

Para esta análise, recorro às contribuições dos transfeminismos brasileiros. Como destaca Jaqueline Gomes de Jesus (2014), no texto “Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo”, a perspectiva do movimento transfeminista, a partir das experiências de pessoas trans, possibilita romper com essa rigidez da binariedade de gênero, que “sufoca pessoas de todos os gêneros e identidades sociais” (p. 244). A autora ressalta que o movimento transfeminista está sensível e se opõe às opressões que afetam os corpos que desafiam os padrões impostos pelo racismo e pelo sexismo. Percebo que ela nos convida a

---

<sup>5</sup> O Brasil é um dos países signatários dos Princípios de Yogyakarta. Este documento trata de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero.

refletir sobre como seria viver em um mundo menos hierárquico e opressivo, e como as abordagens transfeministas oferecem possibilidades de respiros.

Por exemplo, por ser lida como uma mulher branca cisgênera, essa condição me gerou muitos privilégios. Ao mesmo tempo coexistem as violências geradas pelo sexismo. Destacar essa localização racial e de gênero, contribui para a elaboração dos questionamentos sobre as estruturas de poder e para pensar como romper com elas. Depois que acessei os trabalhos de pessoas trans e não sobre pessoas trans, principalmente de pessoas transfeministas, surgiu o incômodo com esse modo binário de entender o gênero, mulher e homem. Nessa estrutura binária, só há uma forma de ser mulher e uma forma de ser homem. Você já parou para pensar nisso, pessoa leitora? Como sua vida foi atravessada por essas determinações do que é ser mulher e do que é ser homem?

Especialmente sobre essa determinação em relação ao que é ser mulher, Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021) ressalta a proposta do movimento transfeminista, que é romper com os universalismos e com ideias essencialistas da categoria social mulher, ampliando a perspectiva de gênero, ao incluir os diversos modos de experimentar as vivências de feminilidades e mulheridades. De modo semelhante, o transfeminismo das transmasculinidades, como mencionado por Leonardo Morjan Britto Peçanha, Anne Alencar Monteiro e Jaqueline Gomes de Jesus (2023) propõe uma reflexão sobre a multiplicidade de formas de vivenciar as masculinidades que vão além dos padrões tradicionais de homem, ultrapassando as referências meramente centradas na cisgeneridade.

Lembro de um convite para iniciar uma discussão sobre gênero com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial da cidade de Água Boa, no estado do Mato Grosso, feito por uma amiga psicóloga que atuou comigo no Ministério Público e que é supervisora de um dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade. Após o aceite e o agendamento para março de 2023, fui comunicada de que a proposta do debate de gênero mobilizou profissionais de outros serviços, pois, segundo os relatos, era um assunto novo para a maioria, e então foi reservada uma sala na Câmara de Vereadores para transmissão remota da minha palestra. Quando busquei compreender melhor quais questões de gênero atravessavam o contexto de quem participaria do encontro, informaram que, de modo mais amplo, a compreensão da transgeneridade e como atender pessoas trans eram as questões principais, relatadas como obstáculos nas dinâmicas institucionais.

Diante do desafio apresentado, não queria reforçar a ideia de que as pessoas trans são as/es/os outras/es/os diante das pessoas cis reconhecidas como “normais”, como muitas vezes é feito em atividades de formação de profissionais e não gostaria de resumir a complexidade do tema ao explicar os termos referentes ao que é Mulher Trans, Homem Trans, Travestis, Não binária, etc. Pensei em uma estratégia: colocar a cisgeneridade em análise desde o início na apresentação. Foi surpreendente. Participaram representantes dos CAPS, da Atenção Básica de Saúde, da Educação, do CREAS, da Penitenciária Major Zuzi Alves da Silva e do Escritório Regional de Saúde de Água Boa. A maioria das pessoas presentes (mulheres cis), surpresas ao perceberem como a cisgeneridade opera, conseguiram identificar alguns reflexos da estrutura binária e rígida de gênero nas suas práticas profissionais e na esfera pessoal de suas vidas. Nesse ponto, a partir do estranhamento que surgiu com a cisgeneridade, a transgeneridade deixou de ser tão diferente e assustadora.

As contribuições dos transfeminismos foram essenciais para ampliar meus domínios de existência e para romper com feminismos que tenham como compreensão um modelo único de feminilidade e masculinidade, portanto, opressor. Nas cartas que compõem os capítulos seguintes, o movimento se dá em diálogo com muitas pessoas transfeministas, espero que você siga comigo e conheça essas produções também.

Para a proposta de ampliação da discussão de gênero, é necessário pensar a comunicação. Comunicar não é algo simples e não basta querer, precisamos atentar para como estamos nos expressando e para quem estamos dirigindo nossas palavras. É nesse investimento de esforços para comunicar que me lanço no trabalho artesanal de pensar sobre diferentes modos e estilos na escrita acadêmica e as metodologias de pesquisa.

A ideia de escrever a tese com cartas surgiu de leituras e das discussões no grupo de orientação e foi ampliada no exame de qualificação. Eu não imaginava que cartas poderiam ser utilizadas para a metodologia de pesquisa. Quando propus escrever a carta para o grupo de orientação no início do doutorado, em 2020, tinha apenas a intenção de que esse recurso me ajudasse a organizar minhas ideias e me aproximasse das destinatárias. Naquela carta anterior, falei do meu desconforto ao me reencontrar com meu pré-projeto apresentado para a seleção do doutorado. Não em relação ao tema que apresentei, pois com o tempo faz parte do processo ser repensado após o acesso a novas bibliografias e com o avanço das discussões na orientação. Mas meu incômodo estava relacionado com a dificuldade de me reconhecer e gostar do modo como fiz a minha escrita.

O retorno das colegas após a leitura da carta expressou isso também, todas sinalizaram como fluíu a leitura da carta e como no pré-projeto a escrita estava mais truncada. No pré-projeto, apesar dos trechos com as narrativas dos encontros de trabalho com crianças e adolescentes também aproximarem as leitoras, quando me utilizava de conceitos era apresentado de modo à parte, sem tanto diálogo com aquelas narrativas. Esse é um dos meus desafios agora na tese, buscar uma conversa com as pessoas teóricas e seus conceitos, com as instituições e outras pessoas do campo, como se estivesse em um parque caminhando, buscando uma conversa. Talvez pretencioso esse desafio, mas vou tentar. E aqui reforço meu convite a você, pessoa leitora, para seguir junto comigo e com as pensadoras que vou apresentar no decorrer das cartas.

Uma crítica comum às cartas como recurso metodológico é o argumento que seria uma escrita informal. Curioso que um dos significados de informal é ser fora do convencional. Isso eu acho que o recurso da carta é mesmo, principalmente hoje em dia na área acadêmica, em meio a escritas tão rígidas. Contudo, não por isso deveria ser visto como uma escrita menor no meio científico. A não ser que se refira à ideia de minoria como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011a), não só pelo viés de quantidade em oposição à maioria, mas que se relaciona com um dos modos de entender a língua como uma “variação contínua”. É justamente essa a potência de uma escrita menor: não preocupada em estabelecer uma constância, contribui para o movimento e provoca diferentes experiências, tanto para quem escreve, como para quem lê. Nesse sentido, escrever com cartas pode ser uma escrita menor...

Os comentários de muitas colegas que leram algumas cartas que escrevi sobre a sensação de uma fluidez e que parece que foi uma escrita direta, sem interrupções, merece um destaque. É importante enfatizar que para construir essa fluidez, teve muita escrita, leitura, rescrita, novas leituras e montagens. Muitas pausas e retomadas, novas inserções e deslocamentos. Um fazer e um refazer de escritas e composições de escritas de modo constante ao longo do tempo do doutorado e da escrita da tese.

Na qualificação do doutorado recebi sugestões valiosas da professora Teresa Gonçalves para pensar a escrita e, para além disso, algo ainda pouco investigado, as composições de escritas. Entre as recomendações de leitura, foi indicado o trabalho “Montagem – por uma escrita em educação” (2020), de Elisandro Rodrigues, que coloca em palavras e aprofunda a discussão sobre o processo de montagem. Entre os seus relatos, bastante poéticos, Rodrigues (2020) sugere que a montagem não deve ser encarada como um mero agrupamento ou arranjo

de elementos, “mas está implicada na produção da diferença (...) criando e dando condição a uma legibilidade e uma visibilidade dos rastros, desses pequenos pedaços que estilhaçam o pensamento e montam outro” (p. 87).

A sensação de ausência de interrupção narrada pelas leitoras, não correspondia ao trabalho árduo e de constante movimento que vivi na elaboração das cartas. Por isso, preciso falar desse trabalho artesanal de composição de escritas. É importante contar os bastidores da produção.

Para a produção da tese com as cartas, como também sugerido pela professora Teresa Gonçalves, utilizei trechos de outras escritas (em formatos diferentes: diários de campo, textos para congressos e artigos), anotações de livros e nos livros, a dobra feita em alguma página do livro (muitas pessoas ficam assustadas quando veem meus livros cheios de dobras, mas faço isso sem dó), marcações nos textos eletrônicos e um quadro branco que comprei para a elaboração da tese, onde escrevo e apago propostas de organização das cartas e dos capítulos. Ou seja, é muito diferente de uma ausência de quebras, mas um constante montar e desmontar também.

Dentro das cartas também coexiste a Júlia que gosta de escrever cartas e a Júlia que circula nas redes sociais virtuais. Essa montagem, com recursos de tempos e temporalidades diferentes, é uma escolha política também. No artigo “Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais” (2012) de duas teóricas importantes do movimento transfeminista no Brasil, Hailey Kass e Jaqueline Gomes de Jesus, o texto revela o impacto e a importância no ambiente virtual, abrangendo blogs, páginas da web e, mais recentemente, plataformas de redes sociais, na propagação das ideias transfeministas. As autoras também destacam esse espaço como crucial para a construção da teoria transfeminista, cujas raízes remontam ao movimento de luta e resistência das pessoas trans, que muitas vezes estão no ativismo. Diante do exposto, também compõem a montagem das cartas: poesias, imagens, transcrições de falas em eventos, cursos e publicações nas redes sociais. É um importante destaque, pois descentra o lugar da academia como o único lugar de produção de conhecimento. Longe disso! Existem muitas ideias e produções artísticas construídas fora dos muros das universidades e isso muito me interessa.

Apesar da organização de um capítulo sobre o campo que está em análise na tese (o Sistema de Justiça e os serviços de acolhimento), inclusive com citações de situações registradas no diário de campo na carta para o CISTema de Justiça, as análises dessas

experiências profissionais vão atravessar reflexões de diferentes capítulos e cartas. A ideia é que não haja uma divisão entre discussão teórica e análise do campo. Para isso, a montagem permite unir e fazer diálogos entre teoria e prática.

Pessoa leitora, a ideia é romper com um único rumo de leitura da tese. O que quero dizer com isso? É que há um exercício de montagem para que não haja uma hierarquia entre as cartas e os capítulos, não tem uma obrigatoriedade de teoria ou carta para pessoas teóricas e experiência depois. Ou seja, você pode caminhar pela tese como for do seu interesse, pois na escrita busquei articular teorias e experiências, experiências e teorias.

As cartas que compõem a tese, além dessa primeira que foi escrita imaginando vocês, pessoas leitoras, serão destinadas a pessoas teóricas e ativistas do campo dos transfeminismos, à Júlia criança, às pessoas e instituições do campo dos direitos das crianças e adolescentes. Quero que você fique à vontade para uma leitura livre com as cartas. Por isso, ao final desse nosso primeiro diálogo, vou deixar com você um roteiro das cartas e qual o principal debate de cada uma delas, assim você pode decidir por onde começar e se mover com liberdade pelas cartas e entre elas.

Como já fui questionada algumas vezes, imagino que pode também ser uma dúvida sua: “Mas Júlia, por que escrever com cartas?”. Existem diferentes modos de pensar a escrita, infelizmente na área acadêmica uma delas impera e às vezes parece a única. Essa não me interessa. Inspirada no livro “Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia” (2014), organizado por Anita Guazzelli Bernardes, Gilead Marchezi Tavares e Marcia Moraes, encontrei na ferramenta da carta um meio de me expressar menos enrijecido. Essa carta, por exemplo, é um convite para que você tenha interesse em ler uma ou mais cartas da tese. Se eu conseguir isso, já valeu o esforço. Contudo, não foi só pensando em vocês, outro motivo que me fez optar pelas cartas foi também para tornar esse processo de escrita mais interessante para mim. A carta me conecta com a Júlia que desde criança gosta de escrever cartas. Criar personagens e imaginar quem é você, pessoa leitora, me ajuda a organizar as ideias e pensar como comunicá-las.

Aposto na escrita da tese de doutorado com cartas como uma política feminista, como também fez Bruna Moraes Battistelli (2022) na tese de doutorado com o título “Entre cartas e conversas: por uma Política de Pesquisa feminista e contra-colonial para a Psicologia Social”, a partir de um diálogo poético com autoras do feminismo negro e do sul global, como as

incríveis bell hooks e Gloria Anzaldúa. No trabalho, Basttinelli (2022) sugere a potência das cartas para transmissões contra-coloniais e cita, assertivamente, a carta de Esperança:

Aposto nas cartas como uma forma de escrevermos mais próxima da fala; já que podemos conversar por cartas e com elas esticar o tempo da presença. Voltando: tu já leu a carta de Pero Vaz de Caminha? E a da Esperança? Na primeira temos a versão do colonizador que nem se deu ao trabalho de disfarçar suas intenções por aqui (apropriação, morte, captura e controle), na segunda, Esperança nos conta uma outra versão de nosso país, nos conta a vivência de alguém que experienciou a maior atrocidade da história do que convencionamos humanidade: os processos de sequestro e escravização da população negra. A carta de Esperança conta sobre alguém que não se calou. E aí? Preferimos homens colonizadores e seus rastros de morte? Ou mulheres insurgentes em suas necessidades de acolhimento e cuidado com a vida? Apostar em Esperança como referência neste trabalho é assumir a responsabilidade com a tessitura de outros mundos, de novos mundos (...) (BATTISTELLI, 2022, p. 143)

A partir da inspiração na Esperança de não (se) calar, nas cartas também busco comunicar e subverter as lógicas coloniais. Você também pode estar se perguntando: qual o ponto de encontro entre a discussão de gênero na infância e adolescência e a metodologia de pesquisa com a escrita de cartas? Para te responder resgato o verbo apresentado por Debora Diniz e Ivone Gebara (2022) no livro “Esperança Feminista”: DESOBEDECER, que, segundo as autoras, “é infringir ordens dadas, costumes, tradições, leis que se pretendem reguladoras de comportamentos e guardiãs da convivência comum” (p. 268). O livro também resgata a origem da palavra “obedecer”, que envolve “ouvir com seriedade, com atenção as pessoas e os acontecimentos da vida. A obediência real implica estarmos atentos e sermos cuidadosos uns com os outros” (DINIZ e GEBARA, 2022, p. 269).

A partir das reflexões apontadas pelas autoras, acredito que uma das saídas possíveis é pensar novas obediências através de feminismos plurais, considerando que incluem movimentos de mulheres negras, lésbicas, pessoas intersexos, transexuais e travestis. Um dos espaços em que mais aprendo a desobedecer e que fomentou a discussão e a proposta de metodologia da tese, é a GIRA – Grupo de Pesquisa em Feminismos, Relações Raciais, Deficiência e outras dissidências – da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenada pela professora e orientadora Giovanna Marafon. Entre nós, as integrantes desse coletivo e as autoras dos trabalhos que estudamos (sim, somos maioria mulheres e pessoas em dissidências de gêneros e sexualidades) aparece uma multiplicidade de feminismos, que nos convoca a sempre criar novas obediências.

Por esse caminho da desobediência, a discussão que pretendo construir aqui com vocês demanda também uma visita às práticas e pensamentos da infância e da adolescência que

achamos que abandonamos depois que nos localizamos como pessoas adultas. A minha aposta é que as crianças e adolescentes que acreditamos que fomos um dia e que supostamente deixamos de ser, ainda seguem aqui com a gente. Vamos convidá-las também para essa caminhada?

## **ROTEIRO DAS CARTAS:**

### **DESOBEDIÊNCIAS INICIAIS**

Esta carta é uma introdução e um convite à leitura da minha tese. Nela, abordo o problema de pesquisa, os objetivos e a articulação das discussões teóricas transfeministas com a metodologia com as cartas, a partir do processo de montagem e utilizando como base o verbo desobedecer desenvolvido por Débora Diniz e Ivone Gebara. Ao final, apresento um roteiro que resume as discussões de cada carta, juntamente com as referências citadas, fornecendo uma visão geral do conteúdo abordado.

**Referências citadas:** ANTRA; Bruna Benevides; Paul B Preciado; Symmy Larrat, Sara Wagner York, Keila Simpson, Silvio de Almeida, Anielle Franco, Deborah Sabara, Megg Rayara Oliveira, Ágata Pauer, Mário Gomes, Leandro Colling, Manoel de Barros, Dilton Couto Junior, Fernando Pocahy, Maria Luiza Oswald, Sofia Favero, Pedro Ambra, Viviane Vergueiro, Leonardo Peçanha, Jaqueline Gomes de Jesus, Letícia Nascimento, Hailey Kass, Debora Diniz, Ivone Gebara, Elisandro Rodrigues, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Bruna Moraes Battistelli.

### **1- INSPIRAÇÕES PARA DESOBEDECER**

**1.1 - Carta para pensar a cisgeneridade:** O propósito da carta é a construção conjunta de uma reflexão crítica sobre um dos principais conceitos problematizados na tese, a cisgeneridade, enquanto sistema e por isso "CIStema", que afeta todas/es/os nós.

**Referências citadas:** Viviane Vergueiro, Hailey Kass, Cello Pfeil, Bruno Pfeil, Grada Kilomba, Leila Dumaresq, Beatriz Bagagli, Bruno Santana, Jaqueline Gomes de Jesus e Sofia Favero.

**1.2- Carta #1 para Paul B. Preciado:** Esta carta descreve o percurso que me levou ao problema principal da minha pesquisa. Destaco alguns momentos e reflexões durante e após a formação como Psicóloga e como ocorreu o encontro com as obras de Paul B Preciado, entre elas, a inspiração encontrada na crônica "Quem defende a criança queer?".

**Referências citadas:** Paul B Preciado, Gayle Rubin e João W. Nery.

**1.3- Carta para Júlia Criança:** Ao redigir esta carta para Júlia Criança, proponho um exercício de reflexão sobre como a cisgeneridade opera como um "Cistema", perpetuando violências que afetam todas as crianças e adolescentes, embora em proporções diferentes, impactando tanto indivíduos trans quanto cis. Além disso, é um convite à Júlia criança para me acompanhar nesta jornada de pesquisa, ajudando a escapar das amarras rígidas da adultez.

**Referências citadas:** Lygia Bojunga, Leticia Nascimento, Vanessa Santos, Shara Adad, Dante Freire, Sara Wagner York, Megg Rayara Oliveira, Bruna Benevides, Leena Alanen e Milton Nascimento.

**1.4- Carta #1 para Sofia Favero:** a carta discute os percursos metodológicos da tese que envolvem: análise de implicação das experiências profissionais no campo dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente em relação aos serviços de acolhimento, e a metodologia com as cartas, sempre considerando a escrita como parte integrante desses dois processos. Como exemplos, cito as escritas travestis, transmasculinas e de pessoas negras, como escritas envolventes e inspiradoras.

**Referências citadas:** Sofia Favero, Pedro Ambra, Céu Cavalcanti, Bruno Santana, Leonardo Peçanha, Vércio Conceição, Ana Cristina Moraes, Francisco Castro, Frédéric Gros, Luciana Franco, Michel Foucault, Simone Paulon, Suely Rolnik, Donna Haraway, Márcia Moraes, Anita Bernardes, Pedro Paulo Bicalho, Lutiane de Lara, Neuza Guareschi, Zuleika Gonzales, Lilian Rodrigues Cruz e Luciana Rodrigues.

## **2- AS CONTRIBUIÇÕES DOS TRANSFEMINISMOS BRASILEIROS**

**2.1- Carta para Hailey Kass:** Na carta, compartilho com Hailey minha experiência em dois cursos ministrados por ela sobre Estudos Trans e Feminismos. Durante esses cursos, discutimos como o livro "Calibã e a Bruxa", de Silvia Federici, nos proporcionou uma compreensão mais profunda de como a lógica binária de gênero da cisgeneridade foi moldada pela divisão sexual do trabalho na consolidação do sistema capitalista e foi reproduzida no processo de colonização, inclusive do Brasil. Além disso, destaquei trabalhos que resgatam personagens trans e travestis da história do país, evidenciando a importância de reconhecermos um passado muitas vezes esquecido.

**Referências citadas:** Hailey Kass, Silvia Federici, Oyèrónké Oyewùmí, Amara Moira, James N. Green, João Silvério Trevisan, Sara York, Megg Rayara Oliveira, Bruna Benevides e Viviane Vergueiro.

**2.2- Carta para Jaqueline Gomes de Jesus:** Jaqueline é uma das principais precursoras do movimento transfeminista no Brasil. Na carta, faço menção à obra organizada por ela, "Transfeminismo: teorias & práticas" (2015), e ao artigo "Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais" (2012), escrito em parceria com Hailey Kass, como referências marcantes nessa área. Abordo o debate sobre os transfeminismos e seu diálogo com outras correntes feministas, além de ressaltar a importância das críticas transfeministas para a Psicologia, área profissional que compartilhamos.

**Referências citadas:** Jaqueline Gomes de Jesus, Hailey Kass, Aline Freitas, Lelia Gonzalez, João Nery, Leonardo Peçanha, Angie Barbosa, José Stona, Fernanda Carrion, Sofia Favero e Céu Cavalcanti.

**2.3- Carta para Leonardo Peçanha:** Na carta endereçada ao Leonardo, autor negro transmasculino, retomo o debate que ele faz sobre o transfeminismo das transmasculinidades, enfatizando as alianças entre esses movimentos e as reflexões das transmasculinidades negras, com o livro em que ele é um dos organizadores "Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa" (2021). A partir das análises que ele apresenta sobre a história do movimento das pessoas transmasculinas (homens trans, transmasculinos, transmasculines, boycetas, pessoas não binárias e outros), destaco sua longa trajetória, que demanda maior reconhecimento e representatividade. Durante o diálogo, abordo a relevância da discussão interseccional entre racismo e transfobia.

**Referências citadas:** Leonardo Peçanha, Bruno Santana, Guilherme Calixto, Caru Brandi, Amiel Vieira, Jaqueline Gomes de Jesus, Caia Maria, Mariah Rafaela Silva, Taliboy, Thárcilo Luiz Hentzy, Jamil Ribeiro, Zeca Carú de Paula, Demétrio Campos e Anne Alencar Monteiro.

**2.4- Carta para Leticia Nascimento:** A carta endereçada à Letícia propõe uma conversa sobre seu livro "Transfeminismo" e os relatos de suas vivências como criança trans. A autora destaca como a performatividade ou montagem de gênero (inspirada em Judith Butler) está presente desde a infância. Também é enfatizado como as pessoas cisgêneras frequentemente também realizam performances de gênero, desmistificando a noção de que a identidade cisgênera é intrínseca e natural.

**Referências citadas:** Leticia Nascimento, Vanessa Santos, Shara Adad e Judith Butler.

### **3- O CAMPO EM ANÁLISE: O SISTEMA DE JUSTIÇA E OS ABRIGOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**3.1 - Carta ao CISTema de Justiça:** O termo "CISTema de Justiça" é utilizado para destacar como o sistema de justiça opera com base na lógica da cisgenderidade, mantendo os privilégios das pessoas cisgêneras em detrimento das pessoas trans. Dentro desse contexto, relato e analiso as implicações de algumas experiências profissionais como psicóloga no CISTema de Justiça, com um foco especial no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), pois foi nessa instituição que comecei a dedicar mais atenção ao debate sobre questões trans na infância e adolescência, o que me permitiu formular reflexões e sugestões de intervenção.

**Referências citadas:** Megg Rayara Oliveira, Felipe Cazeiro da Silva, Emilly Mel Fernandes, Marlos Alves Bezerra, Suely Rolnik, Sara Wagner York, Mário Soares Caymmi Gomes, Leandro Colling Bruna Benevides, Sayonara Naider e ANTRA.

**3.2- Carta para Anderson Herzer:** A carta foi inspirada na obra "A queda para o alto" (1987), de Anderson Herzer. Esse livro é um marco significativo por ser uma das primeiras autobiografias de pessoas trans publicadas no Brasil e por ser um relato, em primeira pessoa, do autor como um garoto trans em uma unidade feminina da FEBEM. A partir das discussões de Herzer, proponho um debate sobre a história dos serviços de acolhimento e do atendimento a crianças e adolescentes trans. Esta reflexão, aliada ao modo sensível com que Herzer elabora poemas, nos impulsiona a imaginar outros futuros possíveis para essas crianças e adolescentes.

**Referências citadas:** Anderson Herzer, Jeanne Marie Gagnebin, Esther Arantes, Lia Junqueira, Rose Marie Muraro.

**3.3- Carta para Raphael Martins:** A carta estabelece um diálogo com o autor de um dos capítulos do livro "Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa" (2021), pois ele vivenciou experiências em instituições de acolhimento. Ao mergulhar em sua história através da perspectiva da transmasculinidade negra, com ele reflito sobre a importância de uma análise interseccional da história dos serviços de acolhimento no Brasil.

**Referências citadas:** Raphael Martins, Lélia Gonzalez, Giovanna Marafon, Márcia Eurico e Megg Rayara Oliveira.

### **4- A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA TRANS EM DISPUTA**

**4.1 – Carta #2 para Sofia Favero:** A carta constitui uma discussão com a autora sobre a categoria "criança trans" e o pânico moral que ela desencadeia na sociedade. Destaco como a

rigidez da adultez cisheteronormativa busca rotular, diagnosticar e prescrever, refletindo o conceito de "alívio identitário", conforme descrito por Sofia Favero. Suas reflexões nos mostraram por que é essencial complexificar a categoria "criança trans", incluindo uma análise do cruzamento da identidade de gênero com o marcador social de raça. Em concordância com as ideias de Sofia, proponho uma abordagem mais abrangente das infâncias e adolescências.

**Referências citadas:** Sofia Favero, Pedro Ambra, Paul B Preciado, Beatriz Bagagli, Viviane Vergueiro, Julia Temple Newhook et al, Hailey Kass e Megg Rayara Oliveira.

**4.2 – Carta para a criança Lucas:** Após ler a entrevista conduzida por Sofia Favero com Lucas, um garoto trans de 11 anos, para a Revista Cult, senti a necessidade de escrever uma carta para ele, expressando a relevância que atribuí às reflexões compartilhadas na entrevista. Destaco sua coragem ao denunciar as violências que enfrentou e ainda enfrenta por ser uma criança trans. Além disso, ressalto o convite que ele nos faz, como pessoas adultas, para ampliarmos a escuta dedicada às experiências e perspectivas de crianças e adolescentes.

**Referências citadas:** Lucas e Sofia Favero.

**4.3- Carta para Sara Wagner York:** Na carta, compartilho com Sara minha admiração por sua sensibilidade em relação às pessoas trans mais jovens e destaco as valiosas contribuições que ela fez em meu percurso de pesquisa no doutorado. Essas colaborações foram fundamentais para que eu pudesse explorar e analisar criticamente diversos temas essenciais para repensar os serviços de acolhimento e o atendimento a crianças e adolescentes trans. Durante nossa conversa, discutimos tópicos como o uso de banheiros, a inclusão do nome social nos registros e o acompanhamento em ambulatórios trans. Ao final, reflito com a autora sobre a possibilidade de propor uma análise interseccional para impulsionar mudanças sociais e repensar as políticas públicas.

**Referências citadas:** Sara Wagner York, Paul B Preciado, Brune Bonassi, Andre Luiz Vicente, Programa Travesti, ANTRA, Ambulatório Identidade (Hospital Pedro Ernesto/UERJ), Keila Simpson, Luma Andrade, Megg Rayara Oliveira, Beatriz Bagagli, Florence Belladonna, Leticia Nascimento, Patricia Hill Collins, Debora Diniz e Ivone Gebara.

## **5- CARTAS PARA ROMPER COM A P(CIS)COLOGIA**

**5.1- Carta para o adolescente James:** Na carta, compartilho que a Promotora de Justiça, de uma área da zona oeste da cidade em que atuei entre 2016 e 2022, me solicitou um estudo sobre as políticas públicas que deveria acionar para garantir os direitos de James, incluindo a mudança

de nome e gênero no registro civil, além do acompanhamento de saúde. Destaco a ausência de um fluxo definido na rede pública de saúde na época, mas ressalto que atualmente está em revisão a portaria do Processo Transexualizador no Ministério da Saúde, contando com contribuições importantes feitas por ativistas trans. Também menciono a oposição da psicóloga do TJRJ ao processo de redesignação de gênero de James e critico o papel dos conhecimentos psicológicos envolvidos na patologização da experiência trans, embora reconheça e destaque as resistências no campo psi que estão em curso atualmente. Por fim, pergunto se a solicitação de emancipação civil de James visava garantir sua liberdade para a autodeterminação de gênero.

**Referências citadas:** Beatriz Bagagli, Conselho Federal de Psicologia (CFP), Jaqueline Gomes de Jesus, Céu Cavalcanti e João Nery.

**5.2- Carta para Luciana Pantuffi:** Na carta para a psicóloga Luciana Pantuffi, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), estabeleço um diálogo sobre o texto “De Carlos a Meyre: reflexões a partir da história de uma criança transgênera e suas relações com o sistema de garantia de direitos” (2022), escrito em colaboração com Thais Berberian, sua colega assistente social do TJSP. Ao me deparar com a experiência das profissionais ao acompanharem o acolhimento de uma menina trans negra, ficticiamente chamada de Meyre, entre os 5 e 7 anos de idade, fiquei intrigada com as reflexões apresentadas e levantei algumas questões sobre a importância de repensar as teorias e práticas da Psicologia.

**Referências citadas:** Luciana Pantuffi, Thais Berberian, Sofia Favero e Paul B Preciado.

**5.3- Carta para a criança Meyre:** Na carta, compartilho o privilégio de ter conhecido um pouco da história de Meyre através da psicóloga Luciana Pantuffi e da assistente social Thais Berberian, ambas do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Destaco o carinho com que elas descreveram o acompanhamento realizado à Meyre durante o processo de acolhimento e posterior adoção, ressaltando as valiosas lições que isso trouxe para elas. Enfatizo o potencial de aprendizado que Meyre e outras crianças têm para nos oferecer, e expresse minha satisfação ao saber que essas profissionais foram sensíveis o suficiente para ouvir suas necessidades e desejos. Por fim, menciono como a notícia da alegria dela ao ser adotada por um casal, que inclui uma mulher trans, me emocionou profundamente, destacando a necessidade de desafiar os tabus em torno da adoção por parte de pessoas LGBTI+.

**Referências citadas:** Meyre, Luciana Pantuffi, Thais Berberian, criança Lucas.

**5.4- Carta para Céu Cavalcanti** Na carta para Céu Cavalcanti, atual presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (a primeira pessoa trans a ocupar esse cargo em todo o país), mencionei o trabalho "Psicologia Suja" (2022) de Sofia Favero, bem como as ideias da Esquizoanálise, não como correntes dentro da Psicologia, mas como éticas que buscam desestabilizar as estruturas estabelecidas, principalmente na psicologia e na psicanálise, conforme proposto também por Suely Rolnik (2018) e Paul B Preciado (2022). A proposta é pensar as infâncias, adolescências e como a Psicologia pode contribuir para propor escutas mais sensíveis.

**Referências citadas:** Céu Cavalcanti, Jaqueline Gomes de Jesus, Brune Coelho, Sofia Favero, Angie Barbosa, Paul B Preciado, Suely Rolnik, Leonardo Tenório, Grada Kilomba, Hailey Kass, Cello e Bruno Pfeil, Deleuze e Guattari e Lélia Gonzalez.

### **DESOBEDIÊNCIAS FINAIS**

**Carta #2 Paul Preciado:** Na nova carta para o autor, conto sobre como construí a tese e as principais discussões apresentadas no decorrer das cartas. Reforço a relevância de um olhar crítico para as ciências psi. Como também resgato a ideia do livro "Dysphoria Mundi: o som do mundo desmoronando", tomando o "otimismo revolucionário da infância" como referência metodológica. Relato o momento significativo da celebração do título de Doutora Honoris Causa concedido à Keila Simpson pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), reconhecendo-o como um marco e um impulso para futuras transformações. Por fim, faço a aposta nas novas gerações para romper cada vez mais com as normas de gênero, agradeço as discussões dos transfeminismos brasileiros por ajudarem a pensar as infâncias e adolescências e outras sensibilidades para a proteção de crianças e adolescentes trans nos serviços de acolhimento.

## 1 - INSPIRAÇÕES PARA DESOBEDECER

Um dia fiquei pensando o que é que eu ia ser mais tarde. Resolvi que ia ser escritora. Então já fui fingindo que era. Só para treinar. Comecei escrevendo umas cartas (“A bolsa amarela”, de Lygia Bojunga, 1995).

## 1.1 -Carta para pensar a cisgeneridade

Caras pessoas leitoras,

O propósito que nos une aqui é a construção conjunta de uma reflexão crítica sobre a cisgeneridade, enquanto sistema e por isso "CIStema", como destacado por Viviane Vergueiro (2016), que afeta todas/es/os nós. No caso das pessoas leitoras cisgêneras, como eu, talvez surja a indagação: "Júlia, sendo eu uma pessoa cisgênera, posso analisar criticamente a cisgeneridade?" Minha resposta é sim. Não apenas pode, como é uma necessidade, e vou explicar o motivo.

Neste diálogo, te convido a se familiarizar com as produções de personalidades ativistas e teóricas que têm contribuído para a discussão sobre cisgeneridade, tais como Hailey Kaas, Viviane Vergueiro, Cello Latini Pfeil, Bruno Latini Pfeil, Leila Dumaresq, Bruno Silva de Santana, Jaqueline Gomes de Jesus, Sofia Favero e Beatriz Pagliarini Bagagli. Esses nomes são destaque nesta conversa, mas é válido ressaltar que há muitas outras vozes relevantes nesse campo. Não faltam referências de qualidade dentro dos estudos trans. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de uma percepção crítica sobre a cisgeneridade. Ao mencionar os títulos dos textos, livros e artigos, esta carta também se torna um convite para que vocês explorem esses materiais integralmente.

Proponho começarmos com a seguinte pergunta: o que significa ser uma pessoa cisgênera?

Segundo Beatriz Baglagi (2018) no texto - "Cisgênero" nos discursos feministas: uma palavra "tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida" - expõe que é comum que as pessoas busquem uma explicação literal da palavra, como a descrição do prefixo "cis", de origem latina, que significa "posição aquém" ou "ao mesmo lado", em contraste com o prefixo "trans", que denota "posição além" ou "do outro lado". Entretanto, essa definição não revela a cisgeneridade como uma categoria analítica e por isso não abarca a complexidade política envolvida no termo, o que muitas vezes é utilizado como ataque por vertentes feministas transexcludentes.

Como resposta, gosto muito da exposição de Hailey Kaas, no sítio eletrônico Centro de Pesquisa Transfeminista. Ela fez uma atualização do texto inicial, que está entre os pioneiros sobre o transfeminismo no Brasil, publicado pela primeira vez em 2012 - "O que é cissexismo?" [2024]:

O alinhamento cis envolve um sentimento interno de congruência entre seu corpo (morfologia) e seu gênero, dentro de uma lógica onde o conjunto de performances é

percebido como coerente. Em suma, é a pessoa que foi designada “homem” ou “mulher”, se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal.

Cabe ressaltar aqui que nem todas as pessoas cis “sentem-se” alinhadas e coerentes dentro das categorias homem ou mulher, mas também não significa que se “sintam” trans\* (cabem aqui várias aspás, pois o termo “sentir” é muito subjetivo). Não há como medir cisgeneridade, como não há como medir transgeneridade. As categorias de gênero são fluidas e instáveis. Porém, isso não quer dizer que essas pessoas deixem de ser percebidas socialmente como cis, mantendo privilégios como tal (KAAS, [2024], s.p).

Optei por essa definição em meio a outras, pois ela vai além das descrições que se limitam à determinação do gênero com base nos órgãos genitais. Essa escolha incorpora o elemento da subjetividade, considerando como a pessoa se relaciona com a identificação de gênero atribuída a ela, e introduz o aspecto político, referente à forma como é percebida e tratada socialmente. Dessa forma, a designação como pessoa cisgênera está interligada a todos esses fatores.

Vale ressaltar que se reconhecer como pessoa cisgênera não implica a impossibilidade de, ainda assim, surpreender-se com o funcionamento da cisgeneridade. Isso significa que a compreensão da própria identidade não anula a capacidade de questionar e fazer críticas em relação às dinâmicas que permeiam a cisgeneridade. A respeito da cisgeneridade, como muito bem explica Viviane Vergueiro:

(...) não se trata de almejar a criação de uma “identidade cisgênera”, ao menos não no sentido de reproduzir o exercício de diagnóstico e imposição identitária que é colocado diante das comunidades e pessoas trans travestis. Trata-se, sim, de um esforço no sentido de encontrar formas de se referir às normalidades corporais e de identidades de gênero sem recorrer a terminologias que, de uma maneira ou outra, partem da naturalidade ou superioridade cisgênera – como, por exemplo, o uso de termos como “biológico” e “de verdade” para designar pessoas que não sejam trans travestis (VERGUEIRO, 2016, p. 252)

Ou seja, o termo "cisgeneridade" não busca congelar identidades, mas sim denominar os processos que estabelecem as pessoas cisgêneras como padrões de normalidade, relegando quem está fora dessa norma à condição de anormalidade. A divisão binária de gênero promovida pela cisgeneridade é uma construção que transcende as diferenças entre órgãos genitais; ela é essencialmente política, com interesses vinculados à manutenção de determinadas relações de poder.

Viviane Vergueiro (2016) destaca três eixos fundamentais que sustentam a cisgeneridade: pré-discursividade, binariedade e permanência. E todos estão associados e se complementam.

No que se refere à pré-discursividade, a autora explica que envolve a classificação de sexos e gêneros com base em critérios objetivos, independentemente das autopercepções individuais. O foco da crítica recai sobre o conceito de "sexo", definido como biológico e sujeito à desconstrução, destacando a complexidade na diferenciação sexual. A naturalização do "sexo" é interpretada como uma estratégia para estabelecer a cisgeneridade como norma. Ademais, a autora pontua que a defesa do "sexo" está intrinsecamente ligada à promoção de valores ocidentais e eurocêntricos.

O eixo da binariedade também é uma característica central da cisgeneridade. Vergueiro (2016) pondera sobre como a visão normativa dos corpos se acredita capaz de determinar sexos e gêneros por meio de critérios supostamente objetivos. Essa interpretação também carrega consigo a ideia de que os corpos que se enquadram dentro da norma serão classificados em apenas duas alternativas: homem ou mulher.

Por último, Vergueiro (2016) ressalta a ideia de que os corpos considerados "normais" demonstram uma coerência tanto fisiológica quanto psicológica em relação à sua classificação em um dos "sexos biológicos". Presume-se que há uma consistência e que as expressões precisam ser sustentadas ao longo da vida da pessoa. Como crítica, a teórica argumenta:

Dessa forma, descentralizar a cisgeneridade como definidora das possibilidades legítimas de gênero deve, também, ser um processo que questione a premissa de permanência das identidades de gênero em suas relações e diálogos com suas formações corporais, uma premissa que, em se produzindo como normatividade, estabelece restrições e violações de direitos significativos às diversidades corporais e de identidades de gênero (VERGUEIRO, 2016, p. 260)

Em outras palavras, ao abordar a "cisgeneridade", a intenção é compreender que há diversas formas de viver, se identificar e expressar o gênero, que ultrapassam a estrutura binária que vincula o gênero a uma concepção de "sexo biológico", entendendo que a sensação de "permanência" está ligada à normatividade. A partir dessa discussão, faço as seguintes perguntas para você, pessoa leitora:

Você já refletiu sobre o fato de que não se trata apenas de uma divisão entre ser homem e mulher, mas sim de modelos únicos de como ser homem e como ser mulher? Você consegue recordar alguma vez em que foi punida(o) por não corresponder a esses modelos? Ou talvez

algo que você tenha deixado de fazer para se enquadrar nesses padrões? São perguntas significativas, pois são impactos frequentes na vida de pessoas trans e, no caso das pessoas cisgêneras, frequentemente acreditamos que não somos afetadas pela cisgeneridade. Mas estamos todas/es/os vivendo dentro desse Cistema e vivendo as restrições da lógica binária de gênero.

Outro ponto crucial que merece nossa atenção é a dificuldade que muitos de nós (aqui me refiro às pessoas cisgêneras leitoras), enfrentamos para nos reconhecermos como pessoas cisgêneras que operam dentro da cisgeneridade, por vezes fortalecendo o Cistema. Nesse contexto, destaco o artigo “A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação” (2022), de Cello e Bruno Pfeil, ambos coordenadores da Revista Transviades. O texto levanta questões essenciais sobre como pessoas cis, frequentemente, desconhecem ou negam a categorização como cisgêneras, e os autores introduzem a ideia de "ofensa da nomeação", caracterizada por reações de negação ou sensação de insulto em relação à nomeação.

Enquanto as pessoas cisgêneras se sentem à vontade para rotular a transgeneridade, rótulo historicamente marcado pelo viés da patologização, uma sensação de desconforto permeia a experiência de ser rotulado. Inspirados no exercício proposto por Grada Kilomba (2019) de questionar o modelo colonial de "outridade", no qual, a partir de um modelo, aquele que está fora é considerado o "outro", Pfeil e Pfeil acrescentam ao elemento racial, pontuado por Grada, a noção de colonialidade cisgênera (PFEIL et al., 2021). Eles destacam a importância de nomear a cisgeneridade, sublinhando as complexidades que envolvem esse processo:

Compreendemos que a prática de nomear é uma via de mão dupla: se nomeia um sujeito como “outro”, e em reação este sujeito nomeia o corpo que se pretende universal, desuniversalizando-o. A nomeação e a definição da cisgeneridade se devem muito mais a epistemologias contra-coloniais e dissidentes de gênero, que se contrapõem a manuais diagnósticos, do que a produções acadêmicas patologizantes, geralmente médicas e psiquiátricas (PFEIL e PFEIL, 2022, p. 12)

Pfeil e Pfeil (2022) evidenciam a relutância das pessoas cisgêneras em reconhecer a própria cisgeneridade, apontando que essa resistência é motivada pelo receio de perder privilégios ao sair do centro de referência do humano e começar a ser alvo de análises e críticas.

A importante ativista Leila Dumaresq elaborou a cartilha “O cisgênero existe” [2014]<sup>6</sup> que propõe diálogos com algumas pessoas autoras que já apresentei na carta. Dumaresq destaca

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/262468/cisgenero.pdf>

que essa discussão não teve origem apenas nos ambientes acadêmicos e, embora hoje também seja desenvolvida nesse meio, não deve de forma alguma ficar confinada a ele.

Leila busca desmistificar a falácia, mantida de maneira desonesta por algumas figuras acadêmicas, de que a utilização do termo cisgeneridade contribui para a genitalização e fiscalização do gênero. Dumaresq contextualiza que, ao rotular uma pessoa como cisgênera, não a reduz aos órgãos genitais, vagina ou pênis, nem a um suposto papel sexual; ao contrário, está afirmando que ela tem o direito de se autodeterminar. Um direito que as pessoas trans não têm e que estão lutando para conquistar. A autora acrescenta que a nomeação da cisgeneridade tem como proposta não só a emancipação trans, “ela busca uma sociedade que promova a vida em todas as suas manifestações” (DUMARESQ, 2014, s.p).

Para abraçar a proposta de Leila Dumaresq de liberdade para os corpos dentro e fora da cisgeneridade e para promover o direito à autodeterminação, é crucial iniciar o exercício de romper com as estéticas e concepções que vinculam corpos à genitalização, ditando o que é ser homem ou mulher com base nos órgãos genitais. Em uma publicação no Instagram, datada de 22 de janeiro de 2021, Bruno Santana, ao compartilhar uma foto pessoal, ressalta a importância de (des) ocidentalizar, (des) binarizar e (des) genitalizar:

Figura 2- Publicação “Não sou cis!” de Bruno Santana



Na legenda da foto, o texto:

NÃO SOU CIS!!!

É preciso subverter a lógica que faz da cisgeneridade a única possibilidade de ser e estar no mundo.

É preciso (des)ocidentalizar, (des)binarizar os olhares sobre os corpos trans.

Meu corpo não é cisgenero!

Minhas especificidades não estão dentro das dinâmicas da cisgeneridade.

(Des)genitalizem os corpos!

Transvejam o mundo por perspectivas outras.

A única forma de naturalizar os corpos e as existências trans é tensionando o Cistema. (SANTANA, 2021, s.p)

A potência da frase “transvejam o mundo por perspectivas outras” mostra como nomear e localizar a cisgeneridade tem o objetivo de chacoalhar o Cistema, não fechar em mais normas, mas sim, ampliar os horizontes. Essa frase me lembrou um trecho de uma música que um amigo filósofo baiano sempre cantava, “A roda” da cantora Sarajane: “Vamos abrir a roda/ Enlarguecer/Tá ficando apertadinha, por favor/ Abre a rodinha, por favor”. Precisamos enlarguecer nossos modos de estar no mundo e buscar dançar mais em roda.

Para essa dança conjunta, retomo a escrita de Leila Dumaresq, na cartilha mencionada acima, e faço destaque para um recado que dela deixa para pessoas cisgêneras:

Quero deixar aqui uma mensagem mais positiva a respeito da cisgeneridade. Esta é uma gentileza de coração: Reconhecer a cisgeneridade significa, sim, o reconhecimento das assimetrias, dos lugares de fala desiguais, das diferenças. E significa também *ouvir as pessoas trans*. Saber que estamos passando por dificuldades que as pessoas cisgêneras não passam. Que sofremos de exclusão, ignorância, ódio e violência (DUMARESQ, 2014, s.p)

Pessoa leitora cisgênera fica a dica: reconhecer a cisgeneridade e ouvir e ler produções de pessoas trans é para ontem!!! Há uma profusão de produções e expressões criativas de pessoas trans. Onde você está guardando sua atenção?

Sobre isso, resgato a sugestão de Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Kass (2012) sobre a relevância das alianças dos movimentos feministas e transfeministas. Como também a ênfase de Sofia Favero no texto “Pode o cisgênero falar?” (2016), que se direciona às pessoas cis, propondo também uma aliança: “Eu quero vocês perto de mim, tão perto que as dores sejam confundidas e deslocadas, para que eu não precise mais explicar o que é apanhar na rua ou ser expulsa de casa, pois vocês já saberão e estarão situados contra” (FAVERO, 2016, s.p).

Pessoas leitoras, vocês continuam aqui? Como vocês se sentem diante desse convite? Refaço a proposta: quer seguir junto comigo, reavaliar este CISTema, abandonar a patologização trans, questionar as opressões e os privilégios envolvidos e repensar as experiências de infâncias e adolescências em sua rica diversidade de expressões? Sigo ansiosa para compartilhar mais dessas reflexões nas próximas cartas.

Até mais! Júlia

## **1.2- Carta #1 para Paul B. Preciado**

Olá, Paul B. Preciado,

Provocada pelo seu texto “Quem defende a criança queer?” (2020), pensei em te contar um pouco das minhas inquietações. Talvez você nunca leia essa carta, talvez leia, e de todo modo, posso partilhar os pensamentos que vem me movimentando. Ao ler suas crônicas no livro “Um apartamento em Urano”, tive a sensação de que você nos convida para um passeio por Urano. Aliás, coincidentemente, o dia que escrevo essa carta é um dos dias mais frios da cidade do Rio de Janeiro, claramente não tão frio como você conta que os cientistas descrevem Urano, mas acho que de algum modo essa baixa temperatura me remeteu a tal planeta tão distante, um dos mais distantes da Terra. Como você menciona em diversas crônicas, viver em Urano é quase impossível. Seria se livrar desse mundo cheio de normas de gênero, que conhecemos por aqui. Mas uma volta por Urano às vezes já faz bem, ainda mais como na sua situação, que tem um apartamento no planeta.

O meu primeiro contato com seus textos, ocorreu em 2012 nos encontros de um grupo de estudos sobre o livro “Manifesto Contrassexual” na época que cursava Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Lembro até hoje do convite para integrar esse grupo. Meu professor Auterives Maciel, um filósofo baiano, no final da aula de História da Psicologia, conta que esse grupo se encontrava para ler e debater esse livro, contudo destaca que a notícia não podia ser espalhada. Sem nem entender o porquê desse mistério - talvez justamente por conta do mistério, me lancei nesse grupo. O livro ainda não tinha tradução para o português, fui à xerox da universidade com o livro do professor em espanhol, como se estivesse carregando uma bomba, algo que ninguém poderia saber. Os encontros eram muito divertidos e estimulantes. Com a apresentação para essa nova teoria, era uma sensação boa de como existe e podemos nos abrir para tantas possibilidades e experiências diferentes.

Tentávamos rir baixo, quando falávamos do dildo, tendo o crucifixo na sala da instituição católica bem acima de nós. E não é que descobri que de fato estava carregando uma bomba? Uma bomba capaz de implodir a lógica cisheteronormativa.

No reencontro com o seu livro, na edição de “Manifesto Contrassexual” (2017) traduzido para o português, entendi que as discussões do grupo de estudos poderiam balançar não só a estrutura religiosa da universidade, mas também o próprio curso de psicologia e o domínio da psicanálise na instituição. Não à toa, tinha que ser escondido. Imagino, na época, se as(os) professoras(es) psicanalistas descobrissem que estavam questionando as noções de gênero, sexualidade e desejo, estipuladas pela psicanálise. No percurso da graduação, infelizmente, o debate do seu livro foi o único contato com provocações sobre o “sistema sexo/gênero”, como nomeado por Gayle Rubin (2017), que é uma crítica a leituras de gênero baseadas na sexualidade biológica.

Após a conclusão do curso, lembro também de quando que assisti a palestra de João W. Nery, psicólogo e escritor, no dia 27 de julho de 2016, durante a 10ª Mostra de Práticas em Psicologia, organizada pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP- RJ). Na oportunidade, ele narrou as dificuldades que enfrentava para permanecer com sua atuação na Psicologia, devido ao estigma por ser um homem trans. Nery (2016) criticou fortemente a nossa formação em Psicologia e como as práticas profissionais muitas vezes ainda reforçam violências contra as pessoas trans, quando ignoram o debate urgente sobre gênero.

Aliás, ele problematizou a Resolução CFP nº 14/2011 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), devido ao modo como o órgão propôs a inclusão do nome social na carteira profissional no campo destinado a “observação”. Apenas com a Resolução CFP Nº 10/2018, sete anos depois, foi alterada a recomendação e estabeleceram que o nome social deveria ser colocado em destaque na carteira e nos sistemas informatizados de acesso ao público deveria aparecer apenas o nome social. João Nery foi um dos grandes incentivadores dessa mudança, apesar de somente após sua morte ter tido deferido seu registro no conselho com o nome social.

Recordo que uma amiga psicóloga, que estava no evento, estranhou muito a discussão sobre o gênero ser produzido, tirando a ênfase da biologia. Ela expressou preocupação com um suposto risco do debate trans enfraquecer a luta feminista. Por sorte, essa compreensão foi desfeita com o tempo e ela não se tornou uma Radfem (abreviação de Feminismo Radical). Para esse grupo, a concepção de mulher é atrelada à compreensão biológica, paradigma que exclui pessoas trans. Apesar de se autointitularem feministas, é importante esclarecer que esse é um

movimento fascista e não feminista. Relato essa situação, pois como pensou essa minha amiga, outras pessoas também podem acreditar nessa oposição entre luta feminista e luta trans.

Quero te contar um pouco das minhas práticas profissionais e como cheguei ao problema de pesquisa da minha tese de doutorado, a partir da leitura de seu texto “Quem defende a criança queer?” (2020). Na crônica você conta um pouco da sua relação com seus pais e como eles não defenderam seu direito à autodeterminação de gênero e sexualidade. Sua experiência, me lembrou um paciente, adolescente negro, que acompanhei dos 13 anos até 19 anos de idade. Nesse processo, ele mencionava o sofrimento psíquico gerado por demandas da família, com referências de uma religião com pressupostos bem rígidos, sobre como ele tinha que se portar como um homem e ignorar suas preferências musicais, por exemplo. Ele idolatrava antigas cantoras brasileiras que cantavam músicas românticas, como Maisa e Dalva de Oliveira, o que para seus pais era errado. Na época que iniciou a psicoterapia comigo, relatava episódios de crises de ansiedade e estava em tratamento com medicações psiquiátricas, porém, tanto os pais, como o adolescente, não sabiam pensar quais seriam os motivos dos sintomas. No decorrer dos anos, nos atendimentos, mencionava experiências de atração por mulheres e por homens e o desejo de maquiar os olhos e pintar as unhas, que eram acolhidas naquele espaço do consultório, contudo a família apresentava muita resistência. Ao entender que gostava de “fluir” (termo utilizado por ele), os sintomas recuaram e passou a experimentar novas possibilidades de relações afetivas e sexuais e outros modos de se apresentar no mundo. Mas também ocorreram episódios de agressões físicas e psicológicas por parte do genitor, além do período que foi expulso da casa dos pais e acolhido pela tia materna. Foram muitos atendimentos com aqueles pais, especialmente com a mãe. Ao final do processo da terapia, percebi que não chegaríamos a uma resolução dos conflitos, alguns amenizaram e outros seguiram. Ele voltou a residir com os pais e o desafio maior foi ajudar o adolescente a mediar seus desejos e a demanda que ele ainda tinha de acolhimento do seu núcleo familiar.

Paralelamente a essas reflexões que surgiram nos atendimentos clínicos no consultório, a atuação em abrigos e no sistema de justiça, me fez pensar sobre as crianças e adolescentes em dissidências de gênero e que estão provisoriamente afastadas de suas famílias e acolhidas nos serviços de acolhimento. Para refletir sobre essa questão, resgato as perguntas que você já fez, Paul:

Quem defende os direitos da criança diferente? Quem defende os direitos do menino que gosta de vestir rosa? E da menina que sonha em se casar com a melhor amiga? Quem defende os direitos da criança homossexual, da criança transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança de mudar o gênero caso deseje? O

direito da criança à livre autodeterminação sexual e de gênero? Quem defende o direito da criança de crescer num mundo sem violência de gênero e sexual? (Preciado, 2020, p. 70)

E se endereçarmos essas questões hoje, na realidade do Rio de Janeiro, pensando os serviços de acolhimento? Considerando que os serviços de acolhimento compõem a rede de proteção de crianças e adolescentes, será que a dita proteção inclui os direitos da criança considerada diferente? Os serviços de acolhimento podem ser espaços de proteção nesses casos, respeitando o que você denominou de direito à livre autodeterminação de gênero e sexual? É o questionamento que fiquei pensando a partir das suas indagações.

Pensar essa possibilidade de livre autodeterminação de gênero e sexualidade, parece um desafio quando no município do Rio de Janeiro a rede de serviços de acolhimento para o público de crianças e adolescentes é toda segmentada. De acordo com o último Censo do MPRJ (2023) o município conta com 30 abrigos institucionais que recebem crianças e adolescentes. Todos eles atualmente com restrições no perfil de atendimento relacionados a “faixa etária”, “gênero”, “adolescentes gestantes e/ou com bebês” e “pessoas com deficiência”. No contato com profissionais dos abrigos com perfil exclusivo de adolescentes identificados do gênero masculino ou adolescentes identificadas do gênero feminino, é comum o relato de que “é mais fácil atender um perfil”, a partir da compreensão que integrantes de um mesmo “perfil” apresentariam as mesmas demandas no atendimento. Nesse modo de enquadramento das subjetividades, que é endossada também por profissionais da psicologia, como observar as especificidades de cada pessoa, independentemente de gênero e idade. Nesse campo de força, é importante fazer algumas perguntas: O que é mais fácil? Para que e para quem é mais fácil a manutenção dessas divisões no atendimento? Que subjetividades produzem?

Baseado nas análises da biopolítica, propostas por Michel Foucault (2010), nas quais o poder, inicialmente exercido através da disciplina dos corpos, avança para o biopoder, que busca regular não apenas corpos individuais, mas toda uma população, você levanta questões no livro (2020) sobre como as instituições veem crianças e adolescentes enquanto "artefatos biopolíticos". Isso significa que são considerados como parte de um sistema maior que busca moldar nossos modos de vida de acordo com os interesses estabelecidos pelo mundo adulto. Isso me levou a refletir se os serviços de acolhimento compartilham dessa perspectiva e se o perfil restrito, baseado na lógica binária de gênero, também busca perpetuar a normatividade cisheterossexual.

Retomando a metáfora do seu livro que mencionei no início da carta, você acha que é possível convidar quem integra a rede de proteção de crianças e adolescentes para um passeio por Urano? Para pensar sobre esse convite, pretendo dialogar com construções da psicologia, aliadas às discussões de pessoas transfeministas, que caminhem na direção oposta dessa segmentação das subjetividades e que busquem romper com a perspectiva cisheteronormativa.

Bom, essas são as inquietações iniciais. Em outro momento, escrevo para te atualizar do movimento/da caminhada.

Abraços, Júlia.

### **1.3- Carta para Júlia criança**

Júlia criança, como vai?

Não vou dizer “que saudades”, pois caminhamos juntas. Eu sei que a adultez ronda você querendo te trancar no tempo. Você sempre soube que esse mundo adulto é estranho e, infelizmente, ele segue assim. Mas que bom que você é esperta, você se esconde da adultez e corre para o meu lado.

Estou escrevendo essa carta pois recentemente reencontrei o livro “A Bolsa Amarela” (1995) da autora Lygia Bojunga, você lembra dele? Com certeza deve lembrar, não guardamos à toa, ficamos encantadas com o livro. Ao ler novamente recordei até da sensação que sentimos ao encontrar com a Raquel, personagem principal, que tinha tantas questões parecidas com as nossas. Ela tentava guardar muitas vontades dentro da mochila amarela, algumas vontades, ela queria esconder e, outras, proteger e preservar.

Assim como a Raquel, também encontrávamos e encontramos na escrita, um modo de expressão das nossas inquietações. No livro “Bolsa Amarela” (1995), inclusive, Raquel inicia escrevendo cartas para pessoas, bichos e objetos, inventados por ela. O mundo imaginativo da personagem inspirou e segue inspirando. É em sua homenagem que busco pensar outros modos de escrita na universidade e acho que você vai ficar feliz de saber que escrevi a tese de doutorado toda composta por cartas.

Outro ponto comum é que a Raquel se sentia incompreendida pelas pessoas presas na adultez, como a gente também. Por isso ela guardava a vontade de ser adulta, não por gostar desse mundo adulto, mas por sentir que não era considerada pelos adultos, por ainda ser criança.

A gente seguiu o caminho acadêmico e trabalhamos muitos anos no campo dos direitos das crianças e adolescentes, percebemos como até hoje pessoas adultas não consideram a opinião de crianças e de adolescentes. Você precisou me alertar e chamar minha atenção, pois, algumas vezes, pela pressão da adultez, quase me entreguei ao modo rígido de entender o mundo. Justamente por saber desse perigo da adultez que escrevi essa carta, pois precisava da sua ajuda para seguir com a minha tese.

Essa postura hierárquica que as pessoas adultas estabelecem na relação com as crianças, não é de hoje. Ao contrário, vivemos em um país em que desde a colonização, foi implantada uma concepção de que a infância que deve ser governada. As autoras Leticia Nascimento, Vanessa Santos e Shara Adad (2022) explicam como esse processo de tutela da infância atendeu à demanda do sistema capitalista, pois a expectativa é de formação de um “sujeito produtivo dentro das normas sociais. A criança não é percebida em sua singularidade, por meio de suas especificidades” (NASCIMENTO, SANTOS, ADAD, 2022, p. 322). Essa perspectiva aniquila muitas outras possibilidades de viver as infâncias. Com o tempo e com as experiências profissionais, nós compreendemos que, apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) apresentar as crianças enquanto sujeitos de direitos, a dinâmica adultocêntrica que limita o vir a ser criança, permanece com outras roupagens. Uma pena, não é? Quantas vezes, reivindicamos por não sermos ouvidas. Por isso a raiva do mundo adulto. Você não se sentia contemplada com as respostas dadas pelos adultos quando questionava algo.

Você se lembra quando com sete anos encasquetamos com uma questão: ao perceber que em uma ou outra palavra escrita no papel, algumas pessoas não colocavam o pingão em todos os i's (no computador isso não acontece, o ponto está sempre embutido), mesmo quando o i não era maiúsculo. Dessa percepção, concluímos: nem todo i tem ponto. Uma amiga que morava na nossa rua tentou tirar essa ideia da nossa cabeça e nós questionávamos: mas por qual motivo todo “i” tem que ter ponto? Alguns têm, outros não. Chegamos a ousar dizendo que a entonação mudava se tivesse o ponto ou não. Até a avó Tays, exausta da nossa insistência, e já com a comida pronta para o jantar, decretou: todo “i” tem ponto, Júlia. Muitos anos depois, fui utilizar a expressão “colocar os pontos nos i's” em uma sessão de terapia. Um incômodo enorme surgiu, lembrei de você e pensei: lembra que nem todos os i's têm pontos? É com essa inquietação que quero continuar seguindo, deixando vivo em mim esse estranhamento. Não aceitando que todo o “i” tem ponto e sabendo que não precisa colocar todo os pontos nos “i's” e na possibilidade de sempre experimentar novas entonações.

Outra questão importante apresentada pela personagem Raquel no livro “Bolsa Amarela” (1995) e que você se identificava muito, era a percepção que os meninos podiam fazer muito mais coisas que ela. Na convivência familiar, com um irmão mais velho, e na escola, você entendeu rapidamente o mesmo que a Raquel. Aliás, tem um diálogo da Raquel com o irmão no livro, que descreve bem isso:

- (...) Vocês podem um monte de coisas que a gente não pode. Olha lá na escola, quando a gente tem que escolher um chefe pras brincadeiras, ele sempre é um garoto. Que nem chefe de família: é sempre o homem também. Se eu quero jogar uma pelada, que é tipo do jogo que eu gosto, todo mundo faz pouco de mim e diz que é coisa pra homem; se eu quero soltar pipa, dizem logo a mesma coisa. É só a gente bobear que fica burra: todo mundo tá sempre dizendo que vocês é que têm que meter as caras no estudo, que vocês é que vão ser chefe de família, que vocês é que vão ter responsabilidade, que – puxa vida! – vocês é que vão ter tudo (...) você quer saber de uma coisa? Eu acho fogo ter nascido menina (BOJUNGA, 1995, p. 16).

Essa última frase da Raquel em uma discussão com o irmão, “eu acho fogo ter nascido menina”, hoje compreendemos a complexidade que envolve esse sentimento. O que incomodou a gente e a Raquel na verdade é que desde o nascimento, a partir da averiguação das pessoas adultas do órgão genital criança, é definido o gênero, a partir da lógica binária: menino ou menina. Depois que isso é determinado, toda a atenção que é dada à criança é com o objetivo de garantir que ela vai seguir as normas de gênero. Lembra quando entramos na aula de futsal e começamos a competir em campeonatos? Escutamos que isso era coisa de menino. Recorda quantas vezes nos colocamos contrárias e aumentamos a voz, afirmando nossa opinião, e escutamos que a gente era masculinizada? Tudo isso é efeito desse modo binário de entender o mundo.

Júlia criança, o nosso incômodo com tantos limites e amarras por ser menina e, agora, por ser mulher, como é determinado pela cisgeneridade, é algo que nos mobilizou a fazer uma aproximação com os movimentos feministas. As normas de gênero, desde a infância, estabelecem apenas um único modo de viver a feminilidade e a masculinidade e instituem uma hierarquia entre os gêneros. A partir dessa lógica, infelizmente, quando meninas e mulheres desafiam essa hierarquia, têm suas vidas ameaçadas, como podemos observar com os números de feminicídios e de violência contra as mulheres. As pessoas trans rompem de modo contundente com a cisgeneridade, ao propor outros modos de viver a feminilidade e masculinidade, inclusive, não binárias, e por isso também têm suas vidas ameaçadas. Como exemplo atroz, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans.

Você lembra de uma das histórias criadas pela Raquel sobre o galo chamado Terrível? Tem uma parte do livro em que a Raquel narrou a história do Terrível e como desde que ele nasceu os donos do galinheiro determinaram que ele seria um galo de briga. Semelhante ao que Raquel conta sobre o galinheiro, de que todos os pintinhos tinham sua vida determinada pelos donos, é como funciona também aqui no nosso mundo, com as prescrições de gênero determinadas pela cisgeneridade. A Raquel ainda acrescentou que o Terrível começou a não querer brigar, mas como ser galo de briga era o destino estipulado para ele, e não por ele, os donos resolveram “costurar o pensamento do Terrível e só deixar de fora o pedacinho que pensava: `Eu tenho que brigar! Eu tenho que ganhar de todo mundo! ` O resto todo sumia dentro da costura” (BOJUNGA, 1995, p. 85). Raquel conta que era uma linha bem forte a que costurou o pensamento do Terrível. Mas, depois, junto com Afonso, outro personagem galo, os dois começaram a lutar para não costurarem mais os pensamentos de ninguém. Acho que a costura com essa linha bem forte, como descrita por Raquel, se assemelha à produção de subjetividade imposta, desejada e governada, por exemplo, pela cisgeneridade. Será que é possível evitar essa costura? Ou fazer outras, mais maleáveis?

Assim como o governo da infância tem um interesse bem evidente, como falei antes aqui na carta, é também desde a infância e adolescência que as instituições fiscalizam o gênero. Na nossa experiência, apesar da revolta com os limites colocados desde cedo por ser uma menina, não sofremos violências como outras crianças que rompem de formas mais incisivas e expressivas com o modelo único de infância. Nós entendemos que viver a infância e adolescência é um privilégio durante os anos que atuamos no campo dos direitos de crianças e adolescentes. Sobre isso, entre algumas histórias que conheci de pessoas trans, te apresento um trecho do relato de Dante Freire (2021), sobre sua experiência como uma pessoa negra e transmasculina e sua relação com a infância e com sua mãe, uma mulher cisgênera branca:

Às vezes, tornava-se indigesto, mesmo sem saber ainda a razão, ouvir pessoas mais velhas falarem com tanta propriedade sobre meu corpo, como seria socialmente esperado que me comportasse. De todas as angústias que senti naquela época, me lembro de que uma das mais densas foi a de ver minha mãe me percebendo como algo “incomum”, que o seu manual de planejamento não havia lhe instruído a lidar. Não era só o comportamento. Não, ela sabia que era muito mais do que me confortava por fora. Muito mais do que os poucos diálogos que tivemos; mais do que um cabelo e cor de pele diferentes do dela, uma mulher branca, tentaria razoavelmente explicar e abrandar (...) desesperava-me, naquele tempo, a ideia de ela talvez nunca fosse capaz de enxergar minha existência como eu até ali fantasiava, buscando referências, corpos semelhantes ao meu. Vez ou outra eu expunha meus planos, fazia desenhos infantis de corpos, para mim, “impensáveis” de serem aceitos por todos que conhecia (FREIRE, 2021, p. 66).

O testemunho de Dante demonstra como as crianças e adolescentes que escapam do modelo universal de infância, muitas vezes são submetidas à precarização de suas vidas, pelo julgamento e normas do mundo adulto. Isso ocorre, por exemplo, quando percebem que as demandas que apresentam são demoradamente reconhecidas ou até mesmo desprezadas por pessoas adultas. Além disso, enfrentam um julgamento cruel quando suas expressões de dissidência de gênero e sexualidade são identificadas. Essas crianças e adolescentes sofrem com o sentimento de não poderem expressar seus próprios desejos, o que muitas vezes resulta em sofrimento psíquico.

Sara Wagner York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides (2020) pontuam que, após a infância, as travestis raramente vivem a experiência da adolescência, em função do processo de adultização de seus corpos, em que passam a ser objeto de desejo, e logo são entendidas como “adultas maliciosas” (p. 4). Ambos os exemplos demonstram que ser criança ou adolescente não garante que poderá viver a experiência da infância ou adolescência. Como garantir esse direito?

Para pensar caminhos possíveis, destaco a contribuição de Leena Alanen (2001). A autora enfatiza a relação entre os Estudos da Infância e os Estudos Feministas, pois além das semelhanças do processo inicial das duas correntes de pensamento, as críticas desenvolvidas desafiam as antigas noções de gênero e de geração. Os Estudos buscam romper com a perspectiva de muitas pesquisas que entendem as crianças e as mulheres a partir do referencial do sistema sexo/gênero e da lente adultocêntrica, em que o homem adulto é o centro. Para movimentar essa lógica, Alanen (2001) sugere que é necessário que mulheres e crianças ocupem o lugar de protagonismo nessas pesquisas. Ainda acrescenta que outros Estudos também realizam esse movimento, como os Estudos da Deficiência, das Relações Raciais, entre outros. Para pensar as infâncias e adolescências trans nos serviços de acolhimento, é importante seguir considerando a intersecção entre esses Estudos, Júlia.

É também inspirada no que Nascimento, Santos e Adad (2022) defendem como uma perspectiva ética nesse trabalho com as infâncias, que destaco que no diálogo contigo, Júlia criança, e com outras crianças e adolescentes, falo do lugar de pessoa adulta, mas entendendo que há uma “interdependência mútua”, que só é possível perceber negando a adultez e ao “pensar nas pontes, nas fronteiras, nas trocas, naquilo que pode escapar a estes mundos e favorecer a criação de outros espaços e temporalidades” (NASCIMENTO, SANTOS e ADAD,

2022, p. 330). A partir dessa proposta, apresento um trecho da música “Bola de meia, bola de gude”, interpretada por Milton Nascimento, que me lembra sempre você:

Há um menino, há um moleque.

Morando sempre no meu coração

Toda vez que o adulto balança

Ele vem pra me dar a mão

Há um passado no meu presente

Um Sol bem quente lá no meu quintal

(...) Pois não posso, não devo, não quero

Viver como toda essa gente insiste em viver

E não posso aceitar sossegado

Qualquer sacanagem ser coisa normal

(Fernando Brant e Milton Nascimento)

É inspirada na música e com o intuito de incentivar essa ponte e sensibilizar outras pessoas adultas a abandonarem a rigidez da adultez e entender que existem infâncias e adolescências, no plural, em suas diversidades de experiências, que te convido a seguir comigo na tese. Vamos?

Abraço bem apertado,

Júlia

### **2.3-Carta #1 para Sofia Favero**

Cara Sofia, como vai?

Recentemente participei do seu curso, realizado de modo remoto: “Localizando a cisnormatividade dos discursos psi: novos paradigmas para pensar diagnóstico, disforia e destransição”<sup>7</sup>. Me inscrevi no curso, pois queria te conhecer. Nos últimos anos, li alguns trabalhos seus: os livros “Criança Trans” (2020), “Psicologia Suja” (2023), a matéria da Revista

---

<sup>7</sup> O curso foi organizado pelo Instituto Partilhar e ocorreu no dia 23 de setembro de 2023, as 14h, através da plataforma remota Google Meet.

Cult na edição “Epidemia Trans: um debate sobre infância, gênero e normatividade” (2023), além de acompanhar suas postagens nas redes sociais.

Tenho mania de imaginar as pessoas que eu leio, expressando-se também verbalmente, e o curioso é que, pelo seu modo de escrita, já tinha imaginado uma Sofia bem próxima à que se apresentou na aula: ágil, afiada e com senso de humor. Acho bacana quando isso acontece, quando quem escreve deixa a pessoa leitora conhecer quem está ali atrás de todas aquelas palavras. Pretendo escrever outra carta para você, mas nessa carta inicial meu objetivo é dialogar com as discussões sobre metodologia apresentadas no livro “Criança Trans” (2020). Especialmente sobre dois pontos: o modo crítico como você também pensa a metodologia de pesquisa, no caminho oposto ao da burocracia e da escrita “neutra”, e o recurso da carta que você utiliza logo no início do livro.

Esse modo crítico de pensar escrita está presente nos seus livros, principalmente quando propõe escritas-travestis no livro “Crianças trans” (2020). Observo também na escrita de outras autoras travestis que tive a oportunidade de ler, que muito além do conteúdo das narrativas, como você bem explicou, a escrita travesti é o “reconhecimento de uma morfologia trans que impacta a produção da escrita” (FAVERO, 2020, p. 37). A Céu Cavalcanti (2018) no texto “Por escritas travestis anti-coloniais”, publicado na plataforma Medium, aborda a potência da escrita travesti, pois é uma escrita que ameaça as narrativas hegemônicas que falam sobre pessoas trans e que não são escritas por pessoas trans.

Também merecem destaque as escritas de pessoas transmasculinas, o livro “Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa” (2021), organizado por Bruno Santana, Leonardo Peçanha e Vércio Conceição. Ao proporem “narrativas plurais em primeira pessoa”, no título, anunciam a potência do compartilhamento de experiências para a mobilização e produção de redes e conhecimentos. Entre as narrativas que compõem a obra, estão os poemas, entre eles, “Trans-parto” (2021a), de Bruno Santana. Vou compartilhar com você um trecho do poema:

Me pari. Me reinventei.  
Rompi o cordão umbilical  
(cis)hetero-terrorista  
Que me acorrentava  
Me afastando de mim.  
Fui meu próprio parteiro,  
Comi a placenta

Cospi,  
Arrotei pra seguir.  
Pari a mim mesmo,  
Construindo a face  
que sempre desejei,  
Sou ciborgue.  
O corpo feito  
De retalhos,  
De ti, de mim  
De (nós)...  
Sou eu.  
Um pouco  
De um montão  
De gente  
Que já não  
Podem ser (...) (SANTANA, 2021, p. 35)

Cortante, não é? O poema revela uma montagem de si, feita com tantas dores e marcas de um sistema hetero-terrorista e, ao mesmo tempo, com um reinventar e protagonizar a própria história. O texto monta e remonta sensações e cria outras em quem o lê.

Por meio do poema, Bruno Santana conta o processo que é o dele e de muitos outros. Ana Cristina Moraes e Francisco Castro no texto “Por uma estetização da escrita acadêmica: poemas, cartas e diários envoltos em intenções pedagógicas” (2018), mencionam que o uso de metáforas, como nas escritas de poemas, permite explicar um conceito ou ideia de modo mais acessível e atrativo para a pessoa leitora.

Infelizmente, em algumas perspectivas conservadoras, a utilização de outros gêneros textuais nos trabalhos acadêmicos é considerado sem rigor e/ou sem validade científica. Considero o contrário, além da permanência do rigor, quando um texto ou livro é elaborado com outras estéticas “ganha leveza e tons poéticos em suas palavras, mantendo o estilo e a inspiração próprios dos autores” (MORAES e CASTRO, 2018, p. 4). São textos que buscam comunicar com as pessoas leitoras, como no caso do Bruno Santana, no poema “Trans-parto” (2021a) a sensibilidade como ele descreve o processo que é dele, mas não só, pois possivelmente vai causar a identificação de muitas outras pessoas e, sobretudo, vai partilhar processos que não são necessariamente conhecidos.

Sofia, você e muitas outras pessoas autoras trans citam como eram as únicas pessoas trans na graduação e nos programas de pós-graduação, aos poucos esse cenário está mudando e as estilísticas trans, com o que você nomeou de “redações combativas”, estão realizando o “movimento intencionado de desestabilização” (FAVERO, 2020, p. 36). As escritas travestis, transmasculinas, assim como as escritas de mulheres negras, inspiram a romper com os modelos tradicionais de escrita e com a suposta neutralidade de quem pesquisa, o que não é comum ainda.

Gosto de pensar a escrita como algo artesanal e dar ênfase aos processos. Acho que as inúmeras viagens entre Volta Redonda, minha cidade natal, e o Rio de Janeiro, onde vivo há 14 anos, influenciaram na ligação que faço entre o processo da pesquisa e de escrita, com as estradas. Às vezes, cheias de retas, como a Rodovia Presidente Dutra (BR 116), ou caminhos sinuosos da serra. A estrada de mão dupla, por exemplo, exige uma atenção porque a gente não sabe quando será preciso “cortar” um carro perto de uma curva, sem saber se no outro lado está vindo outro carro. É uma mistura de tensão e adrenalina. A estrada cheia de retas também pode ser muito perigosa, por achar que sabemos sempre o que virá, as vezes não olhamos atentas aos percalços no caminho. Pesquisar me lança nessas diferentes estradas, e sem romantizar as retas ou as curvas, penso esse exercício como um eterno recalcular velocidades e manejar a direção. Sentir o corpo em movimento. Sejam retas e/ou curvas, de onde saímos e para onde vamos, depende da motorista. E a motorista não está sozinha, ela tem um mapa, um plano, um GPS ou algo que o valha. A prática de troca de experiências e de ideias em um grupo, organizadas e coordenadas por uma orientadora, tem se mostrado para mim como um mapa - mas um mapa moderno - que, além de apresentar diversas possibilidades de destinos, rotas, também coloca sugestões em nota de rodapé e dicas de cafés que valem a pena fazer uma pausa.

A maioria de nós chega à pós-graduação com um registro sobre o que é escrita acadêmica ainda muito engessado, com medo de falar em primeira pessoa e de se implicar politicamente naquilo que estamos escrevendo. Isso é efeito de uma estrutura que pouco incentiva os estranhamentos, as críticas e a produção de novos pensamentos. Afinal, quem ganha com a continuidade dessa estrutura? A resposta está na figura padrão universalizada como sinônimo de humanidade: homem branco no regime cisheterossexual compulsório. O modo como a área acadêmica funciona, desde o pouco acesso de pessoas não brancas e em dissidência de gênero a esse espaço, à apresentação em sua maioria de bibliografias de autores homens cis brancos e até como estabelecem as normas de escrita, é uma forma de manutenção dos poderes estabelecidos.

Na minha experiência na pós-graduação, tanto no mestrado, e mais radicalmente no doutorado, fui convidada a escrever em primeira pessoa e sem tantos sinônimos, o que para uma pessoa que trabalhava no diálogo da psicologia com o direito e precisava transmitir sua mensagem por meio de documentos técnicos, foi um grande desafio. É importante mencionar que também vim de uma formação, na graduação, que não favorecia esse tipo de escrita, só falávamos em terceira pessoa. A comunicação nos textos era quase totalmente através das palavras de outras pessoas autoras. Infelizmente, a maioria das pessoas continuam produzindo trabalhos que pouco geram o interesse de leitura, e quando é necessário ler algum deles, como bem aponta Frédéric Gros (2021), deixam as pessoas entediadas, pois são repletos de “verifica-se, precisa-se, retifica-se: uma frase vira um parágrafo, um livro. Um livro se torna o comentário de cem livros sobre uma frase de outro livro” (GROS, 2021, p. 28). Socorro! Cadê a autoria nessa história toda? O que proponho pensar não é o descarte de outros trabalhos e muito menos o não uso de referências, mas sim dar ênfase ao que elaboramos e criamos a partir das diversas leituras que compõem a nossa escrita.

Faço coro com a autora Luciana Franco (2016) sobre como o processo de escrita está intrinsecamente ligado à metodologia de pesquisa, pois o modo que quem pesquisa “está em campo, colhe os dados, os registra e analisa é o próprio método – impossível desvencilhá-lo da escrita” (FRANCO, 2016, p. 15). Como exemplo, cito os registros realizados no diário de campo ou de resgate de memórias, pois além do foco de guardar as informações sobre as experiências ou episódios, expressa sensações e percepções. Memórias que são dinâmicas e que podem variar de acordo com o momento em que são resgatadas, sendo essencial analisar todos esses fatores. Retomar e discutir esses registros pode ser pensado como um dispositivo, pois é pensar as narrativas como “um conjunto heterogêneo que engloba discursos (...) dispositivo é a rede que pode se estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Tanto no mestrado e agora também no doutorado propus o exercício da análise de implicação, pensando sobre como meu percurso, e de onde estou falando, se entrelaça com as questões da pesquisa, e como tudo isso está totalmente ligado ao contexto histórico e político, que inclui um amplo campo de forças. Gostaria de compartilhar com você o percurso metodológico da tese. Serão realizadas análises dos registros em diário de campo de intervenções como psicóloga no campo dos direitos das crianças e adolescentes, principalmente da experiência profissional de 2016 a 2022 de atuação na assessoria técnica a Promotoras(es) de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), em que pude observar mais atentamente como opera a lógica da cisgeneridade nas instituições e na

formação de profissionais que compõem a área de proteção de crianças e adolescentes. Em grande parte do período mencionado, estava tanto como trabalhadora que integrava o Sistema de Justiça e como pesquisadora, tais lugares se complementavam, contudo também geravam conflitos. Conflitos são necessários, principalmente aqueles que deslocam nossas perspectivas iniciais, mas como pesquisadora é importante colocá-los sempre em análise, conforme pontua Simone Mainieri Paulon (2005), sobre a necessidade da “permanente análise do impacto que as cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído” (PAULON, 2005, p. 23).

Outra aliada importante nesse processo de escrita e análise, é a professora Suely Rolnik. Você conhece o memorial “Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico” (1993), que ela apresentou no concurso para professora titular da PUC-SP? A autora sugere o caminho da escrita como um modo de elaboração das “marcas” e das “marcas feridas”, pois ao se reencontrar com as sensações dos episódios vividos e analisá-los, reatualizam-se as “marcas”, o que permite novas conexões. Para esse processo é importante “deixar-se estranhar pelas marcas que se fazem em seu corpo” (ROLNIK, 1993, p. 3). Apesar de hoje me apresentar com o corpo pesquisadora, não mais trabalhadora no sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes, as “marcas” permanecem inscritas, mas agora tenho distância e tempo para elaborar e construir, com as “marcas”, novos modos de perceber o campo.

Rolnik narra que os “estados inéditos” geram “marcas”, marcas essas que estão sempre se atualizando em nós. O reencontro com essas “marcas”, apresenta novas conexões e novas possibilidades no por vir. Contudo, as “marcas feridas”, precisam de mais atenção, pois são as experiências que geram “um estado de enfraquecimento de nossa potência de agir (...) uma espécie de intoxicação” (ROLNIK, 1993, p. 10). Observo que esses anos de atuação no campo dos direitos das crianças e adolescentes deixaram muitas “marcas” que me possibilitaram refletir e querer pesquisar, buscando novas saídas, mas também identifico as muitas “marcas-feridas” que foram formadas no trabalho cotidiano com situações de violações de direitos. Mas, como propõe Rolnik (1993), entendo a escrita como o modo de resgatar a potência dessas marcas e criar histórias. Então, vamos lá!

Acredito que quem começa uma escrita achando que já sabe tudo que vai escrever, não se desafia ao movimento em que a escrita pode nos lançar. É necessário desengessar a escrita, para “passear e descobrir, nos desvios das palavras, ao redor das frases, bruscamente, pontos de vista que não apareciam anteriormente” (FOUCAULT, 2016, p. 38). No meu caso, a escrita com

a análise de implicação permite observar compreensões às vezes tendenciosas de quem estava há muito tempo atuando e se relacionando com um campo de discussão e me ajuda a construir novas percepções e/ou uma questão ainda não respondida, além de poder levantar novas questões. Sobre essa dinâmica, Foucault (2016) explica que quando ele começava a escrever, não sabia onde ia chegar e aí que estava o interessante da escrita. Ainda afirmava “só descobro o que tenho para demonstrar no próprio movimento da escrita (...)” (FOUCAULT, 2016, p. 49). Ou seja, ao mesmo tempo que a escrita descreve o processo de pesquisa, é também parte dele.

A proposta da escrita do processo de análise de implicação as vezes é confundida com o que no livro “Crianças trans” (2020) você nomeou de “confessional” ou o que eu chamo também de escrita ensimesmada, justamente porque não observa que localizar quem escreve e pesquisa é uma política e uma ética. Uma autora que você cita e que também contribuiu bastante na minha formação como pesquisadora é a Donna Haraway (1995), com o texto “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. É interessante como há quase 30 anos atrás, Haraway (1995) já questionava e chamava de irresponsável o lugar de neutralidade e de uma certa objetividade que muitos pesquisadores homens defendiam e, infelizmente, ainda defendem. É possível observar em muitas pesquisas acadêmicas, como a lógica de “objeto” de pesquisa ainda impera e estabelece uma relação de outridade, em que só a outra pessoa é representada e analisada.

Sobre isso, a Céu Cavalcanti (2018) também conta que leu a tese de uma mulher cis sobre a violência contra a população trans e ficou incomodada pois, apesar da boa argumentação teórica e o fato de a autora falar em primeira pessoa e de modo poético, não colocava em questão o lugar ocupado por ela na cisgeneridade. É esse movimento relatado pela Céu que pretendo evitar, para tanto, um dos objetivos principais da tese é considerar como a localização na cisgeneridade atravessou minha vida e minhas experiências profissionais e, com essa análise e o diálogo com pessoas trans através de cartas, convidar outras pessoas cis que também atuam na rede de proteção de crianças e adolescentes a refletir sobre a cisgeneridade e a conhecer a produção de pessoas trans.

Para recusar essa neutralidade e ausência de representação de quem escreve, gosto muito da proposta da Haraway do caminho da objetividade feminista na pesquisa, a partir dos “saberes localizados” e da “perspectiva parcial”, em que reconhece que não existe percepção passiva e provoca a pensar como “os sistemas de percepção são ativos, constroem traduções, modos de específicos de ver e produz modos de vida” (HARAWAY, 1995, p. 22). Referências essas que

observo que você também utiliza no livro *Criança Trans* (2020) e que vai além, considerando sua formação em psicologia, entendendo que se trata de um modo de subjetivação e que está totalmente relacionado com o percurso metodológico. Destaco aqui as suas palavras:

(...) mas que tipo de subjetivação estamos falando quando tal localização busca somente endereçar quem pesquisa a uma série de marcadores, sem relacionar isso com o percurso metodológico? Antes de ser um aviso, um anúncio de boas-vindas, o “local de fala” deve ser um contraste na pesquisa. Uma via de mostrar como chegar até onde se chegou só foi possível por causa de um “eu-nós” que se articulou. (FAVERO, 2020, p. 38)

Achei esse trecho uma provocação muito importante sobre o “local de fala”. Quando a localização de quem pesquisa aparece de modo esvaziado e proforma, sem o caráter relacional entre a discussão e quem a faz, segue com uma manutenção da lógica de “objeto” de pesquisa. Nos meus trabalhos iniciais do doutorado apresentados para a orientadora Giovanna, utilizei recorrentemente o termo “temáticas” para tratar de questões que pretendia discutir na pesquisa. As sinalizações frequentes desse termo no texto e de outros semelhantes e a discussão apresentadas pela orientadora, me permitiram refletir sobre a perspectiva ainda muito adotada por nós na área acadêmica de abordar o que seria nosso tema como objetos de uma prateleira e que apenas elegemos um para a pesquisa, sem refletir e analisar o que levou ao encontro com o tema. Ao retornar ao texto e pensar modos para substituir as palavras “temáticas”, observei que era muito além de trocar por outros sinônimos, precisava explicar o que me levou ao encontro dessa inquietação da pesquisa e aprofundar com a atenção que esse problema de pesquisa merece. Para esse objetivo, pensar as ferramentas metodológicas foi essencial.

Acho que você expressa bem a abertura para o por vir, quando assume que ao se identificar e localizar no texto, não quer dizer que necessariamente seguirá buscando corresponder com o que indicou inicialmente, aliás, você defende o contrário: “é provável que a posição da própria identidade seja enfraquecida no trabalho; afinal, a simples afirmação sobre quem se é não garante nenhuma coerência com o que foi produzido adiante” (FAVERO, 2020, p. 39). É nessa liberdade com a escrita que pretendo seguir.

Outro recurso que utilizo na metodologia é a proposta de uma tese composta inteiramente por cartas. Por isso, queria conversar com você sobre a carta que escreve para a Sofia criança no livro “*Crianças Trans*” (2020) e que inspirou sua orientadora Paula Sandrine a também escrever uma carta para a “pequena Sofia” na apresentação do livro. Como foi sua experiência? Curiosa para saber por que na carta para a pequena Sofia você menciona que

“nunca foi uma criança de ler cartas, e sim de mensagens virtuais” (FAVERO, 2020, p. 17). A partir dessa informação, deduzi que temos talvez alguns anos de diferença de idade, pois a Júlia criança não tinha acesso ainda aos recursos tecnológicos, como computador, internet e mensagens virtuais. Apesar do salto tecnológico em poucos anos e a oportunidade de conhecer essas ferramentas na adolescência, meu modo de comunicação escrita ainda era majoritariamente por cartas. Antes dos aplicativos de mensagens instantâneas e das redes sociais, eu e minhas amigas, tanto para conversar na sala de aula, quanto para paquerar, utilizávamos as cartas. Lembro de uma amizade com uma menina que conheci em uma viagem para Paraty em que as cartas trocadas eram intermediadas pelos correios e além da troca de informações sobre nossas vidas, também trocávamos papéis de carta. Essa relação afetiva com a Julia criança e o incentivo do meu grupo de orientação e de duas professoras da banca de qualificação do doutorado, Teresa e Sara, me fizeram encarar esse desafio de uma escrita com cartas.

Você conhece o livro eletrônico “Cartas para pensar – políticas de pesquisa em Psicologia” (2014), organizado pelas teóricas Anita Bernardes, Gilead Tavares e Marcia Moraes? É sempre interessante quando encontramos trabalhos que se aproximam do que estamos pensando. Cada capítulo do livro é uma carta para diferentes destinatárias/os e cada uma com estilos de escritas próprias. Cada uma das cartas do livro me mobilizou a criar diferentes estratégias para pensar as pessoas e instituições destinatárias das cartas da tese, bem como, o modo de fazer essa escrita. Destaco, especialmente: a Apresentação de Márcia Moraes e Anita Bernardes; “Uma carta endereçada à “Proteção Integral” de Pedro Paulo Bicalho; “Aos psicólogos em atuação nas políticas públicas” de Lutiane de Lara, Neuza Guareschi e Zuleika Gonzales; “Carta para usuária da assistência social” de Lílian Rodrigues Cruz e Luciana Rodrigues; e a carta “Do ‘pesquisarcom’ ou de tecer e destecer fronteiras” de Márcia Moraes.

Entre as organizadoras do livro, as autoras Márcia Moraes e Anita Guazzelli Bernardes (2014) apresentam a tecnologia das cartas como um recurso que nos conecta ao nosso cotidiano, principalmente quando buscamos a comunicação e a interação com uma ou mais pessoas. Ou seja, estabelecemos uma relação ativa com o pensamento, por meio do “exercício do diálogo, do endereçamento, da parceria, da conexão, das zonas de vizinhança que nos tiram de uma condição de apenas relatores solipsistas de conhecimento para uma relação imanente ao pensamento” (MORAES e BERNARDES, 2014, p. 9). Vou te contar sobre algumas dessas cartas do livro que me ajudaram no processo de elaboração da escrita da tese.

Entre as cartas que compõem a coletânea, uma é do nosso atual presidente do Conselho Federal de Psicologia, Pedro Paulo Bicalho (2014). Ele escreve uma carta endereçada à “Proteção Integral” e é muito interessante como ele se refere à “proteção integral” como “dona Proteção”. Na minha leitura da carta, imaginei a “proteção integral” como uma senhorinha antiquada. E suponho que seja essa mesmo a ideia. No diálogo com a “Proteção Integral” ele pontua como, em nome dela, são organizados discursos e práticas que reforçam a vigilância e exclusão de uma parte da população. No último parágrafo, ele ainda faz uma ironia divertida: “Para finalizar: em seu nome e em nome do seu amigo (ao qual envio lembranças), o senhor Cuidado, muitas formas de sofrimento e exclusão têm sido produzidas (...) (BICALHO, 2014, p. 40). Criar personagens é uma das potências da carta, você tem licença poética para apresentá-las como bem entender, como fez Bicalho (2014), com as personagens dona Proteção e o senhor Cuidado.

Já a carta da Lutiane de Lara, Neuza Guareschi e Zuleika Gonzales (2014) (sim, a carta também pode ser uma escrita conjunta!) é direcionada a profissionais de psicologia que atuam nas políticas públicas. As autoras citam o entusiasmo na elaboração da carta e destacam que o objetivo é coletivizar as questões que as inquietam, para isso, relatam que buscam transmitir as ideias de modo que possam ser “degustadas” e “comestíveis” para as pessoas leitoras. Outra curiosidade é a menção das autoras, dentro do próprio texto, que não sabiam, antes do começo da escrita, qual seria o destino da carta, a escolha ocorreu no processo. É uma sinceridade que pouco observo ainda nas produções acadêmicas. Nunca deixam ver o processo de construção. Sobre isso, gosto da ideia de mostrar nosso canteiro de obras: o projeto, a produção do cimento, a estrutura, contar o que não deu certo, desabou e teve que ser reconstruído. Isso é algo que escritas que propõem um diálogo, como a escrita de cartas, pode fazer.

Outra carta interessante é a de autoria de Lílian Rodrigues da Cruz e Luciana Rodrigues (2014) para uma usuária da Assistência Social. A conversa com Maria aparece como uma oportunidade das autoras que pesquisam a atuação de profissionais de psicologia nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) compartilhar algumas observações do campo, como por exemplo, o fato que não só usuáries(os) do serviço, como também profissionais, são submetidos à uma lógica de fiscalização: “a senhora talvez se sinta vigiada, mas saiba que o psicólogo e o próprio Serviço também o são. É uma espécie de ‘todos vigiam todos’ (CRUZ e RODRIGUES, 2014, p. 58). Ou seja, a escrita de cartas pode ser um modo de análise não só das políticas públicas, mas também das dinâmicas institucionais, recurso que utilizo bastante na tese também.

São muitas cartas instigantes, mas vou citar só mais uma, juro! A professora Márcia Moraes (2014) escreve uma carta para estudantes, trazendo-lhes de modo poético outros modos de pensar a metodologia de pesquisa, como um processo que envolve estar com outra pessoa, que constitui mundos e que nos vincula a outra pessoa. A teórica também destaca a importância de propor outras formas de abordar metodologia de pesquisa, que se distanciem de um modelo rígido, como na perspectiva de “protocolo”, ainda muito adotado na academia. Eu fui uma das alunas da Márcia de Metodologia de Pesquisa, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e ela esteve nas minhas bancas de qualificação e defesa do mestrado e contribuiu muito para pensar outras estéticas, como o uso das cartas, como metodologia.

Desculpa, sei que me alonguei na conversa. Mas esse debate me mobiliza bastante. Última informação: inspirada na sua proposta do livro “Crianças Trans” (2020) de escrever uma carta para a “pequena Sofia”, e considerando que a tese quer pensar as infâncias e adolescências, também escrevi uma carta para a Júlia criança e convidei você para essa escrita, foi muito bacana esse exercício.

Depois te escrevo mais, Sofia. Até!

## 2- AS CONTRIBUIÇÕES DOS TRANSFEMINISMOS BRASILEIROS

Arriscando-me a ser rotulada como ideóloga de um futuro trans (reduzindo aqui o termo 'transgênero') da cultura brasileira, antevejo que o processo de visibilização das pessoas trans irá se acelerar, desnaturalizando a crença falaciosa nos gêneros como categorias simples e imutáveis frente aos mecanismos históricos e culturais. (...) A revolução trazida pela população transgênero ainda está em curso e afetará toda a sociedade. A festa de seu lançamento já foi marcada nas redes sociais da internet, e em breve se espalhará pelas ruas. ("Manifesto Transgênero", de Jaqueline Gomes de Jesus, 2013)

## 2.1- Carta para Hailey Kass

Olá, Hailey,

Espero que esteja bem. Talvez você não se lembre de mim, mas tive o prazer de participar dos cursos que você ministrou no ano de 2023: “Introdução aos estudos trans brasileiros” e “Por um feminismo decolonial”<sup>8</sup>, pelo Centro de Pesquisa Transfeminista, organização da qual você é fundadora. Gostaria de ressaltar minha enorme admiração pelo seu trabalho enquanto professora e como uma das importantes precursoras do movimento transfeminista no Brasil.

Em ambas as oportunidades dos cursos, trocamos um pouco sobre o livro “Calibã e a Bruxa” (2017), da Silvia Federici. Recordo-me de ter notado a capa rosa do livro em seu vídeo, em aulas anteriores, antes mesmo de você abordá-lo no curso. Naquela fase estava monotemática e compartilhando animada sobre o livro com todas as pessoas que cruzavam meu caminho. No dia em que você expressou sua admiração por essa obra e discutiu como ela contribuiu para sua reflexão sobre a construção da cisgeneridade, me identifiquei muito contigo. Esta carta é um convite para estendermos nossa conversa sobre o livro, mergulhando mais fundo nas reflexões que ele nos proporciona, especialmente no tocante à cisgeneridade.

Embora tenha tido acesso ao livro assim que a tradução chegou ao país, foi na disciplina “Bruxas e Infames: entre passado e presente”, ministrada pela professora Giovanna Marafon, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, que aprofundei a discussão. Confesso que me senti inicialmente intimidada como pesquisadora, na época, ainda na fase de elaboração da tese de doutorado, diante do encontro com esse trabalho primoroso de pesquisa. No entanto, minha angústia diminuiu ao descobrir que o livro é fruto de um estudo que se estendeu por 30 anos. Ufa! Gostaria de compartilhar como essa obra me atravessou e as conexões que estabeleci com autoras afrolatinoamericanas, decoloniais e transfeministas, entre elas, com teóricas que estudamos em seus cursos.

É fascinante como Federici (2017) propõe uma contranarrativa ao explorar registros históricos de dois eventos significativos: a suposta “transição” do sistema feudal para o

---

<sup>8</sup> Ambos os cursos foram promovidos pelo Centro de Pesquisa Transfeminista. O “Introdução aos estudos trans brasileiros”, além da professora Hailey Kass, também contou com a participação da teórica Leticia Nascimento na última aula. A maior parte do público dos dois cursos eram pessoas trans e não binárias e os debates das aulas me permitiram conhecer não só outras referências teóricas, mas também algumas das principais reivindicações e movimentos das lutas trans no Brasil.

capitalismo e a colonização das Américas, não acha? A utilização do termo "transição" entre aspas é deliberada, pois compreendi que representa uma postura política contrária à narrativa oficial que busca ocultar como o estabelecimento, organização e desenvolvimento do sistema capitalista ocorreram à custa de perseguições, torturas, sequestros e assassinatos de mulheres na Europa e de pessoas de origem afrolatinoamericana durante o processo de invasão e colonização das Américas.

É notável e inspirador como, a partir dessa perspectiva, Federici desenvolve uma análise crítica e feminista das dinâmicas das caças às bruxas, conectando a ideia do Calibã (corpo rebelde de resistência anticolonial) à imagem da bruxa. Ao destacar o estudo da perseguição às bruxas no Velho e Novo Mundo, o livro revela como a construção de uma nova ordem patriarcal influenciou a consolidação do sistema capitalista, uma abordagem frequentemente negligenciada por outros teóricos influentes, como Marx e Foucault.

Confesso que, em relação a Foucault, foi desafiador aceitar que o autor que me proporcionou uma visão crítica sobre diversas instituições e processos históricos tenha ignorado ou não percebido a relevância da caça às bruxas para a história da sexualidade, por exemplo. Porém, é importante reconhecer que Foucault era um homem branco europeu. Felizmente, hoje temos acesso a leituras feministas como a que você propõe com o transfeminismo.

Ao discorrer sobre as categorias de gênero e criticar a concepção binária de “homem” e “mulher” que foram definidas e limitadas de modos diferentes no decorrer da história e de acordo com uma divisão sexual do trabalho, achei muito revolucionário quando Federici (2017) explica que esse período “diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas (...)” (FEDERICI, 2017, p. 232). Ou seja, o capitalismo, interessado na reprodução do trabalho e com o apoio da Igreja Católica, de modo processual e violento, atuou na regulação e no controle dos corpos e das sexualidades. Como efeito e podemos observar ainda hoje, houve a produção de uma “feminilidade” que atendesse aos interesses desse sistema econômico, com o objetivo de cercear os muitos domínios de existência de uma mulher e atrelá-la apenas à sua função reprodutiva. Nessa lógica, aquelas que escapassem desse padrão ou que fizesse outros usos da sexualidade e de seus corpos, eram consideradas bruxas e eram perseguidas.

Curioso como as ditas bruxas, as suas práticas de bruxarias (a autonomia reprodutiva, relação com a natureza e com os animais, o conhecimento sobre a utilização de ervas, o “feitiço” sobre os homens, entre outras práticas e saberes dissidentes) e as supostas relações com o diabo,

eram temidas pelos homens europeus, pois eles se sentiam ameaçados no poder que detinham. Como brasileira, fiquei impressionada como, para além da Europa, onde a caça às bruxas é um pouco mais reconhecida pelos historiadores, pouco se fala que essa perseguição foi uma estratégia muito utilizada na colonização das Américas e que se apresentava como “um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio” (FEDERICI, 2017, p. 282).

Aliás, quando a autora faz a análise do processo de colonização das Américas, com ênfase nos documentos resgatados principalmente do período das invasões do Peru e do México (quando se refere à América do Sul), também ajuda a compreender melhor a história do Brasil. Aqui, a colonização foi marcada pelo racismo e a desumanização gerada por ele, com a invasão dos portugueses e ataque aos povos indígenas, como também pelo sequestro e tráfico de pessoas de origem africana para o território brasileiro. De igual modo, esse processo também foi atravessado pelo sexismo e pela concepção binária de gênero, lógicas que atendiam aos interesses do sistema econômico adotado pelos países colonizadores e pelo raciocínio colonial. Infelizmente, como também sugere o livro, a caça às bruxas não foi um evento pontual, pois “a expansão global do capitalismo, por meio da colonização e da cristianização, assegurou que esta perseguição fosse implantada no corpo das sociedades colonizadas” (FEDERICI, 2017, p. 414).

Semelhante ao que ocorre com os povos originários, a população negra no Brasil, foi e segue sendo alvo de extermínio e exclusão, em função do racismo. A análise que ela faz sobre o panfleto contrarrevolucionário de 1871 com a ilustração de uma indígena retratada como bruxa e com traços africanos, demonstra além do ataque aos povos indígenas e contra pessoas negras, a questão do gênero e a associação à imagem da bruxa. Ou seja, produziu-se o medo e foi disseminada a ideia de que as pessoas negras e a cultura africana eram insubordinadas e ameaçavam possíveis revoltas. Que bom que existiu e existe essa insubordinação! A desobediência da população negra às regras dos colonizadores e ao pensamento judaico-cristão é que garante o olhar crítico para a sociedade ocidental, propondo outros modos de leituras de mundo e outras formas de estabelecer relações.

Os estudos decoloniais, especialmente aqueles que exploramos no seu segundo curso, Hailey, têm ampliado minha compreensão sobre diversas perspectivas. Uma das autoras instigantes que discutimos, que critica profundamente o processo de generificação das culturas ocidentais, é a nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí. Em seu livro "A invenção das mulheres:

construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero" (2021), a teórica aborda de forma crítica como “desde o período colonial, a história iorubá foi reconstituída por meio de um processo de invenção de tradições generificadas” (p. 135). Associei a análise de Oyèrónké com o livro da Federici. O debate da autora nigeriana ajuda a compreender o gênero como categoria social e historicamente construída e que deve ser examinada considerando quem cria essa categoria, onde e quando.

Após essas minhas primeiras percepções, gostaria de continuar refletindo com você. Considerando as ideias apresentadas no livro “Calibã e a bruxa” (2017) e ponderando sobre as questões que permeiam minha pesquisa de doutorado acerca do atendimento às crianças e adolescentes trans em serviços de acolhimento, fiquei com a seguinte pergunta: o processo de perseguição e assassinato de pessoas trans no Brasil se relaciona com um novo processo/momento também de caça às bruxas?

Na discussão sobre a colonização de indígenas das Américas e a caça às bruxas, Federici (2017) cita rapidamente o que hoje poderíamos entender como algo que poderia se aproximar da resistência e negação de muitas pessoas em relação às experiências que escapam da binariedade de gênero, quando menciona que, segundo os europeus, o “travestismo” era um dos comportamentos considerados crimes e praticados pelos colonizados, devido a uma suposta atribuição de relação com o diabo.

Além da exigência dos colonizadores de abandono dos costumes sexuais dos(as) indígenas, como a homossexualidade e a poligamia, também impuseram mudanças no modo de se vestir. Esse debate me remete ao recente texto elaborado por uma destacada teórica brasileira, autodenominada putafeminista, a travesti Amara Moira. Em sua coluna no site BuzzFeed, intitulada "Primeiras Narrativas Trans na História do Brasil" (2023), a autora cita duas importantes obras que, apesar dos títulos mencionarem apenas a homossexualidade, tentam retratar a história LGBTI+ no Brasil, são elas: "Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX" (2019), de James N. Green, e "Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade" (2018), de João Silvério Trevisan.

Apesar das críticas incisivas de Amara Moira (2023) ao apagamento das pessoas trans em ambos os títulos, ela ressalta a importância do meticuloso levantamento de documentos realizado pelos dois autores. Destacam-se, por exemplo, cartas de portugueses que invadiram o Brasil, descrevendo a presença de indígenas com comportamentos dissidentes das normas de gênero e sexualidade. Por exemplo, como o relato da existência de mulheres que adotavam

vestimentas e cortes de cabelo masculinos, participavam ativamente na guerra ao lado de outros homens e estabeleciam relações afetivas identificadas como "marido e mulher" com outras mulheres. Esses dados, minuciosamente coletados e discutidos no trabalho, evocam a argumentação de Federici (2017) sobre como a divisão sexual do trabalho influenciou e consolidou as concepções binárias de gênero.

Assim como na análise do processo de colonização das Américas e sua relação com a caça às bruxas, Amara Moira destaca que os comportamentos considerados sodomia pelos colonizadores poderiam persistir e até serem aceitos em nossa cultura, não fossem "o genocídio, a aculturação e o racismo a que os povos indígenas têm sido submetidos desde 1500" (MOIRA, 2023, s.p). Apesar das persistentes tentativas de apagamento, as pessoas LGBTI+ continuam a resistir e desafiar esse sistema colonial.

O artigo "Manifestações Textuais (Insubmissas) Travesti" (2020), das autoras Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides, também relembra que desde o século XVI, especificamente pelos registros do Santo Ofício referentes a 1591, na Bahia, Salvador, já havia notícias de figuras que desafiavam as normas de gênero, como Xica Manicongo e Joane. Conforme os registros, essas figuras rompiam com os padrões de vestimenta, além de demandar o tratamento no feminino e a utilização de seus respectivos nomes sociais. O referido texto, ao reconhecer a existência dessas figuras desde séculos passados, evidencia como, mesmo antes da categorização travesti, já existiam e persistiam modos de existir no mundo que desafiavam a construção binária de gênero.

Viviane Vergueiro (2016) é outra importante autora que estudamos no seu curso e proporciona valiosas contribuições para esta discussão, ao fazer uma associação e reflexão sobre os tempos atuais no Brasil. O texto "Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial" faz uma crítica próxima à do livro da Federici (2017), concentrando-se, sobretudo, no processo de colonização e na forma como os interesses dos colonizadores transcenderam o domínio das esferas econômicas e políticas, alcançando também o controle dos corpos, através da sexualidade e do gênero. Diante do exposto, a autora propõe o termo "ciscolonialidade", para "atrelar os entendimentos e análises sobre cisnormatividade às colonialidades históricas que ainda hoje fundamentam determinadas normatividades" (VERGUEIRO, 2016, p. 265). Como manifestação da ciscolonialidade, ela argumenta que a violência e a marginalização direcionadas a pessoas trans e travestis, longe de serem meros efeitos colaterais dessa lógica, estão profundamente enraizadas nas estruturas das instituições e na produção do conhecimento.

Após essas discussões, retomo a pergunta que fiz durante a carta: o processo de perseguição e assassinato de pessoas trans no Brasil se relaciona com um novo processo/momento também de caça às bruxas? A partir das reflexões compartilhadas em seus cursos e das análises presentes no livro de Federici (2017), torna-se evidente que a tentativa de aniquilamento das existências trans, mesmo antes de serem reconhecidas por esse termo, existe desde o processo de colonização. Nesse contexto, as concepções binárias de gênero foram instituídas e fortalecidas segundo a lógica dos colonizadores brancos. Aqueles que não se conformavam aos padrões restritos de masculino e feminino eram estigmatizados e erroneamente associados ao diabo, tornando-se alvos das estratégias empregadas na caça às bruxas. Isso construiu a ciscolonialidade, que opera até hoje e é a base do CISTema.

Portanto, percebo que a perseguição e o assassinato de pessoas trans no Brasil não representam um novo processo ou momento, mas sim a continuidade de uma mentalidade ciscolonial branca, possivelmente com táticas atualizadas da caça às bruxas. Qual é a sua perspectiva sobre essa análise?

Não desejo encerrar esta carta com desesperança. Devemos avançar. Para desconstruir esse CISTema, Viviane Vergueiro nos oferece algumas orientações valiosas. Vou colocar aqui um trecho para você e para quem nos lê:

Um dos caminhos de enfrentamento a esta forma de colonialidade que se desdobra em vários problemas é estabelecer processos de re+escrita e des+aprendizados críticos, legitimar e valorizar os conhecimentos específicos provenientes de nossas comunidades, particularmente nas suas intersecções. No sentido da produção de conhecimentos sobre as diversidades corporais e de identidades de gênero, isso implica em um esforço constante de re+escrita e des+aprendizado de colonialidades condescendentes e inferiorizantes que nos excluíram, historicamente, da possibilidade de produzir conhecimentos válidos sem intermediações de “especialistas”, e no enfrentamento efetivo das violências que nos impedem e dificultam o acesso a recursos educacionais. Quando contrapomos nossas experiências complexas e interseccionalmente localizadas contra as epistemologias dominantes que simplificam e condescendem nossas comunidades e pessoas trans travestis, construímos fissuras na ciscolonialidade que, espero, possam explicitar e denunciar as funções morais por detrás das supostas objetividade e neutralidade das ciências (...) (VERGUEIRO, 2016, p. 267)

Achei muito didática, assertiva e potente a proposta de Viviane Vergueiro. O que ela aborda é a relevância da re+escrita e de des+aprendizados. Com certeza, sinto que é extremamente importante e urgente que a comunidade acadêmica adote medidas concretas e construa de fato pensamentos críticos, com a presença de pessoas trans nesse campo, além de

em outros espaços dedicados à formulação de políticas públicas. Isso é fundamental para sacudir e dismantelar as bases da ciscolonialidade.

Aqui no Brasil, os movimentos Transfeministas, no qual você é uma das grandes estudiosas, e as leituras interseccionais têm me ajudado muito a pensar sobre os feminismos, as concepções de gênero e o entrelaçamento entre raça, gênero, classe, sexualidade, idade e outras marcações de diferenças e desigualdades. Você e muitas outras pessoas trans, têm realizado um movimento revolucionário no país com uma proposta decolonial e anti-capitalista, para o combate da ciscolonialidade. Poderia ficar páginas e páginas ressaltando a importância desses trabalhos, mas me alongaria muito na carta e a seguir ainda tem mais.

Até um próximo curso, Hailey.

Grande abraço, Júlia

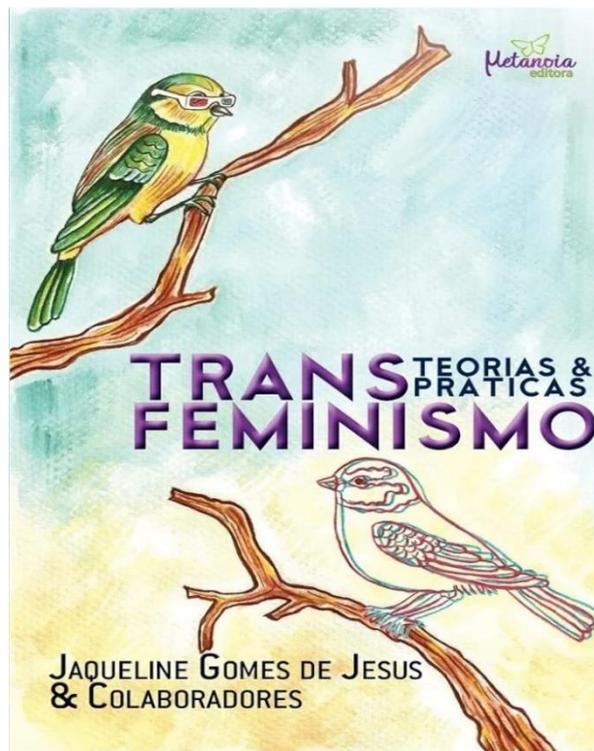
## **2.2- Carta para Jaqueline Gomes de Jesus**

Oi Jaqueline, como vai?

Escrevo essa carta pois queria conversar sobre o livro que você organizou com outras pessoas colaboradoras, “Transfeminismo: teorias & práticas” (2015). Este trabalho se destaca como uma das principais referências nas discussões sobre transfeminismo no Brasil, pois se revela fundamental para o entendimento e avanço desse movimento no país. Além disso, gostaria de dialogar com o artigo “Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais” (2012) que você escreveu em parceria com a Hailey Kass, outra importante personagem do movimento. Ressalto essas duas produções, pois o objetivo é pensar contigo sobre os seguintes pontos: o transfeminismo e o diálogo com os demais feminismos e a importância das críticas transfeministas para a Psicologia, área profissional e de conhecimento que compartilhamos.

Quando visualizei pela primeira vez o livro “Transfeminismo: teorias & práticas” (2015) em 2019, a capa, com a marcante ilustração de Vivian Saad, capturou minha atenção. A representação de um pássaro, em verde a amarelo, com óculos em 3D (três dimensões) e do outro, mais abaixo, apenas delineado por linhas azuis e vermelhas despertou minha curiosidade sobre qual a relação da imagem com a discussão do livro.

Figura 3-Capa do livro “Transfeminismo: teorias & práticas”



Fonte: Editora Metanóia, 2015

Poderia o livro ser interpretado como um convite do transfeminismo para os demais feminismos incorporarem uma outra dimensão em suas perspectivas? As linhas que contornam o outro pássaro tornam-se uma metáfora rica também em possibilidades.

No texto “Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista” (2015), que compõe a coletânea de artigos do livro, você menciona o processo de construção da teoria transfeminista e como sua origem é o movimento de luta e da resistência de pessoas trans. No trabalho você resgata inclusive as discussões do texto de Aline Freitas (2005 apud JESUS, 2015) “Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista”, reconhecido como precursor da discussão no contexto brasileiro, que se trata de um chamado para um mundo mais inclusivo para todos os gêneros. Tanto nesse ensaio quanto no artigo colaborativo com Hailey, em 2012, fica evidente a significativa influência do ambiente virtual, englobando blogs, sites e, mais recentemente, redes sociais, na disseminação do pensamento transfeminista.

Jaqueline, meu primeiro contato com o termo "transfeminismo" aconteceu durante uma palestra sua, uma entre as diversas que tive a oportunidade de assistir em eventos de psicologia e em debates em 2018 quando você se candidatou a deputada estadual no Rio de Janeiro. Em

todas as oportunidades, fiquei encantada com seu modo de comunicar. O que me fez votar em você naquela eleição.

Resgatei esta foto compartilhada na página do Instagram do Instituto Cultural Rose Marie Muraro do evento realizado no dia 26 de setembro de 2018 de um debate que você participou com outras candidatas feministas a deputadas estaduais, como Claudete Costa e Dyonne Boy. Eu estava na plateia, com vestido verde com flores pretas, estava atenta a sua fala, com Rose Marie Muraro ao fundo, escritora feminista que antes de ser demitida da Editora Vozes, viabilizou a publicação do livro de Anderson Herzer “A queda para o alto” (1987).

Figura 4- Debate político das eleições para Deputada(o) Estadual do Rio de Janeiro, no Instituto Rose Marie Muraro, em 2018



Fonte: Instagram @icrmrio

Sobre as palestras, recordo-me da forma como você se empenhava em tornar o transfeminismo acessível, especialmente para quem, como eu na época, possuía pouco conhecimento no assunto. O modo como descreveu o transfeminismo foi semelhante ao que você apresenta no livro “Transfeminismo: teorias & práticas” (2015):

(...) pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina (...) (JESUS, 2015, p. 19)

Lembro de sua ênfase de que o transfeminismo não é apenas uma teoria, mas uma prática engajada. Você sempre fazia questão de prestar homenagem a figuras essenciais da luta transfeminista, destacando a importância de reconhecer e celebrar aquelas pessoas que pavimentaram o caminho. Essa é uma política e uma prática também comum entre movimentos de pessoas pretas. É o reconhecimento de uma sabedoria, da ancestralidade e da memória. É notável perceber, tanto em seus escritos quanto nos de outras pessoas autoras sobre os transfeminismos, que ao formular teorias e compartilhá-las no meio acadêmico, há um constante valor dado para quem esteve na linha de frente dessa luta, remontando, por exemplo, a figuras como Xica Manicongo. Ao fazer os registros sobre essas existências e suas lutas, você demonstra como “o ideal normativo do sexo é incapaz de explicar a pluralidade de identidades de gênero identificadas ao longo da História da Humanidade” (JESUS, 2015, p. 23). Ou seja, ajuda a entender o gênero como algo que foi construído ao longo da história.

Ao compreender essa perspectiva e ao analisar de que maneira a construção social da binariedade de gênero está intrinsecamente ligada aos interesses coloniais e à imposição da divisão de trabalho pelo capitalismo, conforme escrevi também na carta para Hailey Kass, esse debate proporcionou-me uma ampliação significativa das ferramentas analíticas dentro do feminismo. A perplexidade persiste ao tentar compreender como algumas mulheres que se dizem feministas, predominantemente brancas, resistem à aceitação e, por vezes, atacam o transfeminismo e a inclusão de pessoas trans nas lutas feministas, a partir da falácia de ideias essencialistas que determinam “que mulheres ‘de verdade’ seriam aquelas com órgãos genitais femininos externos e internos (vagina e útero), ou ainda ‘as que engravidam’, ou que homens ‘de verdade’ seriam aqueles com testículos e pênis, que podem penetrar alguém” (JESUS e ALVES, 2012, p.14).

Do mesmo modo que as leituras e a aliança com o feminismo negro me proporcionou, enquanto pessoa branca, uma visão crítica para questionar os privilégios associados às mulheres brancas em temas cruciais para as lutas feministas, o encontro com as discussões transfeministas me permitiu uma análise reflexiva da cisgeneridade. A meu ver, as contribuições dessas correntes de pensamento são essenciais para a busca de soluções práticas contra as diversas formas de opressão.

É evidente que a resistência ao transfeminismo está intimamente ligada à relutância de muitas pessoas em abdicar do constante protagonismo, um fenômeno que historicamente caracterizou o feminismo centralizado na figura da "mulher branca, abastada, casada com

filhos" (JESUS e ALVES, 2012, p. 12). O termo cisgeneridade introduzido pelo movimento transfeminista é perturbador para aquelas pessoas que nunca foram questionadas ou analisadas em sua identidade de gênero e pertencimento racial e sempre exerceram o poder de nomear e representar outros, mantendo, assim, as estruturas hierárquicas de poder intactas.

Entretanto, percebo que ao compartilhar algumas das ideias que venho absorvendo dos transfeminismos em conversas com amigas feministas, muitas delas enxergam a aliança com esse movimento como uma oportunidade de libertar-se das amarras que definem o que significa ser mulher e ser homem. Você é categórica ao explicar que do mesmo modo como “a população trans(gênero) (...) os ditos homens e mulheres cis(gênero), vivem a construção de suas identidades de gênero no dia-a-dia (por mais que não percebam)” (JESUS, 2015, p. 22). E se construirmos nossas identidades de gênero, podemos repensá-las e propor outros modos de viver a experiência de gênero, sem tantas opressões e hierarquizações, como você propõe. Tenho esperança de que cada vez mais pessoas vão compreender isso também.

Para mobilizar cada vez mais pessoas cisgêneras para a aliança com o transfeminismo, gosto de destacar o seguinte trecho do seu artigo com a Hailey:

O feminismo transgênero ou transfeminismo é, particularmente, um movimento intelectual e político que: 1) desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia; 2) reitera o caráter interacional das opressões; 3) reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais, e as experiências pessoais da população transgênero de forma geral; e 4) é aberto, e pode ser validado por quaisquer pessoas, transgênero ou cisgênero.

O último aspecto supracitado do feminismo transgênero é substantivo para sua preservação, porque amplia a extensão das questões associadas às vivências trans e reforça o caráter indispensável de solidariedade com e entre todas as pessoas, no afã de superar o sexismo e o machismo que fazem sofrer e limitam o potencial humano de homens e mulheres” (JESUS e ALVES, 2012, p. 15 e 16)

Considero muito importante a ênfase que vocês dão ao marcar que o movimento transfeminista atenta para o “caráter interacional das opressões” e como se inspira no feminismo negro para pensar o cruzamento entre raça e gênero, como bem faz Lélia Gonzalez (2020) ao analisar o racismo e sexismo na cultura brasileira. Algo que historicamente o movimento feminista de mulheres cis brancas europeias pouco considerou ou até mesmo ignorou.

Ao final da citação destacada acima, vocês reforçam como é importante a solidariedade entre pessoas cis e trans para a preservação das vidas trans. Essa perspectiva é fundamental. Além disso, gostaria de acrescentar que a crítica à cisgeneridade promovida pelos transfeminismos não apenas contribui para a proteção das pessoas trans, mas também

desempenha um papel essencial na preservação das vidas das mulheres cis, ao questionar as construções normativas de feminilidade e masculinidade que, por sua vez, estão associadas ao alarmante número de feminicídios.

Seguindo essa linha de raciocínio, no texto seu com a Hailey, é abordado o contexto dos homens trans e das pessoas transmasculinas, que enfrentam desafios diante de um modelo único de masculinidade. No artigo é citado o livro "Viagem Solitária: memórias de um transexual 30 anos depois" (2011) de João Nery, que demonstra o "machismo que homens transexuais sofrem, ante a representações estereotipadas de masculinidade em nossa sociedade" (JESUS e ALVES, 2012, p. 12). Isso ressalta a importante contribuição das pessoas transmasculinas para os movimentos feministas, a partir dos transfeminismos. Planejo escrever uma carta para um dos seus parceiros de debate e escrita, Leonardo Peçanha, que sempre faz referência aos seus trabalhos, para explorar mais a fundo essa questão e ampliar nosso entendimento sobre a interseccionalidade dentro dos movimentos feministas.

Gostaria de abordar um último ponto, relacionado à sua crítica à psicologia, especificamente à lacuna de "estudos engajados no entendimento de dimensões da vivência humana, como a constituição e a expressão de gênero, sem que sejam relacionados fatores deletérios, normatizantes" (JESUS, 2015, p. 27). Como profissional da psicologia, também percebi a escassez de discussões sobre gênero na formação. Diante desse limbo, acredito que o transfeminismo oferece uma lente crítica através da qual podemos repensar e reformular nossas práticas profissionais, desafiando as normas e estereótipos de gênero que historicamente moldaram o campo da psicologia.

Nesse contexto, uma experiência instigante ocorreu durante o evento "Do direito de estar, ao direito de permanecer: visibilidade e representatividade, resistência e insurgência LGBT+", promovido pelo grupo de pesquisa Geocorpo da Pós-Graduação em Geografia da UERJ, no ano de 2022. Na ocasião, a bibliotrava, jornalista e estudante de psicologia Angie Barbosa apresentou uma crítica perspicaz, denominando esse campo como P(cis)cologia. Esse neologismo reflete a necessidade de questionar e desconstruir as bases cisnormativas que ainda permeiam o discurso psicológico, evidenciando como o conhecimento científico muitas vezes é usado para perpetuar estruturas de poder e marginalizar as experiências não cisgêneras. Angie me inspirou a tal ponto que dedico um capítulo da tese para cartas com o objetivo de romper com a P(cis)cologia.

Também pensando a psicologia, José Stona e Fernanda Carrion (2021) no livro “O cis no divã”, destacam que a manutenção da lógica cisgênera tem relação com a formação psi nas clínicas-escolas, onde há um processo significativo de performatividade da cisgeneridade, “uma vez que ela se materializa como um currículo oculto que filtra e categoriza as falas de pacientes/clientes a partir da linearidade suposta pela cisgeneridade” (p. 48).

Através das suas valiosas contribuições, Jaqueline, compreendo que os transfeminismos, ao realizarem uma crítica à cisgeneridade, oferecem à psicologia as ferramentas necessárias para confrontar o biologicismo, especialmente ao integrar ideias transfeministas nos estudos de gênero e sexualidade. É gratificante notar as mudanças em curso, onde figuras como João Nery pavimentaram o caminho e você, Céu Cavalcanti e Sofia Favero contribuíram e seguem contribuindo para consolidar essa transformação. Como psicóloga, almejo continuar nesse movimento e colaborar para romper com a patologização das identidades trans.

Que nossa prática profissional possa ser moldada por uma abordagem mais inclusiva e respeitosa, em sintonia com os princípios dos transfeminismos, permitindo a cada indivíduo liberdade para expressão autêntica de sua identidade.

Grande abraço,

Júlia

### **3.3 – Carta para Leonardo Peçanha**

Olá, Leonardo, como vai?

Nos conhecemos na disciplina “Leituras sobre Interseccionalidade e contribuições para pensar a Saúde” da professora Tatiana Wargas, no 2º semestre de 2022, na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ficou marcado em minha memória como, nas várias discussões dos textos, você consistentemente enfatizava a necessidade de incorporar, no diálogo interseccional, os efeitos da norma cisheteronormativa. Suas colocações durante as aulas contribuíram no desenvolvimento da minha pesquisa de doutorado, que tem como foco a análise de como opera a cisgeneridade na proteção das infâncias e adolescências em dissidências de gênero nos serviços de acolhimento, espaço que historicamente tem como público-alvo as crianças e adolescentes negras.

Com o intuito de conhecer mais sobre suas reflexões, busquei o livro "Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa", no qual você é um dos organizadores e autor do texto "Ensaio sobre as transmasculinidades negras: desafios e inquietações" (2021). Além de seu trabalho, foi fascinante ler a diversidade de narrativas que abordam as experiências de transmasculinidades negras, incluindo expressões poéticas, como o impactante poema "Trans parto" (2021a), de Bruno Santana.

O capítulo do livro de sua autoria enfatiza a pluralidade de experiências das transmasculinidades e como isso começou a aparecer nos movimentos. Isso demonstra que “o corpo transmasculino, que nem sempre vai ter o corpo cisgênero como referência” (PEÇANHA, 2021, p. 136). Como exemplo, no ensaio (2021) você cita que desde o I Encontro Nacional de Homens Trans em 2015 já apareceram novas demandas de autodeterminação como “boycetas”, “transmasculinos” e “transmasculines”.

Lembro de um curso que fiz no Espaço Brava, em que conheci pessoas que se autodeterminam como transmasculinas e transmasculines e que explicaram como se tratava de identidades não binárias, mas com aproximações com as masculinidades. Na mesma oportunidade, uma pessoa que se autodeterminava “boyceta” apresentou uma fala sobre o posicionamento político da sua existência, bem próximo à de Guilherme Calixto e Caru Brandi (2021), afirmando que estão: “ressignificando e reivindicando a presença das b\*cetas/vaginas para corpos transmasculinos e indo contra a ideia de que pessoas transmasculinas nasceram em um corpo errado” (p. 233).

É igualmente importante destacar que seu capítulo do livro enriquece a análise interseccional, ao salientar, por exemplo, que “o corpo negro trans faz duas conexões marcantes: a de raça e a de transgressão corporal de gênero -, isso sem mencionar demais subjetividades e especificidades corporais que se possam ter” (PEÇANHA, 2021, p. 135). Você destaca como o corpo negro vive uma experiência distinta em relação às normas de gênero, uma vez que o ideal da norma binária é fundamentado nas experiências de pessoas brancas. Destaco aqui sua colocação:

A construção de corpo-modelo que temos como parâmetro hoje é branca, cisgênera, magra, sem deficiência, musculosa e possivelmente lida como a de uma pessoa heterossexual. O que foge a isso sofre com violência, que pode ou não cruzar com mais de uma dessas particularidades de leitura corporal(...) O corpo negro, apenas por ser negro, já é desconstruído de toda a lógica normativa e binária de corporeidade. É evidente que uma pessoa trans negra, mesmo que seja lida como cisgênera pela sociedade, em relação à branca tem o corpo com menor aceitação, mais questionado e hostilizado. Porque é um corpo visto como ameaça (PEÇANHA, 2021, p. 135).

No contexto do debate interseccional, como você também ressalta, é crucial reconhecer que os marcadores sociais não operam de forma isolada, é essencial analisar o todo. Por exemplo, as pessoas transmasculinas negras têm exigências de performances diferentes das pessoas transmasculinas brancas. Além disso, a questão da passabilidade ocorre de maneira diferenciada, como ilustrada por Bruno Santana (2019), como homens trans negros são abordados pela polícia sob a perspectiva de serem entendidos como homens negros cis, associados ao perigo, uma experiência que homens trans brancos não vivenciam. Essas nuances evidenciam a complexidade das interseções entre raça e gênero.

No “Ensaio sobre as transmasculinidades negras: desafios e inquietações” (2021), você destaca que apesar da ausência de levantamento de dados sobre os motivos de morte de homens trans e pessoas transmasculinas, é reconhecido pela comunidade trans que há um índice preocupante de suicídio desse público. No texto, você ainda revela um ponto importante na análise interseccional, que é o atravessamento da raça, da transmasculinidade negra, que gera um número ainda mais alarmante de suicídio. A lógica cisgênera mata ou deixa morrer, quando ignora e precariza essas vidas. Por isso, considero muito importante conhecer e entender as discussões sobre as transmasculinidades.

Sobre isso, lembrei de dois momentos emocionantes. O primeiro foi quando assisti online e ao vivo, no dia 30 de janeiro de 2023, o evento organizado pelo Conselho Federal de Psicologia para o lançamento do Prêmio João W. Nery - “Práticas de Promoção de Cuidado, Respeito e Dignidade das Pessoas Trans”<sup>9</sup>. Nele, o psicólogo Jamil Ribeiro fez uma fala emocionante lembrando dos “meninos que já se foram” e destacando a relevância daquele momento histórico, pela memória de João W. Nery, para conectar com toda a vida e toda a resistência que se apresentavam naquele momento do evento. Também Zeca Carú de Paula fez uma homenagem à Demétrio Campos, que foi suicidado por essa lógica cisheteronormativa e racista, e fez um lindo agradecimento à mãe de Demétrio, Ivone, que assumiu uma luta em defesa das pessoas transmasculinas.

Outro episódio, em que pude estar presencialmente, foi no XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Etnicorracial e de Gênero (CINABETH), na mesa “Visibilidade transmasculina: diálogos sobre saúde, produção de ciência e epistemologias”, realizada no dia 24 de novembro de 2023, que você estava previsto como palestrante, contudo, infelizmente não

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n2e3bNkwBYI>.

pode estar presente. Suas contribuições sempre fazem falta, mas foi uma grata surpresa conhecer também a discussão belamente conduzida por Thárcilo Luiz Hentzy e Cello Latini Pfeil, segue um registro que fiz da mesa:

Figura 5- Mesa “Visibilidade transmasculina: diálogos sobre saúde, produção de ciência e epistemologias”, CINABETH, 2023



Fonte: Acervo pessoal

Além da apresentação da “Revista Estudo Transviades: revista sobre transmasculinidades idealizada por pessoas transmasculinas”, que tem ganhado cada vez mais espaço nas redes com publicações de vários tipos de produções (artísticas, teóricas, relatos e outros) de pessoas transmasculinas, foi muito bacana observar como destacaram a aliança com importantes transfeministas que estavam presentes na plateia, como Caia Maria e Mariah Rafaela Silva, para pensar criticamente a cisgeneridade. Outro ponto que emocionou foi a fala de Taliboy, boyceta, sobre como estava feliz de presenciar não só uma mesa sobre o debate das transmasculinidades, mas como o auditório cheio de pessoas trans, principalmente pessoas transmasculinas e não binárias.

Como nos seus trabalhos, a mesa, ao reconhecer a diversidade de experiências das transmasculinidades e a intersecção com outros marcadores sociais, também abre espaço para a Transmasculinidade Intersexo, como defendida por Amiel Vieira. Amiel se reconhece como transmasculine, como ele mesmo pontuou em uma postagem na rede social Instagram “Sobre

ser Transmasculine”, no dia 3 de março de 2024, no dia da 1ª Marcha Transmasculina, realizada em São Paulo:

Poucas vezes comento esse assunto aqui, mas hoje é um dia especial e de luta, bora falar. Sabemos muito bem sobre o classificar médico sobre os nossos corpos e pode parecer polêmico o que vou dizer, mas inclusive o tal sexo biológico é uma invenção. Tudo no meu corpo inspirava o masculino, a descrição biológica dizia eu ser uma pessoa nesse lugar, mas nascer com um genital atípico mudou toda uma história que já começava a ser escrita desde o ultrassom. Por 33 anos vivi o feminino sem sonhar que meu corpo “biologicamente” nunca foi. A descoberta de toda uma história pregressa após ler o prontuário me confirmou, sim, eu era diferente uma pessoa intersexo. A transmasculinidade passa a existir na minha vida não como um retorno a masculinidade cis, seja no corpo ou no comportamento e sim como uma masculinidade outra forjada em todo um apagamento de meu corpo seja pelo genital em seu tamanho ou por ele na cabeça dos médicos me impossibilitar de fazer xixi em pé como um homem cis. (...) Defendo sim, minha transmasculinidade e principalmente a transmasculinidade Intersexo que faço e seus desafios. Meu corpo é um desafio de gênero para a medicina ocidental e isso basta, pois não esperavam que eu fizesse caminho outro. (...) Eliminei o homem da classificação T pq não tenho e nem quero fazer uma `masculinidade inspirada` tirei o O do transmasculino pq busco fazer uma transmasculinidade outra sem raízes (...) (VIERA, 2024)

Amiel é uma pessoa branca que viveu a mutilação genital logo após o nascimento por sua condição Intersexo e por isso, somado a um acidente, também vive a experiência de uma pessoa com deficiência. As reivindicações de Amiel da transmasculinidade intersexo, luta contra a violenta afirmação dos gêneros através da fiscalização dos órgãos genitais, feita pelo saber biomédico, e como produz violências psicológicas e físicas, como no caso das mutilações. Ou seja, a discussão promovida por Amiel traz mais elementos para as lutas das transmasculinidades.

Após o primeiro contato na disciplina da FIOCRUZ, participei do curso online "Epistemologias Trans Brasileiras: Perspectivas e Reflexões", promovido pelo SESC São Paulo, e dos seguintes encontros organizados pelo grupo Brava: "Estudos transviados: masculinidades outras" (janeiro de 2024) e "Transfeminismo das transmasculinidades" (fevereiro de 2024). Em todas essas oportunidades, Leonardo, você apresentou a história do movimento das transmasculinidades no Brasil, enfatizando a importância da visibilidade das identidades transmasculinas nos debates trans e feministas.

Em relação ao último curso sobre "Transfeminismo das transmasculinidades", ao final do encontro, você fez uma observação impactante e pertinente: o pouco espaço dado às discussões sobre transmasculinidades nos debates feministas não é coincidência. Há uma quebra de paradigma significativa no movimento das transmasculinidades que gera medo. Sua

colocação foi tão marcante que voltei à gravação disponibilizada pela Brava e peço licença para trazê-la ao nosso diálogo:

Quando as pessoas percebem que a gente se organiza, eu acho que existe um medo. Existe um medo (...) é que a gente (não é querer puxar sardinha, não), mas a gente é foda, sabe. E eu acho que rola um medo. Porque eu acho que essas tentativas de não chamarem a gente, silenciamento, a gente chega para falar nas mesas, nos lugares, o microfone sempre falha, ou acaba o tempo, ou reduzem a nossa fala. Isso daí, estão tolhendo a gente, sabe. É com objetivo de não deixar a gente falar, porque as pessoas têm medo. Eles sabem que a gente se organiza, a gente faz coisas que são super importantes. A gente detona com muitas coisas (...) o medo ao perceber que “pô, as demandas deles são fodas”. É reestrutura (...) e percebem que se mexer naquela caixa ali, outras coisas terão que mexer. Feminismo vai ter que mudar, as mulheres vão ter que mudar, os homens, as masculinidades, TUDO. Então eu acho que as pessoas têm medo (PEÇANHA, 2024, s.p)

Ao encerrar sua fala, você compartilhou que já vinha pensando sobre esse assunto há algum tempo, mas foi a primeira vez que o expôs publicamente. Achei essa reflexão muito instigante. Tomei um momento para analisar como muitas obras de homens trans e de pessoas transmasculinas foram as últimas que acessei em minha pesquisa. Os textos e palestras ministradas por vocês me provocaram e me provocam a repensar a cisgeneridade, os feminismos, as diversas manifestações de masculinidades. Esse movimento representa uma ruptura significativa com a visão binária tradicional de gênero, ao considerar as masculinidades no plural e promover uma aliança com os feminismos.

No artigo “Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros” (2023), em parceria com Jaqueline Gomes de Jesus e Anne Alencar Monteiro, é ressaltado que em meados de 2014 iniciou-se uma mobilização que culminou, em 2015, na formação do grupo “Construindo o Transfeminismo das Transmasculinidades” na plataforma de rede social Facebook. Ou seja, há 10 anos esse debate está presente e ganhando cada vez mais força. Em meio a tantas mazelas geradas pelo mundo virtual, existem potências, uma delas é a disseminação dos debates transfeministas.

Embora nem todos os homens trans e pessoas transmasculinas se identifiquem com os movimentos transfeministas, devido à diversidade de relações com as masculinidades e com os feminismos, você, Jaqueline e Anne (2023), são precisos nessa colocação:

O que nos propomos aqui é refletir sobre a perspectiva desse sujeito coletivo, formado pelas transmasculinidades poder-se colocar enquanto transfeminista, e com isso, em nosso entendimento, potencializar seus lugares no mundo sob uma ótica que contribui, inclusive, para repensar as masculinidades. Por isso, o que compreendemos como de maior relevância é a **prática social**, mais do que a intitulação” (PEÇANHA, JESUS e MONTEIRO, 2023, p.92, grifo nosso)

Leonardo, observo que os transfeminismos (no plural, dada a sua diversidade) e, especialmente, o transfeminismo das transmasculinidades ainda são pouco conhecidos entre as feministas. Esta perspectiva, inserida nos transfeminismos, é muitas vezes negligenciada. Algumas pessoas, erroneamente presas a uma visão binária que divide e limita os gêneros, ainda acreditam que apenas mulheres cis, trans e travestis têm espaço nos domínios feministas. E infelizmente, outras pessoas conhecem e recusam as possibilidades de aliança, acho que se relaciona com o medo, como você expôs na fala citada acima.

Identifico-me como feminista e tenho aprendido muito com os diversos feminismos, como o feminismo decolonial das nossas parceiras afrolatinoamericanas, o feminismo negro para repensar a branquitude generificada, e os transfeminismos, que desafiam a cisgeneridade. Contudo, é o transfeminismo das transmasculinidades que mais tem me provocado ultimamente. Ao criarem experiências de masculinidades diferentes daquelas da hegemonia cisgênera, vocês desafiam e driblam as normas tradicionais de gênero de maneira inspiradora.

Além disso, há muitas pautas compartilhadas entre os feminismos e o transfeminismo das transmasculinidades, tais como a gestação, o aborto e outras dimensões da saúde ginecológica e reprodutiva. É muito interessante conhecer os relatos apresentados no artigo seu, de Jaqueline e de Anne (2023), sobre gestações paternas ou de pessoas transmasculinas que reivindicam acessar métodos de reprodução assistida, os quais, de forma limitante, ainda são concebidos dentro de uma lógica cisgênera e heterossexual.

Também reconheço que o movimento transfeminista das transmasculinidades é um aliado crucial na luta contra a violência física e sexual. Lamentavelmente, quem desafia o padrão estabelecido do que significa "ser mulher" na cisgeneridade frequentemente se torna alvo dessas formas de violência, como você, Jaqueline e Anne (2023), mencionam, destacando casos de homens trans e pessoas transmasculinas que enfrentam situações de "estupro corretivo" e outras ameaças, até da vida.

Considero que todas/es/os saem ganhando com a aliança entre os feminismos críticos. Ainda me senti convocada com o recado do "Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros" (2023) e gostaria de destacar para que outras pessoas conheçam: "é papel da intelectualidade que se preocupa com os Direitos Humanos adotar um lugar de escuta para com 'o outro lado', que apesar do silenciamento sistêmico, fala, escreve e pesquisa há tempos, só não é reconhecido" (p. 102).

Finalizo essa carta um dia depois da 1ª Marcha Transmasculina de São Paulo, talvez a primeira no mundo, após ver registros fotográficos tão potentes desse evento histórico e ler os belos relatos de pessoas que participaram. Gostaria de dizer: estou aprendendo muito com as produções de homens trans, pessoas transmasculinas ou transmasculines, boycetas, pessoas que vivem outros modos de masculinidades, não binárias e agradeço, a você, especialmente, por tantas reflexões.

Com carinho,

Júlia.

#### **2.4- Carta para Leticia Nascimento**

Olá, Letícia, espero que esteja bem!

Tive o prazer de conhecer seu trabalho através do livro "Transfeminismo" (2021), e posteriormente, participei de suas aulas no Centro de Pesquisa Transfeminista, no curso "Introdução aos estudos trans brasileiros", sob a coordenação da professora Hailey Kaas, além da aula "Usos e desusos da categoria mulher nos estudos de gênero" no Espaço Brava. Também me encantei com outros trabalhos seus, especialmente o texto "Infâncias ingovernáveis: aprendizagens e proteção social" (2022), em parceria com Vanessa Santos e Shara Adad.

Em relação ao livro "Transfeminismo" (2021), gostaria de destacar a importância para a divulgação do pensamento transfeminista. Percebo seu livro como um projeto coletivo, pois, ao expor as ideias, você também destaca que faz o resgate de discussões de muitas outras que vieram antes de você e apresenta respeitosamente essas outras produções do campo transfeminista.

Na minha experiência, o livro "Transfeminismo" (2021) não foi o ponto de partida para as leituras de produções transfeministas. Anteriormente, já havia assistido a palestras e lido trabalhos da professora Jaqueline Gomes de Jesus. No entanto, o livro desempenhou um papel crucial ao organizar algumas ideias e ao ajudar a refletir sobre como abordar o diálogo com outras mulheres cis e feministas, assim como eu, acerca da complexidade da categoria mulher. Por esse motivo, nesta carta, gostaria de explorar a ênfase que você atribui no livro, à discussão feita por Judith Butler (2017) sobre performatividade de gênero, um tema de grande relevância e que também emergiu durante as aulas mencionadas anteriormente.

Gosto deste ponto, pois ele contribui para a desconstrução das categorias de gênero, ao enfatizar que todos performam o gênero ou "montam o gênero" (ou "montação", como destacado em uma das suas aulas, também citando Butler). O processo de performar ou montar o gênero, é o que você bem destaca em um trecho do livro: "não é nossa 'anatomia biológica' que produz o gênero, mas o gênero, como indica Butler (2017), é o próprio processo pelo qual os corpos se tornam matéria. Afinal, nós não somos nossos corpos, nós fazemos nossos corpos (NASCIMENTO, 2021, p. 40). Montar o corpo, me lembrou, a proposta de montagem da tese de doutorado, são semelhantes – o gênero e a escrita. Ambos, trabalhos artesanais, de juntar, experimentar posições, desmontar, montar – em um jogo que tem regras e normas e também espaço para desobediências e criações. Assim como poucas pessoas dão atenção a esse processo artesanal de escrita, o mesmo ocorre em relação ao processo de montagem de gênero.

Lembro-me dos exemplos citados em aula, nos quais você mencionou que pessoas cisgêneras, desde o momento em que acordam, ao escolher suas roupas, acessórios e decidir sobre o uso de maquiagem ou não, estão construindo o seu gênero. A escolha do penteado - longo, médio, curto ou raspado - também faz parte desse processo de construção. Recordo-me ainda das academias de ginástica, onde a preferência por trabalhar mais os membros superiores ou inferiores, ou vice-versa, também influencia na construção do gênero. Essas são escolhas cotidianas que refletem na nossa maneira de expressar o nosso gênero, entretanto, no caso das pessoas cisgêneras, essas escolhas são frequentemente limitadas pelos padrões binários estabelecidos pela cisgeneridade, os quais definem as noções convencionais de homem e mulher. Ressaltar isso é importante, pois "as pessoas cisgêneras ocultam, mascaram, dissimulam seus processos de produção de gênero, marcando as pessoas trans como artificiais e em uma perspectiva subalterna de identidade de gênero (NASCIMENTO, 2021, p. 101).

Nesse contexto, é gratificante observar que as gerações mais jovens estão desafiando diversos padrões de gênero e forjando novas formas de expressão menos restritivas. Mas ainda há um caminho longo para essa desconstrução mais radical, em que pouco importariam definições como cis e trans. Através das leituras e das aulas percebi que eu e você, Leticia, temos um interesse em comum: um mundo mais cheio de possibilidades e menos violento com as infâncias e adolescências. No livro "Transfeminismo" (2021), logo na introdução, você destaca:

Como mulheres transexuais e travestis, podemos ter tido a infância roubada – ao menos muitas de nós, já que nossas realidades são diversas. A vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, tratando de impedir que crianças trans\* femininas tenham uma infância livre, dado o sentimento de não pertencimento ao

domínio socialmente estabelecido como masculino – ou feminino, no caso das infâncias trans\* masculinas. (NASCIMENTO, 2021, p. 18)

É fundamental esclarecer, para quem está lendo esta carta, o significado do uso dos asteriscos (\*), uma prática que você destaca como uma forma de indicar a diversidade de experiências dentro dos termos "crianças trans" e "infâncias trans". O seu compromisso em se posicionar contra violências e a favor de infâncias livres desperta meu interesse.

A discussão anterior sobre a performatividade de gênero, baseada nas ideias de Butler (2017), demonstra como desde a infância vivemos uma vigilância constante em relação à nossa expressão de gênero. Essa fiscalização começa mesmo antes do nascimento, durante os exames pré-natais, nos quais a genitália do feto é observada, gerando expectativas sobre como a criança irá expressar o gênero. Após o nascimento, vemos isso, por exemplo, refletido na atribuição de nomes, escolha de roupas, uso de brincos e até mesmo em rituais como a circuncisão (no caso de meninos judeus), tudo isso nos primeiros meses de vida.

Felizmente, as crianças crescem e, naturalmente (uso essa palavra de maneira provocativa, pois nega o “natural” biológico), desenvolvem interesses em diferentes experimentações, mesmo com os vigias de gênero à espreita. Como foi a sua experiência, apesar das vivências de machismo e sexismo:

Apesar das dores, sempre tive respiros, prazeres clandestinos de uma infância transviada: brincar de boneca, desfilarmos com vestidos de lençol amarrados, brincar de roda, fazer comidinhas com folhas. No encontro com as normas de regulação de meu gênero, **a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas** (...) compreendo que não somos naturalmente generificados, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos.

Durante toda a infância e adolescência, período de descobertas, a ideia de “E eu não sou uma mulher?” sempre esteve presente, ainda que de outros modos, com outras palavras. A pergunta era como um sonho que se repetia todas as noites, um sonho muito desejado, embora às vezes fosse um pesadelo, repleto de medos, ameaças e escárnios. Eu vivia um lugar que, para muitos, é um não lugar – mas era um mundo só meu. Não estava em nenhuma margem do rio. **Eu pensava que poderia existir uma margem para gênero masculino e outra para o gênero feminino. Rompendo com essa realidade, eu escolhi ser o próprio rio** que corria veloz para além do vale, para um lugar onde se fazer era possível no confronto com algumas regras impostas (NASCIMENTO, 2021, p. 19 e 20, grifo nosso)

Em meio às durezas, você cria um laboratório inventivo e vira rio. Achei inspiradoras e desobedientes essas duas metáforas. Percebo claramente que seu desejo é proporcionar a outras crianças e adolescentes a vivência de múltiplas possibilidades criativas, sem tantas barreiras.

Para alcançar esse objetivo, torna-se crucial que os adultos abandonem uma abordagem hierárquica e promovam um ambiente aberto às diversas formas de infâncias e adolescências.

Sua sensibilidade em relação a essa temática, evidenciada no texto "Infâncias ingovernáveis: aprendizagens e proteção social" (2022), coescrito com Vanessa Santos e Shara Adad, ao abordar as experiências de infâncias e adolescências, no plural, e defender a construção de pontes entre adultos e crianças, é uma orientação que guiará muitas outras cartas ao longo da tese.

Agradeço as ricas contribuições, Leticia.

Até! Júlia

### **3- O CAMPO EM ANÁLISE: O SISTEMA DE JUSTIÇA E OS ABRIGOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Hoje é amanhã, tão cedo, mas tão tarde para tantos. Ontem foi como hoje, houve pranto, houve tempo que foi tanto, e em todos os cantos, desencantos e encantos. E amanhã... haverá o mesmo tempo, soará o mesmo vento, trazendo cantigas novas, em forma de prosas e trovas, em forma de dor e de riso e muito mais, num simples mas fatal improviso. (Trecho do poema “Os seres humanos no ontem, hoje e no amanhã”, Anderson Herzer, 1987)

### 3.1- Carta ao CISistema de Justiça

Excelentíssimo Dr. CISistema de Justiça,

Início utilizando essa referência no cumprimento como uma estratégia para chamar sua atenção, pois sei que o senhor é ocupado, vaidoso e mantenedor de hierarquias. Aliás, precisamos conversar sobre isso e mais algumas outras coisas. A utilização do nome “CISistema de Justiça” faz referência ao seu modo de operar pela lógica da cisgeneridade e que faz a manutenção dos privilégios de pessoas cisgêneras em detrimento de pessoas trans. As violências produzidas pela cisgeneridade são fruto do entrelaçamento com a branquitude que marca suas instituições, pois são majoritariamente brancas e funcionam para a permanência das pessoas brancas no poder.

Não sei se você vai lembrar de mim, mas tive algumas experiências contigo. Especialmente no campo dos direitos da infância e juventude. Inicialmente atuei fazendo intervenções de pesquisa e trabalho em alguns serviços de acolhimento de crianças e adolescentes da cidade do Rio de Janeiro (nos anos de 2011, 2012, 2015 e 2016). Nesses trabalhos, realizava junto a crianças e adolescentes o registro de suas histórias de vida, a partir da elaboração de um álbum. O trabalho era baseado no método criado pelo Instituto Fazendo História, de São Paulo, porém com algumas adaptações. As experiências de trocas, em três diferentes serviços de acolhimento da cidade, me permitiram conhecer narrativas diversificadas de pessoas que passaram por esses espaços. Nos primeiros meses de 2014, também participei de um trabalho voluntário no abrigo infanto juvenil da cidade de Lima, no Peru, articulando junto às educadoras da instituição, atividades de arte, cultura, esporte e lazer.

Após estes primeiros contatos com você, a partir do campo da Assistência Social, comecei a atuar nas 1ª e 2ª Varas da Infância, Juventude e do Idoso (VIJI) da capital, entre os anos de 2014 até o início de 2016. Estar dentro de uma instituição sua, é uma experiência, inicialmente, assustadora. Trabalhar com violações de direitos não é nada fácil. O objetivo do trabalho era realizar atendimentos psicossociais em processos judiciais de guarda, reintegração familiar, destituição do poder familiar, adoção e habilitação para adoção, a fim de realizar um estudo psicológico para subsidiar as decisões da/o Juiz (a) de Direito. A ordem mudou, antes de conversar com a criança ou adolescente, ocorria a leitura de diversos documentos: representação do Ministério Público, defesa da Defensoria Pública ou de advogado particular, relatórios do Conselho Tutelar e de diversos serviços das áreas de saúde, assistência e educação. Diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos apresentavam, de maneiras diversas, as

histórias daquelas famílias. Nesse espaço, as leituras dos documentos, antes de atender a família, influenciavam a minha escuta, bem como o lugar que as famílias ocupavam nos processos interferia diretamente no que podia ser contado. Após alguns atendimentos aos processos e da experiência de troca com as colegas de trabalho, pude analisar como era um sistema que insiste em controlar as vidas daquelas famílias.

Posteriormente, durante seis anos, de 2016 até o primeiro semestre de 2022, realizei a atuação de assessoramento técnico a Promotoras (es) de Justiça (PJ) da Infância e Juventude, do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ). Outra instituição sua, Sr. Cistema de Justiça, com outras complexidades, mas também com potencialidades. A intervenção no MPRJ se fazia a partir da análise do fomento das políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes, na área infracional e não infracional, a partir de visitas institucionais, contato com diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos, participação em reuniões intersetoriais e em fóruns, da realização de estudos psicológicos, pesquisas e levantamentos. Ao conhecer também a área infracional e ao observar a não execução ou ausência de políticas públicas, foi possível constatar como o senhor funciona baseado em uma estrutura não só racista, mas também ancorada na norma cisgênera.

Nessas atuações, ficou evidente a sua pouca atenção para as existências que escapam da lógica binária de gênero no campo da infância e juventude. Pensava: “será que ele acha que as pessoas adultas trans e travestis, não tiveram infância?”. A compreensão de infância era semelhante à que Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) critica, como se só houvesse dois modos de entendê-la, assexuada ou cisheterossexual.

A partir dessa contextualização inicial, pretendo narrar para você, Cistema de Justiça, algumas experiências nesse último espaço de trabalho, no MPRJ, pois nessa instituição comecei a ter mais atenção ao debate trans na infância e adolescência e foi possível propor algumas reflexões e sugestões de intervenção. No primeiro ano de atuação compondo a equipe técnica do MPRJ, elaborei um tutorial para a equipe, indicando as nomenclaturas utilizadas para se referir às pessoas trans e explicando que identidade de gênero difere de orientação sexual, algo que ainda era comumente confundido e associado como se fossem sinônimos.

Sobre essa confusão, Felipe Cazeiro da Silva, Emilly Mel Fernandes de Souza e Marlos Alves Bezerra (2019) abordam como, na produção de documentos norteadores de atuações profissionais, muitas políticas públicas tratam apenas da “diversidade sexual”, como se as dissidências de gênero estivessem incluídas na experiência da sexualidade. Sendo assim, em

relação à expressão “diversidade sexual” pontuam que é importante a distinção entre identidade de gênero e orientação sexual e suas significações, para atuações mais efetivas e próximas do contexto e das experiências das pessoas LGBTI+. Essa recomendação se dá de modo a garantir que não sejam praticadas violências e outros tipos de violações de direitos, para isso é preciso que haja compressão que identidade de gênero e orientação sexual são esferas diferentes da subjetividade.

Ao mesmo tempo que, em algumas instituições mais rígidas, como você, Cistema de Justiça, um tutorial seja o único modo de começar a afirmar a existência de pessoas trans, após estudos mais aprofundados no debate trans, tenho críticas àquele texto que elaborei. Desde o modo meio “manual” que ele foi organizado, até os pequenos textos elaborados com descrições sobre cada identidade de gênero. Identidade de gênero é isso, orientação sexual é aquilo. “Homem Trans é quando...” “Mulher trans é quando...”. Muito determinista e pouco problematizador. Observo como eu e outras pessoas cis podemos cair facilmente nessas tentativas de nomeações e representações de outras pessoas, sem complexificar o debate. Isso acontece ao nos colocarmos como eixo de referência de normalidade e padrão e o diferente de nós, como anormal, que precisa ser nomeado para ser controlado.

Um dos processos que atendi e que demonstra não só a dificuldade de muitos operadores do direito de reconhecerem a existência trans, mas o próprio ataque às dissidências de gênero, foi uma solicitação de estudo por parte de uma Promotoria de Justiça, com uma denúncia sobre um vídeo da Turma da Mônica, veiculado pelo canal do Youtube que supostamente “teria conteúdo de pornografia explícita” (sic). O referido site não podia ser acessado pelos computadores da instituição, e entre os ossos do ofício, foi necessário assistir na minha residência, fora do horário de expediente, mais ou menos uma hora de filme. Logo ao acessar a página do sítio eletrônico já me chamou a atenção os inúmeros comentários realizados pelos responsáveis por crianças, possíveis espectadoras, que visualizaram apenas a foto que anunciava o filme e alegaram a nocividade da imagem para seus filhos atribuindo à pornografia de cunho homossexual ou que a personagem seria transgênero, e desta forma, alegavam que era uma tentativa de impor uma ideologia de gênero.

Ao olhar a imagem que sugeria a personagem Mônica com um pênis, pensei: acho muito difícil que o Mauricio de Sousa, criador da tirinha, tenha ousado a esse ponto de colocar uma personagem trans na história. Ao assistir o filme, confirmei. O que achei uma pena, seria uma grata surpresa saber que um desenho com essa audiência no país estava tratando desse debate tão importante sobre a infância trans. O vídeo demonstra que não se tratava da Mônica com um

pênis, mas sim do personagem Cebolinha se assemelhando a Mônica. No contexto do filme, o Cebolinha ingeriu um tônico capilar e seus fios de cabelos cresceram para o alto e, após sugestão de um amigo, passou um gel no cabelo - o que o deixou parecido com a personagem Mônica. Após tentar fazer a retirada do gel no banho e sua mãe questionar se ele seria a Mônica, o Cebolinha abre a toalha para mostrar para a mãe que é um menino. Já que para o autor da tirinha, ter um pênis é necessariamente afirmar que se trata de um menino. Ou seja, o filme reitera a binariedade de gênero assentada na caracterização dos órgãos genitais.

Ah Sr. CISTema de Justiça, você me fez passar cada situação! Eu precisei não só assistir o filme, mas depois descrever tudo isso em um Relatório Técnico. Nem os responsáveis pelas crianças, que fizeram os comentários preconceituosos e a denúncia, tinham parado para assistir o conteúdo na íntegra. E entre as tantas demandas de situações graves de violações de direitos de crianças e adolescente, tempo do meu trabalho como psicóloga foi destinado à essa acusação sem nenhum fundamento. Fiquei irada e caprichei na discussão do documento técnico, utilizando referências normativas, como o senhor bem gosta. Destaquei o documento internacional Princípios de Yogyakarta e mais especificamente o Princípio 2, que enfatiza que assuntos relacionados à identificação de gênero ou orientação sexual não devem ser tratados de forma discriminatória, ao contrário de como foi abordado nos comentários do vídeo. E que é função dos Estados signatários:

f) Implementar todas as ações apropriadas, inclusive programas de educação e treinamento, com a perspectiva de eliminar atitudes ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios, relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p.12)

Ao final do relatório, pontuei a importância da inserção da discussão de gênero no processo de educação das crianças e adolescentes, a fim de evitar estigmas e comportamentos discriminatórios. Por essa você não esperava.

Em 2017, outra sugestão foi implementada: a inclusão de questões relacionadas a gênero e sexualidade no roteiro técnico da equipe de psicologia para as visitas semestrais aos serviços de acolhimento. Como, por exemplo, se as(os) profissionais identificavam alguma demanda de crianças e adolescentes relacionada à identidade de gênero, seja por outros modos de se expressar fora da binariedade de gênero ou solicitações explícitas de acompanhamento para o processo de transição de gênero. No caso de uma resposta positiva, perguntávamos como a equipe lidava com essa demanda. O objetivo era realizar um mapeamento inicial do trabalho

desenvolvido por esses serviços em relação a crianças e adolescentes que não se enquadravam na lógica binária de gênero e na cisheterossexualidade compulsória.

É relevante destacar que, inicialmente, optamos por formular perguntas amplas e simples sobre a identidade de gênero e orientação sexual das crianças e adolescentes acolhidos, pois percebemos que esses eram temas ainda pouco explorados e compreendidos por profissionais que atuavam nesse campo. O aspecto peculiar e o ponto que desejo discutir aqui com o senhor, é a reação de alguns/algumas PJs a essas perguntas, com demonstração de desconforto, fundamentando-se na premissa de que, por envolver crianças e adolescentes, as questões de gênero e sexualidade não eram pertinentes.

Mas alguns/algumas PJs, apesar do estranhamento inicial, consideraram interessante a inclusão desses debates. Em outubro de 2018, após uma PJ perceber que eu estava dialogando com profissionais dos serviços de acolhimento sobre gênero e sexualidade, direcionou para mim a solicitação de um estudo técnico sobre o processo de retificação de gênero de James, adolescente trans de 17 anos, que estava acolhido em um abrigo destinado a adolescentes do gênero feminino, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

A demanda da PJ surgiu depois que ela recebeu um Parecer Técnico de uma psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), indicando oposição aos processos de hormonioterapia e cirúrgico de mastectomia, solicitados por James. É muito importante ressaltar que esse parecer não foi elaborado por profissional que acompanha cotidianamente o adolescente dentro do serviço de acolhimento, e sim por uma técnica da Vara de Infância e Juventude que o entrevistou pontualmente. Foi interessante observar os diferentes modos de lidar da PJ e da Psicóloga, ambas inseridas nas suas instituições do TJRJ e MPRJ. Enquanto a Psicóloga fez uso de lugar de poder, a PJ, a partir do estranhamento desse posicionamento do parecer da Psicóloga, encaminhou um pedido de estudo que buscava entender como foi organizado o acompanhamento de profissionais do abrigo e da rede pública de saúde ao adolescente que estava em processo de inclusão do nome social nos documentos civis e que também havia iniciado acompanhamento psicológico e expressava o desejo de iniciar o processo de hormonioterapia. A PJ reconhecia que não era ela que deveria determinar algo sobre o processo do James e sim garantir o direito dele a um acompanhamento adequado. Já a Psicóloga, fez o contrário. Esse exemplo demonstra como a sua pompa, Sr. Sistema de Justiça, também envaidece quem trabalha contigo. O que é um perigo. Mas vou escrever mais sobre isso na carta para o James.

Seguimos com a nossa conversa. A ausência de atenção para as crianças e adolescentes em dissidência das normas de gênero, também reflete na ausência, por exemplo, de levantamentos sobre a quantidade de crianças e adolescentes trans e travestis presentes nas instituições de acolhimento e na ausência de reflexões éticas para o trabalho com esse público. No ano de 2020, após recorrentes Relatórios Técnicos, indicando a relevância do respeito ao nome social e da identidade de gênero de crianças e adolescentes, o coordenador da equipe técnica do MPRJ, nos encaminhou uma demanda com perguntas sobre como poderiam ser indicados os nomes sociais e a identidade de gênero de crianças e adolescentes do Estado do Rio de Janeiro dentro do sistema de informações Módulo Criança e Adolescente (MCA) do MPRJ. Na ocasião, juntamente com uma profissional do serviço social, elaboramos um documento aos moldes de uma Orientação Técnica, trazendo referências técnicas internacionais, da assistência social, entre outras.

No documento elaborado, destacamos que a identidade de gênero é uma esfera importante da construção de subjetividade e o sofrimento psíquico que possa advir de situações discriminatórias e vexatórias, como o uso do nome morto da pessoa<sup>10</sup>. O PJ, responsável pela demanda, ressaltou a importância do documento e mencionou que encaminharia para a empresa que realizaria a atualização do sistema, bem como enviou para todas as Promotorias de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Apesar da importante iniciativa e mobilização do coordenador da equipe, a atualização do MCA, com a inserção desses descritores, não foi realizada até o momento que me desliguei da instituição, em 2022. O que foi muito frustrante. Em consulta ao último 32º Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro (2023) do MCA, permanece a ausência de dados sobre crianças e adolescentes trans, ou seja, seguimos sem reconhecer a população trans nos serviços de acolhimento do Estado do Rio de Janeiro.

Diferente da realidade dos serviços de acolhimento, com a recente e ainda incipiente discussão sobre a realidade de crianças e adolescentes trans e travestis, no sistema socioeducativo (onde adolescentes que cometeram ato infracional cumprem medida socioeducativa), existem algumas diretrizes e orientações técnicas, que foram elaboradas com base nas práticas do sistema prisional de adultos. Contudo, apesar de ser garantida por lei a possibilidade da autodeterminação de adolescentes em relação a sua identidade de gênero, a utilização do nome social e a manifestação do interesse pelo encaminhamento para uma unidade

---

<sup>10</sup> “Nome morto” é como as pessoas trans se referem ao nome que foi registrado no nascimento, sendo que não utilizam e nem se reconhecem nesse nome mais, por isso, morto.

masculina ou feminina, nas rotinas dessas instituições socioeducativas, ainda ocorrem as mesmas violações de direitos.

Em novembro de 2021, em uma visita institucional a uma unidade socioeducativa feminina, encontrei com Tiffany e Rafaela. As situações das duas adolescentes são emblemáticas e trazem questões sobre como opera o sistema de garantia de direitos, violando direitos. Tiffany, após algumas passagens por unidades masculinas, estava na unidade feminina, mesmo assim não se sentia tratada como mulher e ainda se sentia excluída da convivência com as outras adolescentes.

No documento que norteava o funcionamento da unidade, não era mencionada a divisão dos alojamentos no formato “convivência protetora”, que segundo o documento Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE (2006) elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, é um “espaço físico reservado para aqueles que se encontram ameaçados em sua integridade física e psicológica” (CONANDA, 2006, p. 51). Porém durante o reconhecimento do espaço físico, e conforme repetidamente verificado em vistorias anteriores, na situação de adolescentes transgêneros ainda é possível identificar características de exclusão desse público em alojamentos isolados. Apesar do relato da agente socioeducativa que a separação dos alojamentos é uma escolha das próprias adolescentes trans, Tiffany indicou que não foi consultada sobre ficar sozinha em um alojamento. Ou seja, o encaminhamento para a unidade feminina por si só não garantiu o direito da adolescente a ser tratada com respeito a sua identidade de gênero, ao contrário, ela foi ainda mais punida naquele espaço quando era excluída do convívio com as demais adolescentes.

Rafaela, por sua vez, indicou grande sofrimento psíquico, seus relatos versavam sobre um desinteresse na vida e o uso de fortes medicações psicotrópicas, prescritas por profissional de medicina da unidade. A adolescente parecia dopada de remédios quando conversei com ela. A socioeducanda havia recebido a visita da mãe no dia anterior e expressou que não gostaria mais de manter o contato com ela e que também não queria mais o atendimento da equipe técnica.

Cabe destacar ainda que na listagem entregue pelo diretor durante a visita, contendo os nomes das adolescentes internadas naquela unidade, foi possível identificar a ausência do nome social das adolescentes, o que novamente caminha em direção oposta ao artigo 35, da Lei do SINASE, que prevê a individualização da medida e o respeito à personalidade do(a) adolescente autor(a) de ato infracional, como também se distancia da previsão do Plano Nacional de

Atendimento Socioeducativo, de 2013, que dispõe, em suas diretrizes e eixos operativos para o SINASE, o respeito à identidade de gênero e orientação sexual.

Nas visitas que realizei nas unidades socioeducativas, muitas vezes, era expresso por profissionais de todas as áreas da comunidade socioeducativa o desafio que era receber adolescentes trans. Alguns/algumas PJ's não sabiam como abordar o assunto, o que perguntar e como lidar com as falas de adolescentes trans, assim rapidamente recorriam à equipe técnica, pedindo ajuda para intermediar o diálogo. Isso mostra, Cistema de Justiça, como muitos operadores do direito que atuam nas suas instituições, estão distantes de discussões de Direitos Humanos, como os direitos das pessoas trans.

Outra ação pelo MPRJ em que contribuí ativamente, assessorando a Promotora de Justiça de Tutela Coletiva da área infracional, foi no processo de elaboração do Regimento Interno do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), em 2017 e 2018. Na época, no acesso à minuta inicial do documento, elaboramos um estudo técnico sobre questões que ainda precisavam ser debatidas e incluídas. Para tanto, em pesquisa a materiais relativos à identidade de gênero e sexualidade no contexto de privação e restrição de liberdade, resgatei os Princípios de Yogyakarta (2007). Em seu princípio de número 9, referente ao direito a tratamento humano durante a detenção, dispõe que todas as pessoas no contexto de privação de liberdade devem ser tratadas “com humanidade e com respeito pela dignidade inerente à pessoa humana. A orientação sexual e identidade de gênero são partes essenciais da dignidade de cada pessoa” (p. 18). É sempre importante resgatar documentos com peso internacional para o diálogo contigo.

Em uma das reuniões de discussão do Regimento Interno em 2017, enquanto debatíamos o fluxo de chegada de adolescentes nas unidades socioeducativas, critiquei a metodologia adotada por algumas delas, que consistia em organizar adolescentes em filas com a cabeça para baixo e as mãos para trás. Nesse contexto, destaquei a prática de raspar o cabelo dos adolescentes como um ponto a ser considerado também. Durante a discussão, compartilhei um episódio que evidenciou a necessidade de questionar a lógica de padronização dos cabelos, na lógica binária de gênero, meninos cabelos raspados e meninas cabelos longos.

Na época, havia ocorrido uma mudança recente no fluxo do DEGASE e adolescentes trans, travestis e com orientação sexual homoafetiva que antes permaneciam em alojamentos de “convivência protetora” em uma unidade de recepção, começaram a serem encaminhados para uma unidade de internação masculina. Durante uma visita a essa unidade, questionamos

os (as) profissionais sobre a chegada desse novo grupo. Eles nos informaram que as novas questões trazidas por esses (as) adolescentes estimularam discussões significativas entre profissionais da socioeducação.

Um episódio em particular chamou a atenção, no qual a equipe de saúde mental solicitou que as adolescentes travestis pudessem manter o cabelo comprido. Os profissionais responsáveis pela prática de raspar os cabelos dos meninos responderam que, se não pudessem cortar o cabelo delas, não cortariam o de nenhum outro. Esse evento exemplifica a importância de questionar práticas estabelecidas, conforme destacado na reunião também pela PJ, que criticou a pertinência dessa metodologia de raspar os cabelos.

Após as sugestões do estudo técnico e das intervenções nas reuniões, foi mencionado que profissionais do DEGASE criaram um Grupo de Trabalho para debater sobre como incluiriam as questões relacionadas a gênero e sexualidade no documento. Ao final, o Regimento Interno do DEGASE, anexado ao Decreto nº 46.525 de 13 de dezembro de 2018, incluiu a Subseção “Do Atendimento aos (às) Socioeducandos (as) LGBT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Transgênero)” na Seção “Da Assistência à Diversidade Humana”. Apesar do progresso da discussão e da publicação do Regimento Interno, o Art. 42 prevê o respeito ao uso do nome social e à inclusão do mesmo em todos os documentos, as situações narradas acima de Tiffany e Rafaela, demonstram como esse direito básico ainda não foi garantido.

Além dos impactos das dinâmicas institucionais nas unidades socioeducativas que não respeitam os direitos básicos de adolescentes trans, também é possível observar como a ausência de ações da sua parte, Sistema de Justiça, contribui para violências ainda mais graves. No último mês de atuação no MPRJ, em junho de 2022, me deparei com mais uma situação que aqui retomada diz respeito a uma “marca ferida”, como mencionei na carta #1 para Sofia Favero, a partir da discussão realizada por Suely Rolnik (1993). Na visita à uma unidade socioeducativa feminina de semiliberdade, encontrei com a história de Lohany, uma adolescente trans, que, de acordo com as narrativas das profissionais da unidade, no atendimento realizado na semana anterior da fiscalização do MPRJ, foram identificadas demandas importantes escolares e de saúde mental, contudo, a psicóloga mencionou que estava difícil a aproximação e o contato com a adolescente para encaminhamentos.

Mobilizada com a história, um dia após a visita, fiz uma pesquisa no sistema de informações de crianças e adolescentes acolhidos (as) no Estado do Rio de Janeiro, MCA, e identifiquei que Lohany, antes de ir para a unidade socioeducativa por cometer algum ato

infracional, desde 2016 passou por vários serviços de acolhimento e, nos documentos elaborados por profissionais dos abrigos, anexados na ficha da adolescente no MCA, a adolescente era referida pelo nome morto que possuiu no passado e no pronome masculino. Além de ter sido encaminhada inúmeras vezes para abrigos de adolescentes do gênero masculino. Ainda nas narrativas desses relatórios, só era mencionado que a adolescente brigava com outros adolescentes, mas em nenhum momento citavam os motivos daqueles conflitos e se tinham relação com a questão de gênero na vida de Lohany.

Após conhecer a história de Lohany, narrada pelas profissionais da unidade socioeducativa e, posteriormente, pelos documentos elaborados por profissionais dos serviços de acolhimento que ela passou, enquanto elaborava meu relatório técnico sobre a visita, recebi a notícia que ela foi assassinada. Esse foi um dos últimos relatórios que consegui entregar perto da data do meu desligamento do MPRJ. Foi muito difícil terminar, narrar o que conheci da história de Lohany e ao mesmo tempo não ter a oportunidade de nem ao menos tentar propor como o MPRJ poderia reivindicar o acesso dela às políticas públicas, era revoltante. Estou dando ênfase a esses episódios de visitas ao sistema socioeducativo, pois estão totalmente relacionados com os serviços de acolhimento. Todas as instituições fracassaram quando Lohany foi assassinada.

Na época fiquei com raiva de mim, sentindo que falhei como profissional, e de você, CISTema de Justiça, que deveria fiscalizar e fomentar as políticas públicas. Esse sentimento de culpa que narrei, precisa ser colocado em análise. Rapidamente assumimos uma responsabilidade profissional individual e isso não é justo e de nada adianta para romper com esses ciclos de violências gerados pela cisgeneridade. É necessário ter consciência que a cisgeneridade, da qual eu faço parte, produz essas violências, mas, é importante não parar nessa constatação, e sim pensar a partir daí. É necessário pensar estratégias institucionais. Por isso, te escrevo CISTema de Justiça, para pensar junto com as pessoas que compõem suas instituições.

A atuação no MPRJ, nas esferas infracional e não infracional, possibilitou perceber as diversas vulnerabilidades e violências que atravessam a vida das crianças e adolescentes trans, quando passam por serviços de acolhimento, unidades socioeducativas e outros espaços. E por isso retomo a questão principal da pesquisa: quem protege crianças e adolescentes trans?

Os relatos apresentados acima têm como objetivo mostrar para quem está dentro ou fora de seus limites, Cistema de Justiça, como chegam até você diferentes demandas relacionadas a crianças e adolescentes trans e como, seja no TJ, Defensoria Pública ou MP, nos abrigos e nas

unidades socioeducativas, e que é preciso uma atenção às mortificações que acontecem nesse Cistema.

Sobre o exposto, merece destaque a discussão das autoras Sara York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides (2020) sobre como a autodeterminação de gênero é importante para gerar autonomia para os corpos trans, principalmente quando há a possibilidade da inclusão do nome social e a retificação do gênero, pois no Cistema em que vivemos, a adequação à norma é “única forma de inserção cível e acesso as políticas públicas” (p. 3). Esse recado é para você mesmo, Cistema de Justiça, precisamos pensar como garantir o direito à autodeterminação de crianças e adolescentes trans.

Cabe destacar que a decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em março de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Provimento nº 73/2018, estabeleceu normas padronizadas para a modificação do prenome e do gênero nos registros civis de indivíduos transgêneros e transexuais. De acordo com as disposições do Provimento, a requisição para a retificação de gênero e/ou nome pode ser efetuada em qualquer Cartório de Registro Civil, sendo então encaminhada para o cartório de origem. Entretanto, conforme orientações da cartilha "Mudança de Nome e Gênero no Cartório de Registro Civil" (2022) elaborada pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ArpenBR), em situações envolvendo crianças e adolescentes, esse procedimento está centralizado em você, Cistema de Justiça, pois é exclusivamente conduzido por meio da via judicial.

Ou seja, é importante colocar em análise esse processo, Cistema de Justiça, observando que mesmo as pessoas acima de 18 anos ainda enfrentam muitos desafios para a garantia desse direito, como denunciam Mário Soares Caymmi Gomes, Sara Wagner York e Leandro Colling (2022), sobre situações de intervenções de operadores da justiça com a criação de obstáculos para retificação do gênero e nome inclusive de pessoas adultas. Os autores e a autora resgatam a fala de uma Promotora de Justiça da Vara de Registros Públicos de Salvador, que ao tomar ciência que pessoas trans de outros estados estavam ajuizando o pedido de retificação de gênero no cartório de Salvador, afirmou: “Eu preciso ver a pessoa. Eu preciso ver”. O que ela precisa ver? Gomes, York e Colling (2022) criticam o lugar de poder-saber que a Promotora de Justiça ocupa nessa situação, inspirados pelas discussões de Foucault a respeito das relações de poder, e como a profissional do direito se ampara na performatividade de gênero, problematizada por Butler, pois “o Poder Judiciário se entende legitimado a perscrutar e avaliar a aparência e a

performatividade de gênero de transexuais, como elemento mitigador do princípio da autodeterminação de identidade de gênero” (p. 1101).

Se pessoas trans adultas enfrentam ainda esse desafio, podemos supor que crianças e adolescentes trans, ao serem compreendidas como pessoas em estágio de desenvolvimento, o que sugere que não poderiam tomar decisões por si, podem encontrar ainda mais obstáculos. Ou seja, pensando sobre suas práticas, CISTema de Justiça, quando crianças e adolescentes trans buscam judicialmente o direito à autodeterminação de gênero e retificação do nome social, esse caminho pode ser atravessado por muitos mais julgamentos sustentados na cisnormatividade e na lógica adultocêntrica. Como foi possível observar na situação do James, que estava acolhido em um serviço de acolhimento e passando por esse processo de retificação do nome, e como se deu o parecer negativo da psicóloga do TJRJ.

Todas essas questões apontadas acima (das violências institucionais, pouco ou nenhum acesso às políticas públicas, as vulnerabilidades sociais, ausência de reflexões e formação de profissionais visando o combate à violência, entre outras) quando ignoradas, refletem também no cenário brasileiro alarmante de mortes de pessoas trans.

Cistema de Justiça, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo!!! Nessa triste realidade, também estão incluídas crianças e adolescentes trans, como já apontava o “Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020”, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). A esse respeito, Bruna Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira (2021) afirmam:

A violência chama a atenção em todos os níveis de idade, mas as maiores chances de uma pessoa trans ser assassinada estão na faixa entre 15 e 29 anos. 15 anos foi a idade com que a mais jovem adolescente trans foi assassinada em 2020, exatamente como aconteceu em 2018. Dos 175 assassinatos esse ano, 8 vítimas tinham entre 15 e 18 anos. O assassinato precoce é o início da tentativa de **destruição sistemática de uma população**. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021, p. 39, grifo nosso)

Como exemplo da destruição já naturalizada e sistemática gerada pela norma cisgênera, que mata quem está fora da cisgeneridade, por isso, “Cistemática”, é importante mencionar que, em janeiro de 2021, chegamos a uma das vítimas mais jovem, Keron Ravach, de 13 anos, assassinada em Camocim, Região Norte do Ceará. De forma muito violenta várias páginas de noticiários, tentaram resumir o motivo do assassinato de Keron a uma suposta atividade de prostituição, ao invés de focar no crime de ódio. Contrária a essas narrativas que matam, como

tentaram matar uma segunda vez Keron, penso em Keron linda como na foto em que está segurando uma flor de hibisco vermelha e que peço a quem lê para que imagine.

Essas notícias de mortes, tanto da adolescente Keron quanto a situação narrada da adolescente que estava em cumprimento de medida socioeducativa, Lohany, demonstram a gravidade da ausência de políticas públicas que promovam intervenções sobre esse contexto, prevenindo e atuando diante de violências perpetradas, e como crianças e adolescentes trans e travestis também estão expostos e correndo risco de vida, pois muitas vezes não são vistas como infâncias e juventudes, pois essas categorias ainda excluem pessoas trans e travestis. Na recente publicação do Dossiê sobre os “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021”, também da ANTRA, Bruna Benevides (2022) apontou os impactos da ausência de proteção de crianças e adolescentes trans e travestis no país e destaca:

Dentre diversos casos de violência e violações de direitos humanos contra crianças e/ou adolescentes trans ao longo do ano, **destacamos o fato de não haver qualquer estimativa para que sejam pensadas políticas públicas que garantam a proteção e os direitos daquelas que não se identificam com o gênero designado no nascimento e que sejam menores de 18 anos.** Muitas vezes, tendo seus direitos violados ainda dentro do ambiente familiar, pelos órgãos de proteção à infância (...) Entre tantos casos de violência, são **as adolescentes trans as que mais enfrentam dificuldade de ter seus direitos respeitados**, principalmente, quando não tem uma família acolhedora. Muitas escolas não têm garantido o direito ao uso do nome social e/ou o respeito a identidade de gênero dessas pessoas, alargando os motivos que propiciam à **exclusão do ambiente escolar**, interrompendo o direito à Educação de uma parcela considerável da população. **Não existem centros especializados em saúde integral de crianças e adolescentes trans.** Além de duas iniciativas experimentais e limitadas às pesquisas, com difícil acesso para a demanda de todo o Brasil, **políticas públicas para crianças e adolescentes excluem sistematicamente a juventude trans(...)** (BENEVIDES, 2022, p. 42-43, grifo nosso)

Ou seja, além da máxima do extermínio dessa população, a maioria das instituições pelas quais pessoas trans e travestis passam na infância (família, escola e outras, como as instituições de acolhimento), dificultam sua permanência e não raras vezes as expulsam. Como consequência, crianças e adolescentes trans e travestis acabam tendo de morar nas ruas e vivem inúmeras violências também nesse espaço.

A partir do exposto, é possível perceber os impactos da ausência de atenção da maioria das políticas públicas no que se refere a garantir a proteção dos direitos básicos de crianças e adolescentes trans e travestis. Sendo assim, Sr. CISTema de Justiça, até quando você vai ignorar essas existências? Quando vai buscar realmente proteger crianças e adolescentes trans e travestis?

Att, Júlia Muniz de Alvarenga

### 3.2 Carta para Anderson Herzer

Caro Anderson Herzer,

Demorei para conseguir escrever essa carta. Conheci sua história a partir do livro “A queda para o alto” (1987), sua obra dedicada à causa de crianças e adolescentes submetidos à institucionalização, e precisei de um tempo para processar. Você era um grande escritor e poeta. Ao percorrer as páginas, me vi emocionada em vários momentos. Passei a refletir sobre como foi para você compartilhar aqueles episódios difíceis relacionados às suas famílias, tanto a biológica quanto a adotiva, e às instituições por onde passou, em especial durante os períodos de internação na Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (FEBEM), em São Paulo.

A força ao narrar a sua história e, como testemunha, as histórias de outras pessoas que passaram pela FEBEM, me lembrou o que Jeanne Marie Gagnebin (2009) aponta no livro “Lembrar escrever esquecer” sobre o processo de registro de memórias:

(...) somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

E acho que isso que você fez. De modo generoso contribuiu para pensar outros futuros.

Conforme destacado na reportagem “A trajetória de Anderson Herzer, primeiro autor transgênero do Brasil” (2021)<sup>11</sup> da Revista Galileu, sua autobiografia é um marco. Não apenas por ser um dos principais registros sobre a realidade da FEBEM, vivenciada por quem foi interno e testemunhou, mas por ser também uma das primeiras publicações contando a experiência de uma pessoa trans, por ela mesma. Embora você não tenha utilizado o termo “trans” - dado que na época essa designação e identificação não eram tão comuns - ao narrar sua história, você se refere a si mesmo utilizando pronomes masculinos, abordando a experiência de ser um garoto dentro da unidade feminina da FEBEM.

Sobre esse assunto, não posso deixar de compartilhar um desconforto que experimentei ao ler o Prefácio do livro elaborado pelo atual Deputado Estadual Eduardo Suplicy. Conforme você narra, é inegável a importância dele em sua história, ao tirá-lo da FEBEM, proporcionar um emprego e incentivar suas escritas e publicações. No entanto, a maneira como Eduardo Suplicy descreve que sempre chamou você pelo nome do registro do nascimento, apesar de

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2021/06/trajetoria-de-anderson-herzer-primeiro-autor-transgenero-do-brasil.html>

você solicitar que não o chamasse assim, é revoltante. Outro aspecto que ele faz questão de ressaltar no prefácio é um suposto relacionamento que você teria tido com um homem, algo que você teria solicitado que nunca fosse mencionado, e ele claramente desrespeitou. Essas duas formas de desrespeito me levaram a ponderar sobre como a cisgeneridade opera, considerando pouco ou negando o que é solicitado pelas pessoas trans, e tomando como norte apenas os seus preceitos. Ou seja, praticando violências. A apresentação do livro, elaborada por Eduardo Suplicy, que era deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na época, foi escrita em 1982, alguns meses após a sua morte, o que agrava ainda mais o desrespeito, pois você não teve a oportunidade de ver e responder ao que foi escrito sobre você.

Cabe pontuar que era outro tempo em que não se tinha acesso e circulação das produções trans como tem hoje. A produção de ativismos e de conhecimento transforma as pessoas e as realidades. Espero que Suplicy tenha tido oportunidade de repensar sobre isso.

Passado esse momento de revolta na leitura, quero focar e ressaltar a sua narrativa, a potência da sua escrita que busca romper com a história dita oficial das instituições que tutelavam as infâncias e adolescências. No seu livro é feita a crítica de como a FEBEM, que foi um modelo de instituição adotado pelo governo militar como tentativa de coordenar uma política pública para um determinado segmento pobre da população infanto-juvenil, funcionava como um depósito de pessoas, tal como você destacou: “um local onde as pessoas são como objetos sem uso” (p. 46).

E quem era encaminhado para essas instituições? Herzer, acho que a Esther Arantes (2004), uma importante teórica brasileira do campo da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, pode nos ajudar a refletir sobre essa questão. Ela resalta como o Código de Menores, que era a legislação que operava na época anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, criou um parâmetro de “situação irregular do menor”, que seria motivo para o encaminhamento para a FEBEM, e que incluía diversas crianças e jovens em situações como: “abandonado, carente, infrator, apresentando conduta anti-social, deficiente ou doente, ocioso, perambulante” (p. 163). A autora ainda explica que no início do Código, os critérios para a definição de “situação irregular” muitas vezes partiam de premissas dos próprios juízes de direito, e posteriormente, seus argumentos passaram a ser embasados nos saberes da medicina, psicologia, serviço social, educação, entre outros. Essa dinâmica de avaliação de “situação de irregularidade” reforçou e produziu ainda mais práticas higienistas. Nessa lógica do Código,

ficou evidente que havia uma distinção entre quem era considerado criança e adolescente e quem era considerado “menor”, como pontua Arantes (2004):

E foi assim que os médicos, assistentes sociais e educadores ofereceram, como integrantes do assim chamado “complexo tutelar” ou “rede de proteção à infância”: um conteúdo psicossocial, uma essência, uma natureza, uma “psicologia” da “irregularidade jurídica”. Ao oferecerem a natureza da irregularidade, os técnicos não apenas legitimaram como ajudaram a produzir uma das coisas e perversas distinções encontradas na prática social brasileira: a que separa “criança” de “menor” – curiosa distinção que não diz respeito à faixa etária, mas à classe social, e que faz com que a “sentença” recaia no menor, e não na situação. É o menor que passa a ser visto como irregular, já que porta sua “natureza”: valores anti-sociais, carências de todos os tipos, comportamentos inadequados, agressividade, periculosidade etc. (ARANTES, 2004, p. 163).

Que porrada, não? Difícil ler esse trecho de como funcionava a lógica da rede de proteção à criança com o Código de Menores. Apesar de difícil, é muito importante não florear e, como fez Arantes (2004), chamar de perversa essa diferenciação entre “criança” e “menor”. Como psicóloga, pesquisadora e alguém que atuou por anos no campo dos direitos das crianças e adolescentes, percebo lamentavelmente que práticas higienistas e punitivas ainda estão em vigor até os dias de hoje. E ressaltaria que, além da questão de classe social, como discutido por Arantes (2004), a dimensão racial desempenha um papel crucial na determinação de quem é rotulado como “menor”. Além disso, Herzer, suas contribuições no livro nos levam a refletir sobre como a população trans é marginalizada e, frequentemente, privada do direito de viver plenamente suas infâncias e adolescências, sendo rapidamente também categorizada como “menor”.

Sua história demonstra que o encaminhamento para a FEBEM funcionava como uma medida punitiva e corretiva. Não tinha viés algum protetivo. Seus direitos foram violados inúmeras vezes antes de ser encaminhado para a FEBEM e após a chegada na FEBEM. No livro é descrito que, após o falecimento dos seus pais biológicos e a adoção por parte de seus tios, ainda quando era criança, começaram os conflitos na família adotiva, incluindo o abuso sexual por parte do seu pai adotivo. Com o passar dos anos e com a intensificação dos conflitos familiares e outros, você menciona que encontrou no álcool um recurso para se abster de tudo que lhe incomodava. Lamentei muito os relatos de passagens por comunidade terapêutica e instituição psiquiátrica com apenas 14 anos de idade, antes de ser encaminhado para a FEBEM, com 15 anos, a pedido da sua própria família. Como você menciona no livro, todos estes foram espaços igualmente violadores de direitos, mas que anunciavam ter o objetivo de “proteger” e “cuidar”.

Hoje, apesar da extinção da FEBEM no início dos anos 2000, a lógica de exclusão social e de violências institucionais, infelizmente ainda persiste nos espaços que acolhem crianças e adolescentes.

(...) mesmo atualmente, com o reordenamento jurídico operado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal -, não se conseguem mudanças efetivas em direção a um entendimento e a uma prática diferentes. Não apenas continuam a rotulação, a criminalização e o internamento de jovens pobres como também propostas como a do rebaixamento da idade penal, a da modificação do próprio Estatuto (...) (ARANTES, 2004, p. 164).

A autora escreveu esse texto em 2004, mas ainda hoje, 2024, observamos poucos avanços no sentido da garantia à dignidade e real proteção de crianças e adolescentes. Infelizmente, Anderson, mesmo após a promulgação do ECA, os serviços de acolhimento, destinados à aplicação de medidas protetivas, e as unidades socioeducativas, voltadas para medidas de restrição ou privação de liberdade decorrentes de atos infracionais, persistem em violar direitos. Apesar de o Estatuto ter abolido o termo "menor" e adotado a nomenclatura "crianças e adolescentes", muitas pessoas ainda utilizam a expressão "menor", enquanto a lógica perversa denunciada por Arantes (2004) continua a resistir.

As descrições da FEBEM que você apresenta no livro, abordando a questão estrutural do espaço físico que não estava devidamente preparado para acolher uma quantidade significativa de crianças e adolescentes com dignidade, a negligência na manutenção, limpeza e fornecimento adequado de alimentação, além da escassa atenção ao acompanhamento educacional, evocaram diretamente as lembranças das unidades socioeducativas e dos abrigos de adolescentes que eu visitava durante meu trabalho no Ministério Público do Rio de Janeiro nos anos 2016 em diante.

No município do Rio de Janeiro, apesar da previsão do ECA de que as instituições de acolhimento deveriam receber o público de 0 a 18 anos de idade, sem restrições de gênero, a rede de abrigos ainda está segmentada entre aqueles destinados a crianças e os voltados para adolescentes. Muitas vezes, fica evidente que há um tratamento mais atencioso quando se trata de crianças. É recorrente ouvir relatos que sugerem a crença de que as crianças têm solução, enquanto os adolescentes, infelizmente, são vistos como casos perdidos, mantendo-os ainda próximos da lógica pejorativa associada ao termo "menor". Infelizmente, a situação não melhora, como evidenciado por sua descrição da divisão binária das unidades da FEBEM, na cidade do Rio de Janeiro persiste a segregação entre abrigos para adolescentes do gênero masculino e abrigos do gênero feminino.

A perspectiva binária da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsória gera conflitos quando crianças e adolescentes manifestam outras expressões de gênero e sexualidade. No livro, você destaca que violências relacionadas ao machismo e à homofobia eram constantes. E, complementando com o repertório atual aportado pelos estudos trans, seria importante ressaltar que também havia muitas violências transfóbicas.

Quando você menciona que, com o tempo, na unidade, você passou a ser reconhecido como um garoto, um “machão autêntico” e que te chamavam pelo apelido de “Bigode”, apesar da ótima repercussão entre as adolescentes, muitas violências físicas e morais se intensificaram por parte de funcionários (as) da FEBEM. Além de agressões físicas como tentativas de “correção de gênero”, com a ideia que você tinha que se vestir e se portar como menina, por parte do diretor e alguns policiais, você ainda citou que eram comuns ofensas morais do tipo “machão sem saco, machão sou eu que tenho duas bolas” ou “machão sem rola” (HERZER, 1987, p. 76 e 84). Por que será que o diretor e os policiais se sentiam tão ameaçados com a sua presença a ponto de terem que afirmar que tinham bolas e rola? Soa ridículo, adorei quando você faz a seguinte provocação: “minúsculos machos que pensam trazer seu caráter em forma de duas bolas no meio de suas pernas” (p. 138). Pena que não são só eles, até hoje, Herzer, muitos homens e muitas mulheres cisgêneros (as) também se sentem ameaçados (as) assim. O pior é que a reação diante da sensação de ameaça, é a de tentativa de correção, punição ou até mesmo aniquilação de outras vidas.

Peço desculpas se o tom da minha carta ficou um pouco pesado. Mas, quando li o seu livro, ele me ajudou a entender a história dessas práticas institucionais dos serviços de acolhimento, que é meu foco de análise na tese de doutorado. Entretanto, como disse lá no início sobre a sua coragem de registrar sua história e da instituição FEBEM, também escrevo aqui sobre o contexto atual, desejando que seja diferente e tenhamos outros futuros.

Preciso destacar como achei interessante o modo como você conta que foi modificando seu corpo, suas vestimentas, seus comportamentos e suas relações afetivas e sexuais. Desde o corte do cabelo curto, deixar os pelos da perna crescerem, a opção pelo uso de cuecas e como isso influenciava em se sentir mais à vontade como um garoto. As interações românticas dentro da unidade, evidenciadas pelas paqueras, e os poemas e cartas dedicados às adolescentes por quem se apaixonou, ressaltam a potência dessas relações.

A sua história me fez recordar uma visita a um abrigo de adolescentes do gênero feminino, onde uma profissional do serviço compartilhou com surpresa que já ouviu as meninas

usando a expressão "sapatão de abrigo", referindo-se ao fato de que algumas adolescentes estabelecem relacionamentos afetivos e sexuais entre si durante o período em que estão acolhidas nos abrigos - exatamente nos abrigos que seguem uma separação por "gênero". Isso ilustra como a sua experiência, como um garoto em uma unidade feminina se relacionando com outras meninas, e as experiências das meninas que se identificam como "sapatão de abrigo", revelam a necessidade de questionar e desconstruir a rigidez da cisheteronormatividade.

É admirável observar como você destaca o trabalho de uma diretora e de algumas/alguns funcionárias (os) que não apenas tratavam você com dignidade e asseguravam seus direitos, mas também lutavam para transformar a realidade da FEBEM. Durante o meu tempo trabalhando no campo dos direitos das crianças e adolescentes, também testemunhei muitas (os) profissionais engajadas (os) e comprometidas (os) em fazer a diferença, apesar das condições de emprego precárias, que são frequentes no contexto do município do Rio de Janeiro, por exemplo.

Em minha opinião, e considerando minha própria experiência como pessoa cisgênera, é fundamental cultivar a abertura para lidar com o desconhecido, dedicar-se à aprendizagem e buscar desafiar as normas estabelecidas que violam direitos. Devemos romper com tratamentos generalizados, enraizados em concepções racistas, etaristas e cisheteronormativas, como você denuncia, e reconhecer cada indivíduo em sua multiplicidade e diversidade de experiências.

Herzer, com sua persistência e coragem, conseguiu transpor os imponentes muros da FEBEM. Suas demandas ecoaram até Lia Junqueira, uma destacada ativista dos direitos de crianças e adolescentes. Os relatos que você compartilhou com a Lia sobre o cotidiano da FEBEM e as numerosas violações de direitos foram divulgados pelo jornal Folha de São Paulo na época. Outro feito notável foi a carta que você enviou à presidência da FEBEM, exigindo a devolução dos poemas que foram usurpados por policiais. Fora das instalações da unidade, você denunciou como muitas adolescentes da FEBEM, devido ao processo violento de institucionalização, adoeciam e eram encaminhadas para instituições psiquiátricas. Além disso, seu livro, que tanto me emocionou, publicado pela Editora Vozes, através da influente feminista e escritora Rose Marie Muraro, é um exemplo inspirador de como é possível construir alianças entre os movimentos feministas e como as cartas podem fazer parte disso.

Anderson Herzer, gostaria muito de ter te conhecido. Ao ler seu livro, fiquei imaginando o que você destacaria sobre o momento atual e quais seriam suas atuais reivindicações se estivesse vivo. Esta carta que escrevi também foi inspirada nas cartas de agradecimento que

você compartilhou em seu livro. Quero expressar meu profundo agradecimento por tudo que aprendi com você e meu desejo de que mais pessoas conheçam sua história e suas produções. Como você mesmo salientou, sua poesia é "perigoso contrabando" (p. 198). E, de fato, precisamos desse contrabando. Finalizo com um trecho do seu poema "Ao futuro" (1987):

(...) Mas você apesar de tomar suas decisões  
e não retornar, por mais que te implorem,  
eu o acho responsável e brilhante, Sr. Futuro  
pois todos sabem, sua pessoa jamais está ausente,  
e para impedir uma ação dolorosa de sua parte  
basta cativá-lo corretamente no presente.  
(HERZER, 1987, p. 166)

E seguimos buscando cativar o Sr. Futuro, aqui no presente.

Muito obrigada!

Com carinho,

Júlia

### **3.3 Carta para Raphael Martins**

Olá, Raphael, prazer!

Escrevo esta carta após a leitura do capítulo "Meninos bons de bola", que você escreveu em contribuição para o livro "Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa" (2021). No texto, você compartilha experiências marcantes de sua infância e adolescência, atravessadas por instituições de acolhimento na cidade de São Paulo. Ao narrar sua história sob a perspectiva da transmasculinidade negra e ao abordar seu trabalho atual como Educador Social no projeto Meninos Bons de Bola (MBB), percebo que você oferece uma valiosa reflexão sobre questões institucionais que ainda dificultam o acolhimento adequado de crianças e adolescentes em dissidências de gênero.

Gostaria de compartilhar algumas inquietações que tenho como psicóloga que atuou em diálogo com os serviços de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro e expressar as reflexões que surgiram a partir de seus relatos. A história que você compartilha é sua, mas ao mesmo tempo, reflete a experiência de muitas crianças e adolescentes acolhidos(as), evidenciando a persistência da herança racista do período de escravidão. Fica evidente como o público

acolhido, nos serviços de acolhimento, pouco mudou desde o período em que você foi acolhido até os dias atuais.

Você conta que sua mãe era usuária de álcool e outras drogas e que perdeu sua guarda quando você tinha apenas dois anos de idade. O livro com seu capítulo foi publicado em 2021 e no texto você menciona que tinha 33 anos no momento da escrita do trabalho, considerando a possibilidade de uma distância entre a escrita do capítulo e sua publicação, deduzi que você foi acolhido no final dos anos 80 ou início dos anos 90, perto ou justo na década de promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990).

O ECA estabelecia que o uso de drogas pelos responsáveis violava os direitos de crianças e adolescentes. Somente em 2016, a Lei nº13.257, retira do artigo 19, o seguinte trecho: “(...) assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias”. Apesar dessa alteração legislativa, histórias semelhantes à da sua mãe persistem até hoje. Nesse debate, recorro ao trabalho "Mulheres e cuidado: além da maternidade e do uso de drogas" (2017), em coautoria com Giovanna Marafon e Tatiana Moreira, em que criticamos a interferência direta do Estado e de suas políticas públicas na filiação de mulheres usuárias de drogas “lançando luz para a proteção e o cuidado com a criança, mas, frequentemente, essas mesmas políticas negligenciam o cuidado às mulheres e a sua saúde” (p. 2).

Outra pergunta importante: sua mãe era uma mulher negra? Amplio a questão trazendo o elemento do pertencimento racial, pois é imprescindível para essa análise. No trabalho “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (2020), da grande pensadora brasileira Lélia Gonzalez, é feita a denúncia de que o sexismo opera de modo diferenciado quando se trata da mulher negra e da mulher branca. Isso que a Lélia pontua, identifiquei no tempo que atuei em uma Vara de Infância e Juventude e do Idoso (VIJI) da cidade do Rio de Janeiro. No atendimento às mulheres encaminhadas para VIJI, observei que muitas mulheres negras foram afastadas de suas proles pelo estigma que existe sobre o uso de drogas e não porque foi avaliado algum impedimento para o exercício da maternidade. Documentos provenientes da maternidade, por exemplo, frequentemente continham apenas a informação "faz uso de crack", sem contextualização social que poderia complexificar esse dado sobre o uso de drogas. É crucial questionar isso, uma vez que mulheres brancas usuárias de drogas não recebem o mesmo tratamento e encaminhamento que as mulheres negras.

As mães negras cujas filhas/es/os são institucionalizadas/es/os são frequentemente rotuladas pelo Estado como "incapazes" de cuidar. No entanto, na maioria das vezes, o motivo do acolhimento está relacionado à falta de acesso dessas mulheres aos direitos básicos e às políticas públicas, consequência da omissão, discriminação racial e violência estatal. Não por acaso, o público atendido nos serviços de acolhimento é majoritariamente composto por crianças e adolescentes da raça negra, como no seu caso.

No período que atuei no campo da justiça, observei como as intervenções estão localizadas em grupos com pertencimento racial e classe social específicos, em nome da dita "proteção", pois de algum modo representam ameaça ao controle da população pelos mecanismos de poder estabelecidos. Na minha dissertação de mestrado "Entre luzes e sombras: narrativas no campo dos direitos das crianças e adolescentes" (ALVARENGA, 2018), sinalizei como a história das instituições destinadas ao acolhimento institucional daquele público acompanha os processos históricos do nosso país, ainda permeados por uma lógica racista e com a proposta de manutenção do poder pelas pessoas brancas.

Como exemplo desse processo, no artigo "'Tia, seu cabelo é tão bonito': uma análise das relações raciais em um abrigo de crianças e adolescentes" (2024), elaborado em coautoria com a Giovanna Marafon, investigamos de forma crítica a persistência do estigma que associa famílias negras à negligência, muitas vezes relegando suas vivências a uma narrativa unidimensional, caracterizada por ausências e subestimação de seu potencial.

Nesse sentido, resgatamos as críticas da autora Márcia Eurico (2019), que alerta para interpretações conservadoras de família, enraizadas em uma perspectiva eurocêntrica. Essas leituras desqualificam as práticas coletivas de cuidado com as crianças, como é comum em muitas culturas africanas. No artigo, também ressaltamos a denúncia de Eurico (2019) no que tange à lacuna na produção de conhecimento sobre o cotidiano dos abrigos de crianças e adolescentes e como a pouca atenção ao cuidado de crianças e adolescentes negras é fruto do racismo institucional.

Raphael, a professora Megg Rayara Oliveira (2020) traz ainda mais elementos para o debate, ao discutir as normas de gênero e da heterossexualidade e o cruzamento com o pertencimento racial. A autora pontua que a atenção das instituições para a infância se relaciona com um "projeto de futuro" e critica a elaboração de padrões que constroem as leituras sobre o que seria a "infância universal", partindo de um "modelo- branco, cis heterossexual, magro, sem problemas de saúde física e mental e de classe média" (OLIVEIRA, 2020, p. 115). Sendo

assim, as crianças que escapam desse modelo são consideradas perigosas, pois ameaçam os padrões que atendem ao interesse do mercado, o que a autora nomeia de “infância perigosa”. Ou seja, pensando as crianças que estão nos serviços de acolhimento, majoritariamente negras, como foi seu caso, Raphael, quando escapam da lógica cis heterossexual, você e muitas delas são consideradas perigosas.

Outro aspecto do seu relato que me comoveu foi o momento da chegada do seu irmão mais novo ao abrigo, quando você tinha seis anos de idade, especialmente ao mencionar que rapidamente vocês desenvolveram uma forte ligação. Uma reflexão que surgiu durante meu tempo de trabalho no MPRJ, ao visitar os serviços de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro, foi a dificuldade da rede em manter os vínculos fraternos. Isso ocorre porque, ao contrário do formato que você descreve para o abrigo em que foi acolhido, que atendia recém-nascidos, crianças e pré-adolescentes, todos os abrigos institucionais na cidade do Rio de Janeiro têm um público segmentado pela faixa etária.

Não sei que idade seu irmão tinha quando foi acolhido no mesmo serviço que você, mas, por exemplo, no cenário do Rio de Janeiro, a partir da organização atual da rede, caso ele fosse recém-nascido e você estivesse com os seis anos de idade, ele seria encaminhado para outro serviço de acolhimento (considerando que há uma divisão entre abrigo de bebês e abrigo de crianças). Ou seja, vocês dificilmente conseguiram estabelecer um vínculo, como o que você descreve. Infelizmente, embora seja oficialmente atribuída a profissionais que atuam nos abrigos a responsabilidade de manter os vínculos fraternos, muitas vezes, durante as visitas aos abrigos, ouvia das equipes técnicas que as visitas entre irmãos acolhidos em diferentes locais não eram facilitadas, argumentando que "eles não tinham vínculo" (sic). Sempre me recordo de uma conversa com Saulo, amigo e psicólogo com vasta experiência no MPRJ, que destacava: imagine ser acolhida/e/o e uma das poucas conexões que você tem com sua família é o seu irmão ou irmã, e você não pode estar junto deles. Muito triste e não é para ser assim.

Além disso, foi possível apreender que essas restrições no atendimento afetam a distribuição dos abrigos nos territórios da cidade, o que viola muitos direitos de crianças e adolescentes ao prejudicar o trabalho de reintegração familiar quando isso reflete, entre outros aspectos: na tendência à perda dos vínculos familiares e comunitários por serem acolhidas/os/es em serviços localizados em regiões distantes das moradias e no estigma sobre esse público, como por exemplo, no caso dos abrigo de adolescentes, muitas vezes ocorre uma discriminação por parte de moradores do bairro sobre as pessoas que habitam os abrigos.

Outra questão importante que você descreve, é que após as durezas das tentativas de colocação em família adotiva, o que você sinalizava para a técnica que te acompanhava que não era um desejo seu a adoção, pois queria ficar junto da sua mãe e do seu irmão, você foi transferido para a Casa da Febem, instituição conhecida historicamente pelas violações dos direitos de crianças e adolescentes. Seus relatos de agressões físicas, morais e rebeliões evocam lembranças dos relatos de Anderson Herzer, autor de "A queda para o alto" (1987), também uma pessoa trans, que descreveu o sofrimento gerado pelo processo de institucionalização naquele espaço. Diferente da situação do Herzer, você conseguiu sair rapidamente daquele espaço, quando, no passeio ao parque, conseguiu escapar dos funcionários da FEBEM e ligar para seus padrinhos, que eram voluntários do antigo abrigo. Eles solicitaram a sua guarda e você passou a morar com eles.

Embora não tenha conhecimento do funcionamento específico do processo de apadrinhamento por voluntários em São Paulo à época, hoje o programa de apadrinhamento afetivo, estabelecido pela Lei nº 13.509, de 2017, está previsto no ECA, no artigo 19-B. Vale ressaltar que apadrinhamento difere de adoção, sendo processos distintos com diferentes fluxos e objetivos. No entanto, ainda hoje, assim como no seu caso, o judiciário promove adoções por meio do apadrinhamento, o que gera muitos conflitos. Apesar das potencialidades do programa, como a oportunidade de convivência comunitária para quem está acolhido/a/e, no Rio de Janeiro, enfrentamos obstáculos relacionados à perspectiva caritativa dessa proposta. Explico melhor: durante o período em que acompanhava os serviços de acolhimento, os/as profissionais relatavam dificuldades na adesão de padrinhos e madrinhas às orientações fornecidas pelos profissionais do serviço. Alguns padrinhos e madrinhas, por acreditarem estar sendo excessivamente caridosos/as, tentavam impor suas próprias condições nas relações, indo contra o objetivo principal do programa, que é atender às demandas de crianças e adolescentes acolhidas/es/os, não o contrário – satisfazer as demandas dos padrinhos ou madrinhas.

Experiências como a que você relata de que próximo aos 18 anos de idade começou a querer usar roupas masculinas e se relacionar com mulheres, enfrentando resistência de sua madrinha, também foram vivenciadas por algumas crianças e adolescentes apadrinhados aqui no Rio de Janeiro. Essa situação causava sofrimento em muitas pessoas acolhidas. As possíveis discriminações de gênero e sexualidade não eram consideradas para a avaliação de quem poderia ser padrinho ou madrinha, visto que a ideia predominante era que as crianças e adolescentes eram necessariamente cisgêneras e heterossexuais, permitindo que os padrinhos ou madrinhas impusessem suas normas.

É Raphael, como um educador trans, você deve observar como ainda precisamos pensar outros modos de lidar e proteger as crianças e adolescentes em dissidências de gênero e sexualidade. Isso não se limita apenas aos serviços de acolhimento, que foram o foco da nossa conversa, mas também se estende ao âmbito esportivo. Ao ler seu capítulo, fiquei encantada em conhecer seus trabalhos, tanto no Centro de Referência e Defesa da Diversidade quanto na criação do MBB, um projeto de destaque para pessoas transexuais no futebol. Parabéns!

Abraços,

Júlia

#### 4- A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA TRANS EM DISPUTA

Corpo Ricardo. (TRAVESTI) Corpo Bebê Menino Ricardo Azul. (TRAVESTI). O teatro está tomado pela cor AZUL. (...) Peão, bola, arma, mais carrinhos, Comandos em Ação... (de maneira rude) Boneca não. (pausa). Não fique na rodinha das meninas, vai pra lá, engole o choro, você é menino. Menino brinca com menino. Corpo Menino Educado. (TRAVESTI) Corpo Frágil. (TRAVESTI) Corpo afeminado. (TRAVESTI) Corpo Criança Viada. (TRAVESTI) (de maneira rude) Senta direito, menino. Senta que nem homem. Eu nem sabia como estava sentando. (mais rude) Fala grosso! Fala igual homem, ri igual homem! Aprende a ser homem, menino! Corpo Adolescente. (TRAVESTI) (com desdém) Corpo “Ricardinho”. (TRAVESTI) (leteiro pisca a cada novo xingamento) (com agressividade) Corpo Viado, Bicha... Corpo gay. (TRAVESTI) Corpo bicha. (TRAVESTI) Corpo Desconforto. (TRAVESTI) Corpo Incômodo (...). Trecho da transcrição da peça presente no Manifesto Transpofágico, da atriz e transpóloga brasileira Renata Carvalho. (Carvalho, 2021, p. 15-16)

#### 4.1- Carta #2 para Sofia Favero

Oi, Sofia, como vai?

Após a última carta que te encaminhei, na qual discuti metodologia de pesquisa, pensei em te escrever mais uma carta, agora para compartilhar reflexões sobre a categoria "criança trans" abordada em seu livro "Criança trans" (2020) e na coluna que apresentou na edição "Epidemia Trans: um debate sobre infância, gênero e normatividade" (2023), da Revista Cult.

O livro "Criança trans" (2020) representa um marco significativo no âmbito das discussões sobre infâncias. Destaco a beleza da dedicatória à sua mãe na primeira página, acompanhada de uma foto de seu acervo pessoal, na qual você, ainda bebê, é segurada por ela, e a mensagem: "À Jeane, minha mãe, por ter me ouvido". Desde esse primeiro gesto, percebo a direção que o livro seguirá na discussão. Essa abordagem inicial já despertou meu profundo interesse. A sensibilidade demonstrada em relação às diversas experiências de infâncias e adolescências se alinha diretamente com a orientação central de minha tese de doutorado.

Também compartilho da mesma perspectiva de Viviane Vergueiro (2020), expressa no Prefácio, quanto ao caráter convidativo do livro para que as pessoas adultas repensem as infâncias de maneiras menos restritas e mais alinhadas com as diversidades de gênero. Concordo com o que Vergueiro (2020) sugere de que aquelas pessoas que aceitam esse convite têm a responsabilidade de se engajar "em amplas desestabilizações de sistemas violentos e normativos" (p.11). A proposta de desestabilizar me cativou, e meu objetivo é estender esse convite a um número ainda maior de pessoas, a partir desse diálogo contigo, Sofia.

No primeiro ano do meu doutorado, em 2020, durante a pandemia da COVID-19, minha orientadora Giovanna mencionou o lançamento do seu livro "Criança trans" da Editora Devires. Foi uma feliz coincidência. Naquela época, meu problema de pesquisa estava em processo de elaboração e eu buscava literatura que tratasse criticamente sobre a experiência de infâncias e adolescências trans, algo que você abordou de forma pioneira ao explorar a categoria "criança trans".

Durante a minha trajetória como psicóloga que trabalhou no Sistema de Justiça, especificamente na área de infância e juventude, identifiquei a dificuldade de pessoas adultas cisgêneras, majoritariamente brancas no Sistema de Justiça, de ouvir e lidar com diversas manifestações de crianças e adolescentes, especialmente aquelas que escapam das normas, como por exemplo, relacionadas ao gênero. Eu, uma psicóloga cisgênera e branca, tentei

provocar reflexões, mas muitas vezes fui ignorada, e em outras, questionada: "Mas Júlia, crianças trans realmente existem?".

Embora eu já estivesse engajada há muitos anos em estudos sobre infâncias e adolescências, questionando o etarismo e a tentativa constante de controle sobre esses grupos, percebi que quando se tratava da intersecção entre geração e gênero, precisava aprofundar meus argumentos. Refletindo sobre isso agora, Sofia, acredito que foi essa inquietação que me motivou a desenvolver minha pesquisa de doutorado, e seu livro se tornou um importante aliado nesse debate.

Confesso que, durante a primeira leitura do seu livro, experimentei uma certa angústia diante da profusão de problematizações, buscando incessantemente compreender: "Tudo bem, mas afinal, qual é a defesa de Sofia?". Agora percebo que, de maneira próxima à pressão que eu sofria por uma resposta única sobre infâncias e adolescências trans, acabei projetando essa mesma exigência em relação a você. Hoje compreendo que o livro "Criança Trans" (2020) busca evitar aquelas descrições que reduzem a experiência trans na infância a critérios relacionados ao comportamento, vestimenta e brincadeiras, assim como rejeita as prescrições comuns sobre como lidar com crianças trans.

Com o passar do tempo, comecei a analisar meu movimento na primeira leitura do livro "Criança trans" (2020) e, por meio de novas leituras, entendi que há uma tendência em nós, pessoas adultas cisgêneras, de buscar uma resposta única que acalme a angústia diante do que escapa das normas de gênero, especialmente na infância e adolescência. A partir dessa compreensão, decidi confrontar essa angústia e dialogar com colegas sobre ela.

Em fevereiro de 2023, a Revista Cult lançou a edição "Epidemia Trans? Um debate sobre infância, gênero e normatividade", com o dossiê "O avesso da norma", na qual conheci seu texto em colaboração com Pedro Ambra: "A anatomia de um pânico moral" (2023), bem como a entrevista que você conduziu com Lucas, um garoto trans de 11 anos, que você acompanhou em psicoterapia por um período em seu consultório.

Após a divulgação dessa edição da revista no Instagram, diversos comentários surgiram, desde críticas ao título por considerá-lo "sensacionalista" até discursos conservadores de indivíduos que se autointitulam defensores das crianças. Essas reações evidenciam como pensar na experiência trans na infância ainda é um desafio e está intimamente relacionado ao que vocês denominaram de "pânico moral". No texto, "A anatomia de um pânico moral" (2023), ao tratar

da provocação do título da revista, sobre a tão temida “epidemia trans”, você e Pedro Ambra fazem uma pontuação certa e que gostaria de destacar aqui na nossa conversa:

O que o pensamento contemporâneo declara ao acusar uma “epidemia” é que ele não suporta ver modificações corporais que exponham contingências históricas, políticas e culturais responsáveis por definir o contorno dado à noção de corpo, em especial quando se trata de crianças. O corpo nos traz angústia (FAVERO e AMBRA, 2023, p. 16)

O corpo trans assusta e o corpo de crianças e adolescentes quando escapam das normas de gênero, assustam muito mais. Além disso, você e Pedro Ambra (2023) destacam como a noção de uma "epidemia trans" é mais uma tática da cisgeneridade para retratar as pessoas trans como perigosas ou doentias, justificando sua criminalização e medicalização, além do afastamento de crianças e adolescentes das pessoas trans.

Para desafiar essa abordagem policialesca gerada pelo “pânico moral”, você e Ambra (2023) sugerem que devemos reconhecer a cisnormatividade como uma instituição, já que ela molda identidades e, na estrutura binária, promove modelos restritos de masculinidade e feminilidade como os únicos legítimos. Qualquer coisa que se afaste dessa dicotomia é vista com apreensão, pois confronta os fundamentos da sociedade construída sobre esse paradigma.

No livro "Criança trans" (2020), ao abordar como os governos das infâncias e adolescências operam utilizando premissas que visam manter hierarquias de gênero e idade, você propõe dois questionamentos fundamentais “o binarismo que separa crianças como cis ou trans, assim como a oposição psicopatológica entre ‘adulterez’ e ‘infância’” (FAVERO, 2020, p. 177).

Nesse contexto, Preciado (2020) também questiona aqueles que se autoproclamam defensores da infância e da família, mas adotam perspectivas tradicionais e heterossexuais de gênero. Ele ressalta as angústias e agressões decorrentes da negação do direito de cada indivíduo, incluindo crianças e adolescentes, à autodeterminação de gênero. Considero essencial desmistificar o argumento de que crianças e adolescentes, por estarem supostamente em fases de desenvolvimento, não teriam a capacidade de tomar decisões por si próprias, especialmente no que diz respeito à autodeterminação de gênero. Vale ressaltar que a autodeterminação de gênero só é questionada quando se trata de identidades trans, o mesmo não ocorre com a identidade cis.

Sobre isso, adorei a provocação feita na Primeira Marcha Transmasculina de São Paulo, em 2024, com foto a seguir<sup>12</sup>:

Figura 6- Cartaz “Não existe criança cis” na Primeira Marcha Transmasculina de São Paulo, 2024



Fonte: Registro realizado por Rodrigo da página do Instagram @rodrigoamodei e compartilhada entre as páginas do Instagram @planetafoda e @ibratsp.

O cartaz pretende mostrar como as construções de gênero na infância são compulsórias e que deveríamos estranhar todas elas, principalmente a cisgênera. Neste debate, aprecio bastante o estilo de escrita e as críticas apresentadas por Beatriz Bagagli em seu capítulo no livro "Cisnormatividade e o cuidado com a saúde de pessoas trans na infância e adolescência" (2021a). Ela aborda uma questão semelhante à sua, Sofia, destacando a distinção no reconhecimento da capacidade de autodeterminação de gênero entre crianças trans e cis. Enquanto se espera que uma criança cis tenha maturidade para compreender sua identidade de gênero, o mesmo não é automaticamente atribuído a uma criança trans, evidenciando “a assimetria da legitimidade da identidade de gênero entre jovens trans e cis sob o viés da cisnormatividade” (BAGAGLI, 2021a, p. 59).

Em minha experiência profissional, ao dialogar com pessoas adultas cisgêneras, frequentemente surgia o argumento de que é prematuro rotular uma criança ou adolescente

---

<sup>12</sup> Registro fotográfico realizado por Rodrigo da página @rodrigoamodei. Foto da publicação compartilhada entre as páginas do Instagram @planetafoda e @ibratsp. Data da publicação: 3 de março de 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4EdSKTOGss/>

como trans, pois eles podem ainda não ter "certeza" sobre sua identidade de gênero no futuro. Essa noção de "certeza" reflete um dos fundamentos da cisgeneridade, conforme explicado por Viviane Vergueiro (2016): a ideia de permanência. Em outras palavras, espera-se que crianças e adolescentes sejam consistentes dentro do modelo binário de gênero e que suas expressões se mantenham ao longo de suas vidas como meninas ou meninos.

É algo perceptível, pois mesmo quando ocorre uma mudança de roteiro e a criança expressa algo diferente do que era esperado para ela, há, novamente, nos discursos das pessoas cisgêneras, um apelo à ideia de permanência, tentando garantir que não mudará de ideia. Surgem pensamentos do tipo: "Se deseja ser uma menina trans, deve permanecer coerente com as normas binárias de gênero e seguir como uma menina". Ao compreender a rigidez desses padrões impostos pela cisgeneridade, percebi por que no livro "Criança Trans" (2020) você enfatiza a importância de considerar o "risco, quando perguntamos 'o que é uma criança trans' estamos propondo uma análise sobre a categoria até mesmo como produtora de outros enquadramentos" (FAVERO, 2020, p. 160).

Mesmo quando há o reconhecimento de uma criança ou adolescente como trans, rapidamente surge uma tentativa de enquadrar suas experiências dentro de compreensões socialmente estabelecidas: médicas, jurídicas, psicológicas, educacionais e outras. A cisgeneridade impõe um roteiro predefinido e, de forma coercitiva, busca padronizar as vivências trans.

No ambiente profissional, muitas vezes me consultaram sobre a idade mínima legal para iniciar um tratamento hormonal (bloqueio ou introdução de hormônios) ou cirurgia de redesignação de gênero, assim como a duração necessária de acompanhamento psicológico para afirmar a identidade trans de uma criança ou adolescente. Essas questões refletem uma perspectiva patologizante da experiência trans, da qual desejo me distanciar ao pensar na proteção de crianças e adolescentes trans nos serviços de acolhimento. Em vez disso, busco seguir o caminho oposto à medicalização, mostrando outros modos de pensar as infâncias e adolescências.

As narrativas que sugerem possíveis arrependimentos após a transição de gênero, supostamente mais frequentes na infância, também são utilizadas nos discursos que patologizam e negam a experiência trans de crianças e adolescentes. A partir do seu curso "Localizando a cisnormatividade dos discursos psi: novos paradigmas para pensar diagnóstico,

disforia e destransição”<sup>13</sup>, conheci o artigo “A critical commentary on follow-up studies and ‘desistance’ theories about transgender and gender-nonconforming children” (2018), de Julia Temple Newhook e outras autoras. Neste texto, é feita uma revisão das pesquisas que abordam a chamada “desistência” do processo de transição de gênero na infância. O artigo critica o fato de que esses estudos falham em compreender a complexidade das necessidades das crianças trans, o que resulta em uma visão simplista que coloca a persistência em oposição à desistência. Essa abordagem parte de uma noção de transição de gênero como um processo completo e não reconhece a fluidez e a diversidade das identidades de gênero.

Seguindo essa linha de raciocínio, a análise realizada por Bagagli (2021b) em seu texto “5 Mitos mais comuns sobre crianças e jovens transgêneros”, publicado em seu blog na plataforma Medium, ilustra, por meio de um extenso levantamento de pesquisas, como os casos de destransição de gênero são raros. Além disso, ela ressalta que o arrependimento muitas vezes está associado à falta de um ambiente social acolhedor e à pressão externa.

O tratamento diferenciado da infância e adolescência trans em comparação com a cis, juntamente com argumentos sobre constância e a possibilidade de arrependimento, está intrinsecamente ligado à forma como pessoas adultas percebem a infância e a adolescência como categorias morais – “que precisa respeitar inclusive, um ‘tempo certo’ tido como científico” (FAVERO, 2020, p. 172).

Sofia, a rigidez da adulez cisheteronormativa é impressionante. Parece querer rotular, diagnosticar e prescrever tudo. Suas discussões me mostraram por que é crucial complexificar a categoria “criança trans”. A angústia das pessoas adultas em nomear e reconhecer pode ser uma faca de dois gumes, ao mesmo tempo que pode favorecer a atenção e o cuidado, pode fazer novos enquadramentos perigosos. Por isso, destaco um parágrafo do seu livro que considero fundamental para reflexão no âmbito da proteção de crianças e adolescentes:

(...) ser cis ou não, embora completamente compreensível, não deve ser um inquérito tão angustiante aos pais, aos profissionais e tampouco às próprias crianças. Deveríamos, no lugar de buscar cada vez mais rápido esse ‘alívio’ identitário, pensar quais as condições de existência de uma infância que contraria a cisgeneridade (FAVERO, 2020, p. 177)

---

<sup>13</sup> O curso foi organizado pelo Instituto Partilhar e ocorreu no dia 23 de setembro de 2023, as 14h, através da plataforma remota Google Meet.

Essa dica é essencial!!! Em vez de ceder ao pânico das pessoas cis adultas e à incessante busca pelo que você tão acertadamente descreveu como "alívio identitário", por que não nos dedicamos a ouvir as demandas das crianças e adolescentes que desafiam as normas binárias de gênero? Mais do que simplesmente rotular, é fundamental proporcionar um ambiente livre de violências impostas pela cisgeneridade.

Também gostaria de destacar a postagem que você fez na rede Instagram, "Crianças trans negras têm menos acesso à saúde", no dia 31 de agosto de 2023<sup>14</sup>, pois é crucial entender a diferença como a cisgeneridade opera para crianças brancas e para crianças negras, "o fato de vermos crianças trans brancas despertarem empatia e reconhecimento, com uma frequência maior do que vemos crianças trans negras, precisa ser abordado por uma visão crítica de saúde" (FAVERO, 2023, s.p)

Devemos reconhecer que a cisgeneridade vem de uma construção branca colonizadora, como conversei em uma carta com a Hailey Kaas, e que os ideais de infância foram construídos também por pessoas brancas. Esse ponto é muito importante quando penso nos serviços de acolhimento que tem como público, majoritariamente, crianças e adolescentes negras e como operam o racismo e a transfobia nesses espaços. Concordo contigo sobre como precisamos:

Atuar para um "não-congelamento" da categoria "trans" como branca é agir para sanar um débito que a literatura médica, interessada em crianças brancas desde a década de 1970, possui com as infâncias trans negras, cujas experiências permanecem relativamente invisíveis devido a barreiras sócio-históricas que precisam de maior atenção/cuidado (FAVERO, 2023, s.p)

E para encarar esse desafio, precisamos complexificar nossas análises como bem propõe Megg Rayara Oliveira (2020) sobre a importância da compreensão das intersecções "para analisar as estruturas sociais, as representações simbólicas e as subjetividades que, naturalizadas, produzem e reproduzem as desigualdades de gênero, orientação sexual e raça" (p. 20). Desse modo, podemos utilizar esse caminho percorrido para pensar o atravessamento também do cissexismo e considerar o encontro dele com as infâncias e adolescências, também racialmente marcadas.

Ah, por fim, queria expressar meu encanto pela entrevista com Lucas que você publicou no dossiê "O avesso da norma" (2023) na Revista Cult. Essa entrevista me inspirou a escrever uma carta para ele.

---

<sup>14</sup> [https://www.instagram.com/p/CwoKUq1vKSR/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CwoKUq1vKSR/?img_index=1)

Obrigada por todas as contribuições. Em outras cartas, seguirei acompanhada de seus trabalhos.

Beijos, Júlia

#### **4.2- Carta para a criança Lucas**

Oi, Lucas,

Tudo bom?

Você não me conhece, mas me chamo Júlia. Escrevo essa carta após ler a entrevista concedida por você à psicóloga Sofia Favero, publicada na Revista Cult, no dossiê “O avesso da norma” (2023). Gostei muito das suas contribuições para pensar a proteção de crianças e adolescentes trans.

Contrariando a crença de que adultos não podem aprender com crianças (uma crítica sua muito pertinente), quero dizer que aprendi bastante contigo. Desejo que mais pessoas tenham acesso às suas ideias e pensamentos.

Primeiro queria dizer que achei muito bacana o modo como você se sentiu confortável com a Sofia durante a entrevista. Como psicóloga, compreendo a importância da confiança, algo que você e seus pais aparentam ter desenvolvido ao longo do tempo de convivência com a Sofia. Imagino que essa relação tenha sido construída gradualmente, possivelmente durante o período em que você foi atendido por ela em psicoterapia. Destaco isso, pois sei que nós, pessoas adultas, especialmente cisgêneras, as vezes temos muita dificuldade em ganhar a confiança das crianças, pois não sabemos escutá-las.

Gostaria de te contar uma curiosidade, desde o momento em que vi suas saudações, “Olá, humanos” e “Adeus, terráqueos!”, imediatamente me veio à mente, Paul Preciado. Paul é pessoa não binária e escreveu um livro chamado “Um apartamento em Urano: crônicas da travessia” (2020), no qual descreve as experiências dele visitando o planeta Urano, um lugar onde as definições de gênero não têm as mesmas amarras que na Terra. É um planeta com muitas possibilidades. Imagino que, de alguma forma, você também esteja explorando os limites entre a Terra e Urano, buscando novas maneiras de compreender e viver sua própria identidade.

Quero compartilhar contigo um desejo que me toca profundamente: a busca por novas formas de conexão entre pessoas adultas e crianças/adolescentes, assim como entre pessoas cis e trans. É doloroso perceber a diferença de tratamento que você nos relata, Lucas, quando a sociedade passa a te enxergar como menino. É como se, de repente, você perdesse aqueles gestos de afeto que são tão importantes. E tudo isso porque agora você é visto como "um menino", e espera-se que você não goste mais de "receber mimos" (p. 36). Contudo, você também passa a poder fazer mais coisas, como, por exemplo, se sentar de perna aberta. Desde quando se sentar de perna aberta é um privilégio exclusivo dos meninos? Por que será que isso precisa acontecer, Lucas? Essas reflexões nos levam a questionar as normas e os padrões que limitam a liberdade de expressão de cada pessoa.

Na entrevista com Sofia, você destaca a importância de dar voz às crianças e garantir que sejam ouvidas pelas pessoas adultas, referindo-se à figura que cuida delas como "responsável". Este termo pode parecer incomum para muitas crianças, como observado por Sofia, que questionou por que você optou por "responsável" em vez de "pais". Sua resposta revelou uma sensibilidade profunda: você explicou que algumas crianças não são criadas por mãe ou pai, mas sim por tios, avós, "ou nem isso" (p. 37).

Pois é, Lucas, algumas crianças e adolescentes vivem afastados temporariamente de suas famílias e residem em serviços de acolhimento, como abrigos ou através de programas, como o Família Acolhedora. Isso acontece em casos delicados onde há suspeitas de violações dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes ou de suas famílias.

Na experiência tanto em abrigos quanto no campo jurídico na cidade do Rio de Janeiro, me dediquei por muitos anos ao estudo dos direitos de crianças e adolescentes. Uma questão que sempre me intrigou é a falta de espaço nessas instituições para que crianças e adolescentes trans sejam ouvidas/es/os.

Por isso, também achei muito interessante as críticas que você fez em relação à dinâmica da escola, para pensar também os serviços de acolhimento, por isso quero destacar sua fala para pessoas adultas que trabalham com crianças e adolescentes trans:

A maioria das pessoas só me vê pela aparência. Só vê a gente pela aparência. Não me vê pela minha personalidade. Acham que chorar é frescura. Que não devo ficar triste. As crianças [trans] são crianças mais sensíveis, porque a maioria dos professores erra de propósito. Não me chamam de Lucas, e quando acontece transfobia, ignoram ou acham aquilo normal. Às vezes dão risada (p. 38)

Depois desse duro relato de violências no espaço escolar, você enfatiza que é importante que os profissionais que atuam nesses espaços não tratem a experiência trans como doença. Como psicóloga, assim como a Sofia, busco contribuir para isso, Lucas. Reflito como a Psicologia pode ajudar a pensar criticamente as relações de pessoas adultas e crianças e adolescentes e para criar espaços para os diversos modos de viver as infâncias e adolescências.

Por último e não menos importante, quero também trazer um recado bem simples e direto que você mandou para pais de crianças trans, mas que estendo também a quem atua na rede de proteção às crianças e adolescentes: “existem diversas outras formas de ser criança e tal” (p. 39).

Obrigada pelas reflexões, Lucas!

#### **4.3- Carta para Sara Wagner York**

Querida Sara, como vai?

Escrevo diretamente para você após ter elaborado muitas cartas. Entretanto, é importante ressaltar que você e suas produções estão presentes na maioria das outras cartas. Não à toa, Sara, pois suas contribuições e nossas trocas durante a elaboração da tese foram fundamentais e não posso deixar de reconhecê-las.

Entre os momentos de trocas, guardo com afeto a lembrança da minha qualificação de doutorado, em que você e Teresa, como membras da banca, junto com a orientação dedicada da Giovanna, me incentivaram a adotar a forma de escrita com cartas para toda a tese. Além desse importante marco, compartilhamos diversos eventos acadêmicos, alguns dos quais você organizou ou foi palestrante, e outros em que apresentei trabalhos, sempre recebendo suas valiosas contribuições para minha pesquisa. Como exemplo, no XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Etnicorracial e de Gênero (CINABETH), em 2023, em que apresentei na mesa que você foi uma das organizadoras do Grupo de Trabalho (GT) “Geração: infâncias, juventudes e velhices LGBTQIAPN+”, o trabalho intitulado “Crianças trans existem?": um debate sobre a cisgeneridade e os saberes psís” em coautoria com a Giovanna Marafon, segue um registro desse encontro:

Figura 7- “Geração: infâncias, juventudes e velhices LGBTQIAPN+”, CINABETH, 2023.



Fonte: Acervo pessoal Sara Wagner York

Além disso, participamos de espaços de luta, como a manifestação do Dia Internacional da Mulher (8M) no centro do Rio de Janeiro. E seguimos conectadas pelas redes sociais. É interessante observar como o ambiente virtual influenciou diretamente minha pesquisa. Ao acompanhar figuras importantes do ativismo trans e dos movimentos transfeministas, como você, nas redes sociais, tive acesso a discussões relevantes, divulgação de trabalhos de pesquisa e ativismo, assim como momentos históricos cruciais.

Gostaria de compartilhar um episódio que me emocionou muito: o vídeo de sua fala ao receber a medalha Chiquinha Gonzaga durante uma sessão solene, em homenagem ao Dia Internacional de Luta das Mulheres, acontecida em 16 de março de 2023, na Câmara de Vereadoras/es do Rio de Janeiro. Com sua permissão, Sara, gostaria de transcrever seu discurso aqui, na esperança de que outras pessoas que nos leem também possam conhecer e/ou relembrar seu depoimento:

Durante muitos anos a gente ficava buscando referência em muitos espaços. E as mulheres pretas elas eram as minhas referências e eu pensava “se elas estão lá, uma hora talvez o resto do mundo também possa” e quando eu cheguei em alguns espaços, as pessoas começaram a dizer “hum, se ela está lá, eu também posso”. Aos doze anos de idade, que é a idade que a travesti mais jovem do Brasil foi morta em 2012, foi o ano também que eu fui colocada para fora de casa, por ser travesti. Toda vez que a gente recebe um prêmio ou menção, você quer trazer as pessoas que você ama. Eu não posso fazer uma reverência bonita a minha mãe, porque não foi bom. Eu não posso fazer uma reverência bonita a minha família, porque não foi bom. E as minhas amigas que me viram crescendo e que eu gostaria muito de dividir esse momento, elas foram mortas ou pela polícia ou pelo HIV. Eu quero agradecer a vocês. Porque as mulheres pretas têm sido as mulheres que há muito tempo ensinam a nós, travestis e mulheres trans, o que é andar de mãos dadas e eu agradeço muito por vocês terem, cada vez

mais, todas as mulheres esse lugar de apoio para dizer ‘vai, vai que tem espaço pra mais uma!’”. (YORK, 2023)

São muitos elementos importantes que você traz. Primeiro, destaco a potência da aliança entre os feminismos trans e os feminismos negros. A reverência que você faz à história de luta das mulheres pretas e como abriu portas e inspirou a luta travesti e de mulheres trans. Na época do evento, a deputada Renata Souza, compartilhou o vídeo da sua fala e lembro como algumas amigas negras divulgaram, também emocionadas, a postagem. Fico feliz de observar e aprender com feminismos que criam alianças e não exclusões.

No discurso você também compartilha sua história pessoal, incluindo o momento em que, aos 12 anos, foi expulsa de casa e encontrou acolhimento nas amizades de outras mulheres trans e travestis. Quem te acompanha consegue perceber como você reproduz, com tantas pessoas jovens trans, o carinho que recebeu dessas companheiras de vida. Sempre que te encontrei, notei a presença de jovens trans ao seu redor. Como também emociona o afeto que você demonstra sobre ser uma avó travesti para o seu neto, uma criança que você deseja que tenha muitas possibilidades no futuro. Além de seu bom humor e habilidade de comunicação, que atraem essas pessoas e muitas outras, é visível o afeto e a atenção que você dedica às novas gerações.

Por isso, Sara, gostaria de pontuar como as trocas contigo me ajudaram a refletir sobre pontos importantes da tese. Além disso, sua contribuição tem sido fundamental para explorar pistas e estratégias promissoras na criação de novas sensibilidades em pessoas adultas em relação às novas gerações.

O Fórum Aberto Transgeneridades, organizado por você na UERJ, campus Maracanã, em 01 de agosto de 2022, representou um marco na história da universidade, sendo o primeiro evento dedicado exclusivamente ao debate sobre transgeneridades. A partir do seu convite ao nosso grupo de orientação, do qual faço parte junto com Giovanna (orientadora e coordenadora da GIRA), tivemos a oportunidade de participar desse encontro.

Além da comovente apresentação de Kelia Simpson, fundadora da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o evento contou com a participação de renomadas/es ativistas, tais como Luma Andrade, Megg Rayara, Beatriz Bagagli, Florence Belladonna, Amiel Vieira, Leticia Nascimento, entre outras/es. Compartilho aqui um registro desse momento:

Figura 8-Participantes do evento Transgeneridade realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no dia 01 de agosto de 2022.



Fonte: Instagram de Sara Wagner York, 2022

Além das mesas principais de debates, foram organizados grupos de trabalho com foco em três eixos que você propôs: "educação e arte", "saúde" e "direito e políticas públicas". Após intensas discussões nesses grupos, emergiram as principais reivindicações de cada eixo, destacando-se dois pontos cruciais: o acesso aos banheiros e a inclusão do nome social nos documentos universitários.

Em relação ao acesso aos banheiros, frequentemente observamos a persistência da lógica binária de gênero, com banheiros designados para mulheres e para homens, deixando de incluir as pessoas trans, mesmo quando estas se identificam com um dos dois gêneros mencionados. Um dos principais argumentos usados para justificar essa divisão é a suposta preocupação com a segurança das mulheres cis em face de um possível risco associado à presença de pessoas trans. No entanto, essa justificativa não tem embasamento, uma vez que a maioria (se não todas) as violências contra mulheres cis e trans são cometidas por homens cis.

Além disso, reflito sobre como os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro lidam com a questão dos banheiros. Tanto nos abrigos para crianças, quanto nas escolas, é comum encontrar essa divisão binária de gênero nos banheiros. Esse exemplo ilustra como a questão não se trata de uma ameaça representada pelas pessoas trans, mas sim de uma construção arraigada da cisgeneridade desde a infância.

Paul Preciado demonstra no texto “Lixo e gênero, mijar/cagar, masculino/feminino” (2019) de como se trata de uma arquitetura de gênero e destaco aqui um trecho certo do artigo:

Poderíamos pensar que a arquitetura constrói barreiras quase naturais respondendo a uma diferença essencial de funções entre homens e mulheres. Na realidade, a arquitetura funciona como uma verdadeira prótese de gênero que produz e fixa as diferenças entre tais funções biológicas. O mictório, como uma protuberância arquitetônica que cresce a partir da parede e se ajusta ao corpo, atua como uma prótese da masculinidade facilitando a postura vertical para mijar sem receber respingos. Mijar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna. Desse modo, o discreto mictório, antes de ser um instrumento de higiene, é uma tecnologia de gênero que participa da produção da masculinidade no espaço público. Por isso, os mictórios não estão fechados em cabines opacas, mas em espaços abertos ao olhar público, uma vez que mijar-de-pé-entre-homens é uma atividade cultural que gera vínculos de sociabilidade compartilhados por todos aqueles que, ao fazê-lo publicamente, são reconhecidos como homens. Duas lógicas opostas dominam os banheiros de damas e cavalheiros. Enquanto o banheiro de mulheres é a reprodução de um espaço doméstico no meio do espaço público, o banheiro dos homens é uma dobra do espaço público no qual se intensificam as leis de visibilidade e posição ereta que tradicionalmente definiam o espaço público como espaço de masculinidade. Enquanto o banheiro das mulheres funciona como um mini-panóptico no qual as mulheres vigiam coletivamente seu grau de feminilidade heterossexual em que todo avanço sexual resulta em uma agressão masculina, o banheiro dos homens aparece como um lugar propício para a experimentação sexual. (PRECIADO, 2019, s.p)

As diferentes arquiteturas dos banheiros não apenas distinguem, mas também moldam ativamente as noções de gênero. Ao longo do tempo, a cisgeneridade tem utilizado a arquitetura dos banheiros para promover uma só forma de expressão de masculinidade e feminilidade.

Tal processo também é visível nos abrigos de adolescentes do gênero masculino e nos abrigos de adolescentes do gênero feminino (como é a divisão no Rio de Janeiro), em que os modos de cuidado e higiene desses espaços são distintos quando se trata de um abrigo ou de outro. Era comum escutar de educadoras/es de abrigos de adolescentes do gênero masculino que o banheiro vive sujo e fedorento porque são meninos que utilizam, ou seja, já é esperado isso de todos os adolescentes e não é feito nada para desmitificar essa ausência de cuidado com o banheiro, que é um espaço coletivo no abrigo. Em contrapartida, nos abrigos de adolescentes do gênero feminino é imposta a higiene constante do espaço e quando elas saem desse padrão de limpeza, são estigmatizadas por profissionais do abrigo, como desleixadas e consideradas pouco femininas.

Uma das propostas do eixo que eu participei no evento Transgeneridades, para romper com esse modelo binário e excludente de divisão dos banheiros, é a construção de banheiros sem divisão de gênero, mas com cabines privativas com os sanitários, separadas da área das

pias, sendo essa coletiva. Ou seja, banheiros sem mictórios. Sara, como seria interessante, não? Principalmente, desde a infância e adolescência, já romper com essas produções de gênero, ao acabar com essa divisão dos banheiros, para que crianças (meninas, meninos e meninos) aprendam desde cedo a compartilhar espaços e a cuidar deles. Você no campo da educação e eu, nas discussões dos serviços de acolhimento, seguimos trazendo esse estranhamento das divisões binárias dos espaços. Quem sabe uma hora isso muda, não é?

Outro ponto crucial de debate é a questão da inclusão do nome social em documentos institucionais. Durante o Fórum Transgeneridades, foram destacadas diversas situações em que os direitos das pessoas trans foram desrespeitados, como a utilização do nome morto e/ou o uso de pronomes diferentes daqueles com os quais as pessoas se identificam, especialmente durante a chamada de alunos/as/nas salas de aula, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e na emissão de diplomas, entre outros exemplos. No evento, estudantes da UERJ expressaram sua indignação e demandaram o respeito ao uso do nome social, bem como o fim das situações vexatórias.

Nessa discussão, direcionei minha atenção para os serviços de acolhimento, em particular para o sistema de informações do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), conhecido como Módulo Criança e Adolescente (MCA). Este sistema consolida em fichas as informações de todas as crianças e adolescentes em acolhimento ou que foram acolhidas no Estado do Rio de Janeiro. Até o momento, verifiquei que o MCA não incorporou a inclusão do nome social de crianças e adolescentes. Durante meu período de atuação no MPRJ, defendi a inclusão do nome social no sistema em diversas ocasiões. Apesar do reconhecimento do coordenador da equipe da importância dessa mudança, o nome social ainda não foi implementado. Algumas equipes técnicas de abrigos relatavam que adolescentes trans demonstravam desconforto ao acessarem suas fichas no MCA e perceberem que seus nomes sociais ainda estavam inseridos.

Além disso, profissionais também mencionavam frequentemente a falta de permanência de adolescentes trans nos espaços dos abrigos. Curiosamente, durante reuniões com nossa equipe do MPRJ, funcionários(as) muitas vezes se referiam a tais adolescentes pelo nome morto ou expressavam incerteza sobre qual pronome utilizar. No entanto, não estabeleciam uma relação entre a falta de permanência nos abrigos e as situações vexatórias relacionadas ao não uso do nome social e do pronome solicitado.

Especialmente no que diz respeito aos pronomes para se referir às pessoas não binárias, ainda é lamentavelmente comum ouvir argumentos sobre a importância de respeitar a "língua portuguesa tradicional" e a ideia de que fazer alterações nos pronomes é incorreto. Que argumentos colonizadores, não é? O que torna o nosso português brasileiro tão especial, com expressões tão belas como "cafuné" ou "cumbuca", é justamente a capacidade de não nos restringirmos ao português de Portugal dos nossos colonizadores, que é totalmente generificado.

Na oficina remota "Gramáticas de si: Eu, tu e elu", coordenada por você e com a participação de Brune Bonassi e Andre Luiz Vicente, foi discutida a dificuldade que muitas pessoas têm de compreender que a linguagem é uma performance e que a linguagem gera materialidade. Assim como a construção narrativa do sexo biológico operou como algo "natural", a linguagem binária também funciona a partir dessa perspectiva, o que reforça a cisgenderidade. Para enfrentar essa questão, vocês destacaram a importância de desfragmentar conceitos e criar um contradiscurso. Achei as provocações da oficina muito interessantes. Sinto que ainda estou em processo de atenção à linguagem. Durante a elaboração da minha tese, em conversas com Giovanna, entendemos a importância de utilizar palavras com menos determinações de gênero, como, por exemplo, em vez de usar "leitor" ou "leitora", referir-se a "pessoas leitoras".

Se considerarmos que a função primordial da linguagem é facilitar a comunicação entre as pessoas, e levando em conta a diversidade de modos de expressão existentes no mundo, por que não incorporar à linguagem outras possibilidades de pronomes ou até mesmo termos menos vinculados ao binarismo de gênero?

Quanto ao argumento de não saber qual pronome utilizar para se referir a uma pessoa, tenho praticado e também sugerido o mesmo exercício a amigas e colegas: ao conhecer alguém, perguntar diretamente: "Qual é o seu nome? Qual pronome você prefere que eu utilize para me referir a você?". O simples ato de PERGUNTAR. É algo tão fácil, porém tão pouco comum na nossa realidade ainda. Em vez de tentar determinar o gênero das pessoas através de uma avaliação visual baseada em padrões cisgêneros, por que não simplesmente perguntar? Isso não é difícil. E este é apenas um dos muitos caminhos possíveis para promover uma linguagem mais inclusiva, concorda, Sara?

Além das questões relacionadas ao uso de banheiros e à inclusão do nome social e de outros pronomes, outro tema que gera muita polêmica, principalmente quando se trata de

crianças e adolescentes trans, é o acompanhamento ambulatorial para o processo de transição de gênero. É comum que a ANTRA e outras organizações de defesa dos direitos das pessoas trans divulguem informações para combater notícias falsas que sugerem que estão sendo administrados hormônios ou realizadas cirurgias em crianças.

Um dos temas discutidos no episódio do Programa Travesti exibido no dia 03 de janeiro de 2023, no qual você é âncora, foi o caso do vereador de São Paulo que solicitou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a chamada transição de gênero de 280 crianças e adolescentes no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP).

Os argumentos infundados que motivaram a abertura da CPI, bem como os comentários de vereadores conservadores durante o processo de investigação, apenas evidenciaram como, crianças e adolescentes trans se tornaram alvos de disputas políticas partidárias baseadas em preceitos morais. Isso também ressalta o perigo que representa esse policiamento de gênero por parte de indivíduos que pouco conhecem sobre o assunto. Como resultado desse movimento, temos visto a introdução de numerosos projetos de lei anti-trans.

Durante o debate em seu programa, Mário Caymmi destacou a importância da educação continuada para operadores do direito e legisladores sobre os marcadores sociais que são mais suscetíveis à vulnerabilização por parte do Estado, entre eles, o gênero, especialmente quando nos referimos a crianças e adolescentes trans.

O pânico moral impede um debate responsável sobre quais as reais demandas de crianças e adolescentes trans no âmbito da saúde. Na “Nota técnica sobre o acesso à saúde de crianças trans: do modelo transpatologizante ao cuidado transespecífico” (2023), na parte sobre a contextualização histórica, são resgatados os principais obstáculos de crianças e adolescentes trans no acesso à saúde:

Frequentemente, crianças trans se deparam com obstáculos no acesso à saúde, em razão de inúmeros fatores que se relacionam com 1) a ausência de formação profissional adequada à especificidade da saúde trans; 2) profissionais de saúde que orientam suas práticas por valores morais; 3) pais, responsáveis ou familiares que têm dificuldade de compreender ou buscar informações adequadas sobre questões trans; e 4) protocolos clínicos que fortalecem relações hierárquicas e patologizantes entre profissionais e pacientes na atividade do cuidado (ANTRA, 2023, p. 6)

Sobre esses obstáculos, me recordei do “1º Seminário Identidade - Ambulatório de Transdiversidade: desafios e possibilidades no SUS realizado na UERJ”, realizado no dia 17 de

maio de 2023, pelo Ambulatório Identidade<sup>15</sup>, em comemoração ao primeiro ano de funcionamento do equipamento. Além da sua participação ativa como palestrante e coordenadora de mesas durante o evento, muitas pessoas palestrantes destacaram a importância do seu envolvimento no processo de formação de profissionais do ambulatório. Fiquei atenta a esses comentários, pois também observo e procuro aprender com você maneiras de comunicar e sensibilizar profissionais.

Cabe destacar que no Brasil, apenas cinco ambulatórios oferecem atendimento a crianças e adolescentes trans. Durante o intervalo do evento, você me apresentou ao Daniel Gilban, médico endocrinologista, responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes trans do ambulatório Identidade. A partir desse primeiro contato, agendei uma visita ao ambulatório com ele. Destaco isso, pois mais uma vez você construiu pontes importantes para a minha pesquisa.

O evento e a visita ao ambulatório me levaram a refletir profundamente sobre duas informações que considero essenciais para serem discutidas em minha tese: 1) o fato de, até a data do evento e da visita, o ambulatório havia atendido exclusivamente crianças e adolescentes trans acompanhados de suas famílias; e 2) a escassa ou nula participação de outros serviços de saúde, como a atenção primária, gerida pelo município, no acompanhamento de crianças e adolescentes trans, o que restringe esse cuidado ao ambulatório Identidade, reflexo da falta de formação desses profissionais em relação às questões de gênero.

Em relação ao primeiro ponto, a informação fornecida pelos profissionais do ambulatório chamou minha atenção. Imediatamente, pensei nas crianças e adolescentes trans que estão nos serviços de acolhimento e, portanto, temporariamente afastadas de suas famílias. Isso significa que elas não têm acesso ao Ambulatório Identidade, já que o público atendido até o momento tem sido exclusivamente composto por crianças e adolescentes acompanhados de suas famílias.

O segundo ponto também é preocupante, especialmente quando consideramos o contexto dos serviços de acolhimento. A atenção primária de saúde, representada pelos Centros Municipais de Saúde ou Clínicas da Família nos territórios dos abrigos e das famílias acolhedoras, é responsável por acompanhar crianças e adolescentes acolhidos. Caso esses

---

<sup>15</sup> O Ambulatório Identidade está localizado no Hospital Pedro Ernesto, da UERJ, desde 2022 é regulado pela Secretaria Estadual de Saúde e atende crianças, adolescentes e adultos trans, oferecendo atendimento multidisciplinar.

profissionais tivessem sensibilidade para identificar e articular com o Ambulatório Identidade ou outros serviços, poderiam garantir o acesso a um acompanhamento adequado também para o público trans.

A partir dessas informações, lembrei da situação do James, um adolescente trans, que estava acolhido em um abrigo na Zona Oeste da cidade em 2018. Naquela época, por solicitação de estudo da Promotora de Justiça da região sobre as políticas públicas que deveriam ser acionadas para garantir o acompanhamento adequado de James, entrei em contato com alguns serviços da rede pública para obter informações sobre o fluxo de atendimento para casos de crianças e adolescentes trans. Naquela ocasião, percebi uma lacuna no atendimento e a precariedade dos serviços públicos, como o Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia, que estava retomando os atendimentos após um longo período de paralisação devido à falta de recursos públicos.

Sara, é reconfortante saber que hoje existe o Ambulatório Identidade e que o equipamento está em processo de regulamentação para receber ainda mais pessoas. No entanto, é crucial destacar, como também foi debatido no evento, que devemos aspirar a que este não seja o único local a receber e acolher crianças e adolescentes trans. Precisamos de uma rede pública de saúde, assistência social e educação articuladas para garantir o acesso aos direitos e, quem sabe, buscar práticas sociais diferentes.

Aliás, sobre esse debate, queria dizer que gostei muito da sua indicação durante a qualificação do doutorado para a leitura do livro “Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica” (2022) de Patricia Hill Collins. Esse livro nos ajuda a compreender as razões por trás da ausência de certas políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas ao público trans, como mencionado anteriormente nesta carta. Esse contexto está intimamente relacionado aos projetos eugenistas de longa data, que ainda persistem como uma forma de controle sobre os corpos. Como muito bem descreve Collins (2022) nesse trecho a seguir:

Os projetos eugenistas conceituaram o corpo como lugar de diferenças imutáveis e utilizaram essa premissa básica para explicar os fenômenos sociais. Foi fundamental na argumentação eugenista a classificação dos corpos em categorias de diferenças imutáveis, ou seja, permanentes e não sujeitas a mudanças – em outras palavras, os corpos possuem uma natureza essencial única, sendo ou mulher ou homem, ou negro ou branco, ou heterossexual ou homossexual. A diferença imutável e a diferença oposicional trabalharam juntas. Uma vez categorizados os diferentes corpos, os projetos eugenistas os classificaram e lhes atribuíram um valor social. Aparentemente essa categorização/classificação dos corpos transformou as diferenças imutáveis em condições sociais imunes à mudança (COLLINS, 2022, p. 354).

Isso evidencia como as categorias da interseccionalidade foram consideradas na formulação dessas políticas eugenistas, mesmo que não sejam mencionadas explicitamente e ressalta como muitas políticas públicas se baseiam em um modelo específico de corpo, excluindo muitos outros. Collins (2022) destaca como os discursos eugenistas contaminaram o que entendemos como ciência e Estado, levantando a questão se a interseccionalidade pode ser um instrumento para promover a mudança social. A autora é cuidadosa ao enfatizar que não devemos automaticamente associar a interseccionalidade à justiça social, como evidenciado no caso das políticas eugenistas. É essencial permanecermos vigilantes! No entanto, ela sugere que: “a interseccionalidade deve examinar sua posição ética nas relações interseccionais de poder, abraçando com esperança seu potencial como teoria social crítica” (COLLINS, 2022, p. 388). Destaco a questão colocada pela autora, para pensar contigo, Sara.

Gosto do lembrete que Collins faz no livro para nós, pessoas que desejamos fortemente mudanças:

(...) não podemos nos apegar a roteiros que já foram escritos para nós e simplesmente seguir as regras. Nossas famílias, escolas, instituições religiosas e crenças culturais sinalizam a forte atração da tradição, mas por meio de análises críticas podemos reinterpretar essas tradições e imaginar novas possibilidades para nós e para nossas sociedades. Nossas ideias e ações atuais tornam-se as novas tradições (COLLINS, 2022, p. 389)

Este trecho ilustra como a análise interseccional pode nos orientar na desconstrução desses roteiros, na desobediência, entre eles, os padrões preestabelecidos pela cisnormatividade branca e adultocêntrica. Ao considerarmos crianças e adolescentes em dissidências de gênero que residem ou passam pelos serviços de acolhimento, é crucial identificar o racismo e a transfobia que permeiam as estruturas institucionais. Para romper com esse Sistema excludente, inspirada na ideia de Collins (2022), recordo-me da proposta de Debora Diniz e Ivone Gebara (2020) (mencionada na primeira carta da tese) de buscar novas formas de obediência. Será que podemos contribuir para o estabelecimento dessas novas formas de obediência? Menos rigidez na concepção de adultez e mais liberdade para infâncias e adolescências?

Você é uma parceira essencial para essas reflexões, Sara.

Obrigada por tantas trocas e seguimos para as próximas!

Com carinho, Júlia

## 5 CARTAS PARA ROMPER COM A P(CIS)COLOGIA\*

\*Termo utilizado por Angie Barbosa no evento "Do direito de estar, ao direito de permanecer: visibilidade e representatividade, resistência e insurgência LGBT+", em 2022.

“Uma clínica transfóbica já existe. Poderíamos criar uma clínica transfeminista?” (FAVERO, 2022, p. 161)

## 5.1 Carta para o adolescente James

Olá, James, como vai?

Você provavelmente não vai me reconhecer. Sou Júlia, psicóloga, atuei no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e, durante muitos anos, acompanhei por intermédio das técnicas do abrigo e das informações da ficha do Módulo Criança Adolescente (MCA), o seu processo de acolhimento. Embora tenha conhecido um pouco de você por meio das narrativas de outras pessoas, sempre me perguntei o que você teria a dizer em primeira pessoa. Escrevo esta carta para compartilhar algumas reflexões que tive durante esse período.

Em 2018, a Promotora de Justiça (PJ) responsável por fiscalizar e acompanhar o abrigo onde você residia, na Zona Oeste da cidade, recebeu sua solicitação, feita aos 16 anos, para dar início ao processo de redesignação de gênero, através de acompanhamento psicoterapêutico, consultas com endocrinologista e mudança de nome no registro civil. Contudo, acompanhada dessa sua demanda, a PJ se deparou com o relatório da psicóloga do Tribunal de Justiça, que se opunha ao seu processo de redesignação de gênero, argumentando que, devido a um quadro de depressão que você teve, poderia se arrepender do processo. Este relatório mencionava que a profissional havia feito apenas uma entrevista com você. Fiquei pensando sobre a abordagem adotada e as perguntas feitas durante essa entrevista. Tenho receio de que tenha sido um processo bastante desafiador para você.

Infelizmente, James, a psicologia ainda precisa avançar muito para caminhar no sentido da despatologização das experiências trans. O fato de a psicóloga ter alegado que a depressão vivida por você poderia impossibilitar de passar pelo processo de retificação de gênero, demonstra o distanciamento da Psicologia em relação às discussões sobre os impactos da cisgeneridade na formação da subjetividade. Além disso, essa associação da transgeneridade a uma psicopatologia ligada ao sofrimento psíquico revela uma visão ultrapassada, preconceituosa e prejudicial. Sobre essa perspectiva ainda muito adotada na sociedade e afirmada por algumas psicologias, a teórica Beatriz Bagagli é certa na crítica:

Perspectivas patologizantes podem sustentar uma crença não comprovada e sem evidência de que seja possível dissuadir as demandas por reconhecimento de uma identidade trans por meio do tratamento de sintomas de sofrimento psíquico como depressão e ansiedade. A hipótese subjacente a essa ideia é a identificação transgênera decorrer de algum transtorno mental, de forma com que se possa “curar” ou “tratar”(…) É muito mais provável, ao contrário, que uma pessoa trans com acesso a bons cuidados de saúde mental tenha, de fato, maiores recursos para reivindicar a sua própria identidade de gênero e transicionar do que aquelas pessoas trans desassistidas e em vulnerabilidade social. (BAGAGLI, 2021b, s.p)

Ou seja, observamos a leitura inadequada que pode ser feita da situação de sofrimento psíquico quando vivenciado por pessoas trans, pois comumente é relacionada a concepções patologizantes. Aliada à discussão de Bagagli (2021b), proponho pensar de outro modo: e o sofrimento psíquico gerado quando uma criança ou adolescente é obrigada/e/o a performar uma identidade de gênero com a qual não se identifica? E o sofrimento psíquico gerado pelas inúmeras violências institucionais a que são submetidas as pessoas trans? E o sofrimento psíquico decorrente da dificuldade ou impossibilidade de acesso às políticas públicas?

Refletindo sobre o papel da psicologia na promoção do bem-estar das pessoas trans, recorro a uma obra que aborda o sofrimento psíquico resultante da falta de respeito à identidade de gênero. O material produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) intitulado "Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs", baseado em entrevistas com esse variado grupo, expõe as violências sociais e cotidianas enfrentadas por pessoas trans e travestis. O objetivo do material é sensibilizar profissionais da psicologia para a importância de compreender como essas violências, refletidas nos discursos e práticas profissionais, impactam as subjetividades das pessoas LGBTI+ e suas relações sociais.

Apesar dos esforços do CFP, é crucial mencionar as batalhas políticas e o caminho árduo para avançar nas normativas técnicas relacionadas ao respeito à diversidade de gênero e sexualidade. A Resolução 01/99 do CFP, aprovada em 1999, reitera que os profissionais de psicologia não devem oferecer terapias de reversão sexual, conhecidas como "cura gay", em conformidade com a posição da Organização Mundial de Saúde (OMS), que passou a não considerar a homossexualidade uma patologia. Somente em 2018, após muitos anos, o CFP publicou a Resolução 01/2018, orientando os profissionais de psicologia a não patologizarem as travestilidades e transexualidades. Essas resoluções enfrentam frequentes ataques de conservadores, instituições religiosas fundamentalistas e partidos políticos de direita e extrema direita.

Mas, James, junto com isso tudo, também coexistem outras psicologias que fazem movimentos no caminho que Bagagli (2021b) menciona:

As intervenções psicológicas baseadas em evidências que realmente contribuem para a saúde dos jovens trans incluem: terapias cujas estratégias visam reduzir o impacto dos estressores psicossociais que o adolescente ou criança enfrenta; ampliação do apoio social por meio do envolvimento ambiental (família, escola, etc.) visando o combate à discriminação e assédio, encaminhamento a profissionais de saúde competentes, se indicado, e o fortalecimento da resiliência dos jovens (BAGAGLI, 2021b, s.p)

É possível conceber e implementar intervenções psicológicas mais eficazes para pessoas trans, com a participação ativa delas. Sinto sinceramente que esse panorama está se transformando, James. Talvez você não saiba, mas o homem trans pioneiro no Brasil a passar pela cirurgia de redesignação de gênero foi o psicólogo João Nery. Ele abriu caminhos para uma discussão crucial na psicologia, e outras psicólogas trans têm seguido seu exemplo, desafiando as concepções predominantes e ainda muito centradas na cisgeneridade. Em 2022, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) elegeu a primeira presidenta travesti de Conselhos de Psicologia do Brasil, Céu Cavalcanti. Além disso, temos figuras como Jaqueline Gomes de Jesus na Psicologia, uma das pioneiras nas discussões sobre transfeminismo no país e reconhecida no exterior. Essas são lutas que estão ganhando cada vez mais impulso, e espero que continuem a progredir para promover mudanças significativas na Psicologia.

No que diz respeito à solicitação de estudo feita pela PJ para mim, o objetivo era compreender quais políticas públicas deveriam ser implementadas para garantir um atendimento adequado para você. Fiquei positivamente impressionada ao perceber que a PJ compreendia que não cabia a ela decidir se você poderia ou não receber determinado tratamento, mas sim fiscalizar se seus direitos estavam sendo respeitados. Afinal, essa é a função do MP.

Em 2018, ainda não existia o Ambulatório Identidade no Hospital Pedro Ernesto, da UERJ, que oferece atendimento a crianças e adolescentes trans. Naquela época, fiz tentativas de contato com órgãos públicos para compreender o fluxo de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e constatei uma lacuna significativa nesse processo, James. Diante dessa falta de recursos na rede pública, você e a equipe do abrigo recorreram a consultas com profissional de psicologia e endocrinologista em seus consultórios privados. Atualmente, está em processo de revisão a portaria do Ministério da Saúde que trata do Processo Transexualizador no SUS, contando com contribuições de importantes referências trans. Isso me deixa esperançosa de que essa reforma possa contribuir para ampliar o acesso à saúde para mais pessoas trans, com as vozes e o protagonismo trans.

Nas visitas ao abrigo, foi possível observar suas mudanças graduais do cabelo, modo de se vestir e mudança da voz. Processo que foi acolhido por profissionais e pelas outras adolescentes, segundo a informação dada pela equipe técnica do abrigo. Por isso, estranhei quando foi cogitada a transferência sua para um abrigo de adolescentes meninos. A justificativa para cogitar a possibilidade de transferência se relacionava também com um dos principais

argumentos para a existência dos abrigos só para meninas e os abrigos só para meninos, em função das possíveis relações afetivas e sexuais entre adolescentes, o que, segundo muitas(os) profissionais, dificultaria o trabalho.

Na discussão sobre a possibilidade de transferência, sugeriram questões importantes para analisar e responder: a transferência seria um modo de assegurar o direito à livre identificação de gênero do adolescente? Ficar no abrigo inicial não traria constrangimentos para você?

James, o seu processo de acolhimento foi um importante analisador<sup>16</sup> para questionar essa divisão binária dos serviços de acolhimento por gênero. Você tinha aproximadamente quatro anos de vínculo com aquele serviço, não apenas com as trabalhadoras, mas também com as outras adolescentes acolhidas, além das relações comunitárias estabelecidas na escola próxima ao abrigo, com amigos do bairro e colegas do curso profissionalizante que frequentava. De acordo com a coordenadora do abrigo, você expressava se sentir acolhido naquele ambiente. Por que, então, seria necessário mudar para um serviço de acolhimento diferente só porque se identificava como homem? Se não houvesse restrições no atendimento, essa mudança sequer seria uma necessidade.

Gostaria de compartilhar um último pensamento com você, James, sobre uma notícia que surgiu em uma reunião em 2019, quando a PJ e a equipe técnica do abrigo informaram que você havia solicitado o processo de emancipação civil. Achei isso interessante, algo incomum entre adolescentes em situação de acolhimento. Seria uma tentativa de buscar liberdade para a autodeterminação de gênero?

Nos anos que se seguiram, recebi notícias de uma psicóloga do serviço de acolhimento, que você estava feliz com a emancipação, morando sozinho, trabalhando com arte e visitando o abrigo com certa frequência para manter os vínculos criados ali. Isso é maravilhoso, James, e apesar dos obstáculos, que imagino que não foram poucos, desejo sua solicitação tenha sido atendida. Sua jornada no acolhimento proporcionou a mim uma profunda reflexão como profissional e pesquisadora. Meu objetivo é que crianças e adolescentes em situação de acolhimento sejam respeitadas em suas diversas formas de existir no mundo e que não sejam submetidos a violências institucionais, como as que você passou.

Abraços, Júlia

---

<sup>16</sup> Referência da Análise Institucional (AI), do René Lourau (1993).

## 5.2- Carta para Luciana Pantuffi

Prezada Luciana,

Espero que esta mensagem lhe encontre bem. Gostaria de iniciar essa carta expressando como gostei de conhecer seu trabalho no capítulo “De Carlos a Meyre: reflexões a partir da história de uma criança transgênera e suas relações com o sistema de garantia de direitos” (2022) do livro “Serviço social e psicologia no judiciário: perspectiva interdisciplinar”, escrito em colaboração com Thais Berberian, sua colega assistente social do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ao ler sobre a experiência de acompanhar o acolhimento de uma menina trans negra, ficticiamente chamada de Meyre, entre os 5 e 7 anos de idade, fiquei intrigada com as reflexões apresentadas.

Luciana, também sou psicóloga, e como você, atuei durante muitos anos no Sistema de Justiça. Minha tese de doutorado visa estabelecer um diálogo com profissionais da rede de proteção de crianças e adolescentes, especialmente aquelas(es) que atuam no Sistema de Justiça e nos serviços de acolhimento. Meu objetivo é propor novas perspectivas e sensibilidades em relação às questões de gênero que afetam crianças e adolescentes. Por isso, estou interessada em conversar com você sobre alguns pontos específicos discutidos no artigo de sua coautoria que li.

Conforme destacado por vocês autoras, a história de Meyre pode refletir a realidade de muitas outras crianças e adolescentes que passam pelos serviços de acolhimento. Admiro a sinceridade de vocês ao compartilharem como foi desafiador lidar inicialmente com a ideia de Meyre ser uma criança trans, e como vocês buscaram ativamente informações e capacitações para aprimorar o atendimento oferecido, tal como narraram nesse trecho:

Enquanto equipe técnica do Judiciário, sempre nos posicionamos no sentido de respeitar o modo de ser e agir da criança, mas admitimos que levou bastante tempo para compreendermos o que realmente se passava com ela, ou seja, sua condição transgênera. Tínhamos dúvidas em função de sua pouca idade; remetíamos-nos àquilo que até então sabíamos acerca do desenvolvimento psicosssexual infantil; temíamos enquadrar e rotular a criança etc.

Um melhor entendimento foi propiciado por nossa participação no V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, realizado em São Paulo - SP entre os dias 14 e 18 de novembro de 2018. No referido evento, tivemos a oportunidade de ampliar nossos conhecimentos sobre questões de gênero, a partir de uma mesa-redonda e uma conferência a cargo do AMTIGOS — Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, ligado ao Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Foi após ouvirmos alguns relatos de casos que nos demos conta mais claramente de que era aquilo que vivia Carlos. Pudemos desconstruir algumas concepções acerca do desenvolvimento da identidade de gênero e apurar nosso olhar e nossa escuta. Sim,

tratava-se de uma criança trans. E essa nova compreensão nos ajudou a tomar novas atitudes (PANTUFFI e BERBERIAN, 2022, p. 27)

Compartilho da mesma perspectiva de vocês, especialmente quando se trata da importância de revelar o processo de construção do pensamento por meio da escrita. Justamente por entender que o modo como fazemos escolhas na escrita produz efeitos, fiquei tentando compreender o motivo da opção de vocês, em alguns momentos do capítulo, por se referir a Meyre com o nome de antigo, também fictício, mas no masculino. Digo isso, pois, no artigo, vocês mencionaram preocupação com violências institucionais transfóbicas que Meyre estava vivendo no abrigo, entre elas, o desrespeito ao uso do nome social pela dirigente da instituição no momento do contato com vocês: “curiosamente, a dirigente referia-se à criança ora como Carlos, ora como Meyre” (PANTUFFI e BERBERIAN, 2022, p. 30).

Ressalto isso, pois ainda trazer o nome morto é uma confusão comum provocada pela cisgeneridade que tenta controlar e definir caminhos também para experiência trans, com a lógica binária: a pessoa era isso e se tornou aquilo. A partir do momento que Meyre se entende como Meyre, não é necessário se referir a ela com o nome anterior, mesmo que sejam narrados episódios do passado. Ela é Meyre, é suficiente.

Como profissionais, muitas vezes nos encontramos diante de situações desconhecidas e está tudo bem admitir que não sabemos algo. O ponto crucial, e que considero fundamental para a ética de nosso trabalho, reside em como reagimos diante da falta de familiaridade com alguns assuntos, especialmente quando lidamos com temas sociais considerados polêmicos e que podem gerar pânico moral, como é o caso das questões relacionadas a crianças e adolescentes trans.

Assim como você, eu também me vi confrontada com o desconhecido, e somente através desse reconhecimento pude abrir espaço para conhecer outras referências e ampliar minhas possibilidades de compreensão.

Quando você e Thais (2022) mencionaram que, inicialmente, recorreram ao que sabiam sobre "desenvolvimento psicosssexual infantil", isso me fez refletir sobre como muitas abordagens dentro da Psicologia ainda se baseiam em teorias que perpetuam e reforçam a norma cisheterossexual branca. Estas abordagens procuram estabelecer roteiros fixos para o que é considerado um desenvolvimento saudável. Além disso, algumas orientações religiosas também reforçam a ideia de uma suposta natureza binária dos "sexos biológicos", estigmatizando o que

foge dessa norma como uma condição patológica. Como reflexo, ocorrem violências como as que você e Thais descreveram no capítulo do livro, sobre os impactos emocionais em Meyre com a dinâmica que ela viveu no serviço de acolhimento:

A assistente social do acolhimento informou-nos por telefone que, após um feriado em que a equipe técnica não estava na instituição, a criança voltara a se vestir de menino, e dissera ter feito uma promessa para ser Carlos novamente. Além disso, estava triste, amuada. Agendamos um atendimento na Seção Técnica do fórum no dia seguinte para tentar entender melhor a situação e convidamos a psicóloga do CAPS.

Na data em questão, o psicólogo do abrigo compareceu com a criança. Conversamos brevemente, e o colega fez um relato semelhante ao da assistente social. Comentou que alguns funcionários da instituição não compreendiam nem aceitavam a condição de transgeneridade da criança, tendo em vista sobretudo seus valores morais e religiosos. Assim, apresentavam resistência a tratá-la pelo nome escolhido (insistindo no nome masculino), recusavam-se a entregar-lhe roupas femininas, e até faziam comentários do tipo: “Você me deixa triste vestido assim” (sic).

Segundo o psicólogo, ele e a colega assistente social estavam com dificuldades para manejar a situação. O profissional deixou claro que os dois não compactuavam com o que estava acontecendo, e buscavam providências para impedir atitudes discriminatórias no serviço de acolhimento.

Após essa conversa com o técnico, atendemos Meyre em conjunto com a psicóloga do CAPS. Diferentemente de nosso último contato com a criança, ela estava cabisbaixa, não fazia contato visual, não nos beijou ou abraçou como de costume. Observamos também que estava com roupas masculinas. Na sala, nos deparamos com essa mudança. Com muita dificuldade, Meyre acabou falando que havia feito uma promessa para Jesus para voltar a ser menino, e que queria ser tratada como Carlos novamente. Procuramos levantar as origens dessa mudança, mas não conseguimos identificá-las. Ficamos com a impressão de que alguém lhe dissera algo, assustando-a, pressionando-a ou ameaçando-a. (PANTUFFI e BERBERIAN, 2022, p. 28 e 29)

Infelizmente Luciana, são tantas violações de direitos a que crianças e adolescentes em dissidências de gênero são submetidas e justamente em espaços que deveriam salvaguardar seus direitos. O episódio que vocês narram, é muito semelhante a alguns que encontrei quando visitava os serviços de acolhimento pelo MPRJ. Afinal, e o caráter protetivo da medida de acolhimento? Protege também crianças e adolescentes trans?

É por essas e outras razões que considero essencial promover um debate interseccional para examinar essas instituições. Meyre, como vocês mencionam, é uma menina trans negra. É imperativo que consideremos também os marcadores racial e etário ao analisar sua situação. A história dela e de sua família é marcada pela institucionalização, um reflexo do racismo estrutural que permeia nossa sociedade. Portanto, para uma análise crítica dessas dinâmicas institucionais, devemos aprofundar o debate e considerar como é para crianças e adolescentes como Meyre viver em instituições de acolhimento, que historicamente atendem

predominantemente o público negro, enquanto têm pouco protagonismo por serem jovens e ainda são vítimas de situações de transfobia dentro desses espaços.

Considero importante a informação que vocês deram de que comunicaram ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) as violências vividas por Meyre no abrigo e que o órgão solicitou o afastamento das funcionárias que supostamente praticaram esses atos discriminatórios e que o Juiz concordou com o pedido do MPSP. O Juiz determinou o afastamento das profissionais e o encaminhamento delas para outras unidades, o que vocês relatam que não chegou a acontecer. Embora seja significativo que os(as) operadores do direito reconheçam esses episódios de transfobia como violências, acredito que é crucial desenvolvermos ações não apenas pontuais, mas também uma abordagem que repense a política de acolhimento como um todo.

Cabe ressaltar que assim como não estamos falando somente de Meyre, mas de muitas outras crianças e adolescentes em dissidência de gênero e que habitam os serviços de acolhimento, também não estamos focalizando exclusivamente nas educadoras do abrigo de Meyre. É essencial contextualizar que, em abrigos por todo o Brasil, a maioria das trabalhadoras são mulheres, e quando se trata das funções de educadoras e profissionais de serviços gerais, é ainda mais evidente a presença de mulheres negras. Portanto, é necessário incluir nas análises interseccionais as condições de trabalho dessas profissionais e como muitas vezes são subestimadas e desvalorizadas nesses ambientes, sem terem recebido formação para tal.

Acredito que, assim como você e eu, Luciana, todas as pessoas envolvidas nos serviços de acolhimento e no Sistema de Justiça devem ter acesso a espaços de formação continuada. Como colega de profissão, fico interessada em explorar junto contigo como a Psicologia poderia contribuir para essas reflexões e para promover uma abordagem mais inclusiva e sensível nos serviços de acolhimento.

Luciana, não sei se você compartilha da mesma inquietação que eu, mas é preocupante como os pressupostos estabelecidos por vertentes da Psicologia de origem colonial e predominantemente branca ainda são tratados como teorias inquestionáveis. O que é ainda mais alarmante é que esses pressupostos têm alimentado interpretações e práticas psicológicas que perpetuam e até mesmo reforçam discriminações relacionadas a raça, gênero, sexualidade, geração, e produzem outras formas de marginalização. Não estou sugerindo que devemos simplesmente descartar todas as referências existentes, mas é imprescindível que analisemos

criticamente a história desses pensamentos e que estejamos abertas a propor releituras ou até mesmo novas interpretações.

Felizmente, dentro do campo da Psicologia, existem resistências significativas. Você já ouviu falar de Sofia Favero? Ela é uma psicóloga que, além de ter escrito o livro "Criança trans" (2020), que eu acredito que você apreciaria muito se ainda não conhece, também lançou recentemente o livro "Psicologia Suja" (2022). É uma leitura bastante estimulante.

Acho que a discussão da autora contribuiu bastante para analisar nossas experiências como psis no Sistema de Justiça. Isso é especialmente relevante na área da infância e juventude, onde é frequente a utilização de discursos psicológicos como base para decisões em casos jurídicos. Quando o assunto é gênero, ainda é comum encontrar argumentos, como o que Sofia (2022) pontua de “psicanálises que vão colocar a transexualidade dentro de estruturas perversas ou psicóticas, e psicologias que vão inserir a transexualidade na linguagem do abuso infantil, do desajuste familiar, do desamparo” (p. 60). Ou como também Preciado (2022) critica, no livro “Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas”:

Como a psicanálise e a psicologia normativas dão sentido ao processo de subjetivação de acordo com o regime da diferença sexual, do gênero binário e heterossexual, toda sexualidade não heterossexual, todo processo de transição de gênero ou toda identificação de gênero não binária dispara uma proliferação de diagnósticos. Uma das estratégias fundamentais desse discurso psicanalítico é detectar no desenvolvimento pré-natal ou infantil do homossexual, ou do “transexual”, ou da pessoa de sexo não binário, os signos da doença, investigar o traumatismo que desencadeou a inversão (PRECIADO, 2022, p. 32)

Dentro dessas perspectivas da psicanálise e da psicologia, a transexualidade é frequentemente retratada ou como uma condição patológica relacionada às estruturas psíquicas ou como uma condição decorrente de supostas falhas ou violações das famílias, sempre com um olhar negativo. Como destacado por Paul Preciado (2022) e Sofia Favero (2022), há uma tendência na psicologia de focalizar nas fases da infância e adolescência, visando identificar e tratar precocemente quaisquer sinais de desvio em relação à norma estabelecida. Infelizmente, essas abordagens têm encontrado espaço no Sistema de Justiça, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes trans. É fundamental que busquemos outras referências e perspectivas para enriquecer este campo, Luciana.

Sofia Favero (2022) destaca uma interpretação do título do livro "Psicologia Suja", relacionando-o à discussão sobre os corpos percebidos como sujos e, portanto, como objetos - “os ‘corpos cujas vidas não são consideradas vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não

importante” (p. 85). Essa abjeção torna-se ainda mais evidente quando consideramos a intersecção com marcadores raciais. Os corpos de crianças e adolescentes negros são alvos de inúmeras formas de violência, tanto antes quanto durante o processo de acolhimento, conforme observado por Márcia Eurico (2019). Como é ser uma criança e adolescente negro(a) trans nos serviços de acolhimento?

Diante dos impactos dessas opressões, o que nós, profissionais da psicologia, poderíamos fazer? Sobre isso, Favero (2022) sugere uma “disputa do processo de subjetivação (...) propor uma atuação política, crítica das relações de poder e orientada ao deslocamento de determinados enunciados” (p. 109).

Ao reconhecer que a Psicologia, como conhecimento e prática, não apenas interpreta o mundo e as relações humanas, mas também influencia os modos de existência, é importante submetê-la a uma análise crítica. Nesse sentido, considero a discussão da “Psicologia Suja”, importante aliada nesse processo, pois como descreve Sofia:

A psicologia suja não é uma alternativa. Não é uma clínica diferente. Ela é uma arte da guerra. Geopolítica aplicada. É uma forma de reescrever as leis do poder e por isso mesmo não se trata de uma alternativa, mas de uma bagunça. Ela ensina estratégias de saqueamento e sobrevivência, questiona as “causas nobres” da norma e faz com que fiquemos mais em paz com as nossas sujeiras. A psicologia suja é uma estratégia de difamação global. Militarizar as palavras. Naufragar as violações. Bombardear as neutralidades. (FAVERO, 2022, p. 19)

É preciso bagunçar a Psicologia, Luciana. E acho preciosas as dicas da Psicologia Suja para “fraturar os caminhos clássicos de subjetivação” (FAVERO, 2022, p. 29). Para alcançar esse objetivo, é essencial reconhecer que a história da Psicologia foi moldada pela criação de normas psicológicas que serviram aos interesses dos sistemas econômicos de cada época e foi dominada por pessoas autoras brancas e cisgêneras. Devemos rejeitar a ilusão de neutralidade da Psicologia e desafiá-la. Para isso, considero relevante a provocação de Sofia de que nós, enquanto pessoas cisgêneras, “só atualmente têm se percebido como parte de um grupo político, marcado e singular” (p. 45). Portanto, convido você e outras profissionais a se juntarem ao movimento de questionamento da cisgeneridade e como ela influencia a Psicologia.

Por último, mas não menos importante, fiquei extremamente feliz ao saber da adoção de Meyre por um casal formado com a presença de uma mulher trans. Essa notícia é um marco significativo e inspirador. Vou escrever uma carta para Meyre também.

Abraços da colega psicóloga, Júlia.

### 5.3- Carta para a criança Meyre

Olá, Meyre, tudo bom?

Quero te contar que tive o prazer de conhecer um pouco da sua história através da psicóloga Luciana Pantuffi e da assistente social Thais Berberian, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Elas escreveram com muito carinho sobre como foi acompanhar você durante o processo de acolhimento e depois na adoção, e como isso trouxe muitas aprendizagens para elas. Sabe, Meyre, você e outras crianças têm tanto a nos ensinar! Fico feliz de saber que essas profissionais tiveram sensibilidade para ouvir suas necessidades e seus desejos.

Apesar dos desafios que você viveu no serviço de acolhimento, quando as técnicas do TJSP entenderam que você se identificava como uma menina, junto com a equipe do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) buscaram dialogar com as profissionais do abrigo, sobre modos de garantir que você pudesse se manifestar livremente. Elas compartilharam como você ficou radiante ao poder escolher roupas e acessórios femininos e, especialmente, ao ter a oportunidade de escolher o nome pelo qual gostaria de ser chamada.

Fiquei pensando como foi para você essa experiência de ser tratada como uma menina? Sabia que existem mais crianças mundo afora que não se identificam com o que foi dito para elas serem? Tem meninas, meninos, menines. Tem uma criança chamada Lucas, um menino trans de 11 anos, ele deu uma entrevista para a Revista Cult, em 2023, e mencionou como percebeu muitas diferenças no tratamento quando as pessoas entenderam que ele era um menino. Também refleti: Como terá sido para Meyre quando as pessoas entenderam que ela era uma menina?

Além disso, me veio à mente como foi sua experiência no acolhimento, tanto com as outras crianças quanto com os profissionais que cuidavam de você. Como alguém que passou por um serviço de acolhimento, o que você diria para profissionais que trabalham nos abrigos de crianças e adolescentes? Essas são perguntas que considero pertinentes e que podem gerar reflexões importantes para todos as pessoas envolvidas na rede de proteção de crianças e adolescentes. Acredito que é essencial ouvir crianças e adolescentes para compreender melhor suas necessidades e experiências.

Uma outra notícia compartilhada pela Luciana e pela Thais (2022) foi que você foi adotada por um casal, e que sua mãe é uma mulher trans. Fiquei emocionado ao saber como

você ficou feliz ao conhecer seus pais adotivos, Mayara e Cláudio. Além disso, descobri que Mayara e Cláudio já tinham três filhos, o que significa que você também ganhou três irmãos!

Por outro lado, sinto tristeza ao perceber que ainda são incomuns situações como a sua, de adoção por pessoas ou casais LGBTI+. Muitos movimentos conservadores tentam impedir esse tipo de adoção, o que é realmente lamentável. O seu processo de adoção ilustra como a rejeição contra o público LGBTI+ na adoção não tem embasamento e é apenas mais uma forma de discriminação. Segundo as técnicas do TJSP, Mayara e Claudio demonstraram sensibilidade ao acolher você e suas singularidades. Essa é uma atitude que todas as pessoas em processo de adoção deveriam adotar, concorda, Meyre?

Gostei de conhecer um pouco sobre você, Meyre. Fiquei imaginando você e o que talvez você contaria da sua história.

Beijos para você, para seus pais e seus irmãos.

#### **5.4 – Carta para Céu Cavalcanti**

Oi, Céu, como vai?

Primeiro gostaria de te parabenizar pela defesa do doutorado. Foi uma honra presenciar esse evento marcante no auditório repleto de pessoas no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 25 de março de 2024<sup>17</sup>. A cena da professora Jaqueline Gomes de Jesus, uma figura de destaque na psicologia e a primeira mulher trans a conquistar o título de doutora em Psicologia no país, segurando sua mão durante esse ritual de passagem, foi profundamente emocionante. E ainda assistindo a defesa estava a segunda psicóloga trans doutora em Psicologia, Brune Coelho. Percebi que esse momento ultrapassou os limites acadêmicos, representando uma TRANSMissão TRANSGeracional de uma história de resistência. Permitam-me compartilhar aqui o registro que tive a oportunidade de fazer desse momento especial:

---

<sup>17</sup> A banca examinadora da defesa da tese de doutorado “O Azuelo, a Colocação e a Tranca: Ejó de Polícias e Relações Complexas nas Noites da Pista” de Céu Cavalcanti, foi composta por: Pedro Paulo Bicalho (orientador), Jaqueline Gomes de Jesus, Luciana Boiteux, Roberta Barbosa e Rosa Maria Pedro.

Figura 9- Defesa da tese de doutorado “O Azuelo, a Colocação e a Tranca: Ejó de Polícias e Relações Complexas nas Noites da Pista” de Céu Cavalcanti, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



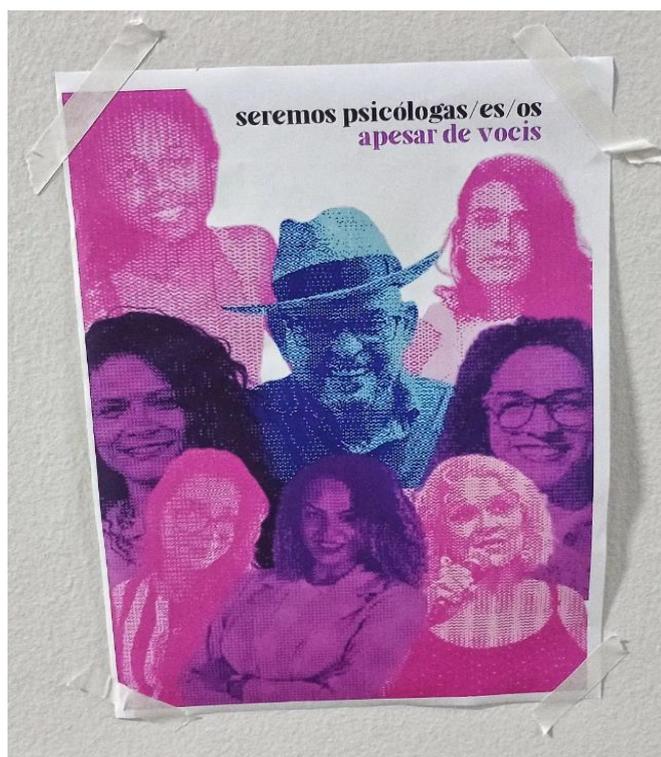
Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Outra alegria para nós, que queremos uma Psicologia diferente, foi a sua eleição como presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), sendo a primeira pessoa trans a ocupar esse lugar nos Conselhos de Psicologia do Brasil. Sei que ainda precisamos ampliar muito isso, para que não sejam poucas representantes nesses espaços. Mas vejo você, Jaqueline, Brune, Sofia abrindo muitos caminhos e impulsionando outras/es/os. Também observo Angie Barbosa também já fazendo parte disso, inclusive, recentemente li a “Carta para um psicólogo impossível”, datada em 27 de março de 2024, que ela escreveu na Plataforma Medium para João Nery. É muito emocionante, vou te mostrar um trecho:

(...) eu sou uma jovem travesti estudante de Psicologia que escreve para você desde um cenário no qual as coisas parecem um tanto menos impossíveis (você se surpreenderia, já somos uma pequena multidão nas ciências psi). E ainda parece que nossas lutas nunca perderam a intensidade. Estamos num cenário no qual nosso trabalho de nos tornar psicólogos é também um trabalho de destruir a Psicologia (BARBOSA, 2024, s.p).

Inclusive a carta vem acompanhada de uma foto do cartaz escrito “seremos psicólogas/es/ os apesar de vocis”, com várias figuras trans importantes para a psicologia, entre elas: João W. Nery, Ariane Senna, Jaqueline Gomes de Jesus, Brune Coelho, Beth Fernandes e Sofia Favero.

Figura 10- Cartaz “seremos psicólogas/ es/ os apesar de vocis”



Fonte: Blog de Angie Barbosa, 2024.

Além da sua presença no registro do cartaz, no texto, Angie cita você como uma de suas grandes inspirações. Isso é muito bonito.

Escrevo essa carta também por outros dois motivos: uma porque li a carta que escreveu para sua afilhada Teresa e que está disponível no Dossiê da Antra (2022a) e me tocou profundamente e outra porque gostei muito do curso “Clínicas Esquizoanalíticas: interseções e experimentorções”, com aulas suas e do Deivison Miranda, entre os meses de junho e agosto de 2023, e percebi que temos muitos interesses e discussões em comum. Queria conversar contigo sobre esses dois pontos, pode ser?

No capítulo “Juventudes trans na encruzilhada do presente” (2022a), em que você escreve a carta para Teresa, na época ainda em formação gestacional, tem como objetivo, ao imaginá-la, direcionar suas palavras para as juventudes. Foi uma grata surpresa encontrar essa sua carta, Céu. Minha tese é inteiramente composta por cartas e, como também foi o caso para você, ter em mente as pessoas ou instituições destinatárias me ajudou a orientar minhas ideias e refletir sobre quem protege crianças e adolescentes trans nos serviços de acolhimento.

Segundo seus relatos na carta (2022a), Teresa é fruto de um casal transcetrado, com seu pai, um homem trans, e a mãe é sua irmã travesti. Mas não só isso, no modo como você descreve, ela será acolhida por sua comunidade trans. Isso me fez lembrar do importante ativista das transmasculinidades, Leonardo Tenório, que gestou também e descreveu esse processo em sua página pessoal do Instagram. Essas novas composições de relações, fora do eixo cisheterocentrado e não resumido a casais cisheterossexuais, acredito que vão trazer grandes mudanças para as próximas gerações e isso é ótimo.

Você relata para Teresa, a quem você já chamava carinhosamente de “Tetê”, que na chegada dela ao mundo em 2022, ainda estaríamos nos recuperando da pandemia de COVID-19 e dos tumultos políticos desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, passando pelo governo de Michel Temer até a chegada de Jair Bolsonaro, um período marcado por políticas de ódio e inúmeros retrocessos e ataques à comunidade LGBTI+. No entanto, você também desejava transmitir esperança à criança, dizendo: “O presente é sempre composto por muitas linhas, Tetê” (CAVALCANTI, 2022a, p. 124). Junto com todos os retrocessos, coexistem e resistem muitas lutas sociais, muitas pessoas trans ocupando cada vez mais espaços.

Assim como mencionei para Sara York, percebo em você um afeto genuíno por essa nova geração que está aqui e pela que está por vir. Na carta de 2022, você se autodenominou “tia de toda jovem pessoa trans que conheço” (p. 127). No texto também é resgatado o que Paul Preciado (2020) escreve para as “crianças da bala”, crianças que convivem com a transexualidade que é vista como um “franco atirador silencioso” e fala de como foi ter sido e como é ser uma criança que cresce com essa bala no peito, como Paul pontua no trecho a seguir:

(...) essas crianças sabem que carregam a bala dentro de si. À noite, como acontecia quando eu era criança, vão para a cama com a vergonha de decepcionar os pais, talvez com medo de que eles as abandonem ou desejem sua morte. E sonham, como quando eu era criança, que fogem para um lugar no estrangeiro ou para um planeta distante, onde as crianças balas podem viver. Agora falo para vocês, crianças da bala, e digo: a vida é maravilhosa, estamos esperando vocês, nós, os caídos, os amantes do peito perfurado. Vocês não estão sós (PRECIADO, 2020, p. 108)

Quando você menciona as "crianças da bala", você retoma a morte de Keron Ravach, uma jovem de 13 anos vítima de um crime de ódio direcionado a pessoas trans. Sinto-me profundamente conectada à sua indignação diante do fato de que o discurso conservador muitas vezes se utiliza do argumento de "defesa das infâncias" para respaldar políticas anti-trans. Mas, se verdadeiramente se trata de proteger crianças e adolescentes, por que não houve uma defesa efetiva para Keron? Em uma carta que escrevi para o Sistema de Justiça, onde trabalhei por

muitos anos como psicóloga na área da infância e juventude, mencionei o caso de Keron e descrevi a bela imagem dela segurando uma flor de hibisco, questionando quem a protege. De forma mais específica, em minha tese, pergunto quem está protegendo crianças e adolescentes trans nos serviços de acolhimento.

Mas você não deixa de almejar e lutar por dias melhores para sua afilhada Tetê e para todas as outras crianças e adolescentes. Eu também, Céu. Por isso quero aproveitar e pensar com você, dentro das Psicologias, pois são múltiplas, como podemos driblar esse Sistema branco colonizador e pensar outras possibilidades de cuidado às infâncias e adolescências?

Gosto da leitura de Suely Rolnik (2018), teórica que trabalhamos bastante no curso “Clínicas Esquizoanalíticas”, que precisamos romper com o “inconsciente colonial capitalístico”, considerando que o sistema colonial capitalístico produz subjetividades e produz desejos. Para esse rompimento, considero grandes aliadas/es/os, tanto Grada Kilomba (2019) contribui ao pensar como o modelo colonial de “outridade”, estabelece o padrão racial branco e o que escapa, é o “outro”, como Viviane Vergueiro (2016) ao citar a “ciscolonialidade” ou o que Cello e Bruno Pfeil (2021) também debatem sobre a noção de “colonialidade cisgênera”. Está tudo interligado e imbricado, como também dialoguei com a Hailey Kass, sobre como as compreensões de gênero designadas pela cisgeneridade foram transmitidas durante o período de colonização do nosso país por parte dos europeus, através da estratégia da caça às bruxas.

Para desafiar e questionar as influências do inconsciente colonial capitalista branco cisgênero, encontro apoio na Esquizoanálise. Como você e Deivison destacaram em uma de nossas aulas, entendo a Esquizoanálise não como uma abordagem dentro da psicologia, mas como uma ética. Essa ética, como você tão bem explicou, nos encoraja a desconfiar das autoridades, das verdades estabelecidas e das estruturas rígidas, fornecendo-nos assim algumas "pistas" (um termo que você também adora).

A Esquizoanálise problematiza esse modelo de inconsciente estabelecido pela Psicanálise, que é colonizado e que mesmo o caminho mais saudável, é pela neurose. Em contrapartida, a ética da Esquizoanálise busca outras potências e linhas do Inconsciente, talvez sem tantas normas, fugindo da triangulação edipiana, como propõem Deleuze e Guattari (2011) na obra “O Anti – Édipo”.

Sobre isso, acho que Rolnik (2018) nos dá uma dica importante:

(...) junto com o deslocamento da política de produção de subjetividade e do desejo dominante na nova versão da cultura moderna ocidental colonial-capitalística,

desloquemos igualmente a política de produção do pensamento própria a essa cultura, ativando sua medula vital e sua habilidade para desarmar as configurações de poder. Sem isso, nossa intenção morre na praia. Da perspectiva desses deslocamentos, pensar e insurgir-se tornam-se uma só e mesma prática; uma não avança sem a outra (ROLNIK, 2018, p. 37-38)

A teórica é bastante enfática: ela argumenta que a produção de subjetividade e o desejo são moldadas por relações de poder, e esse processo está intrinsecamente ligado à produção de conhecimento. Mas como estamos falando de um livro da autora que se chama “Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada” (2018), ela também aposta no caminho de um corpo coletivo para fazer os deslocamentos dentro dos Sistemas de poder e para resgatar as potências inventivas. Sobre a possibilidade de criar outras narrativas e outros modos de estar no mundo, gosto bastante das provocações que Tiago Ribeiro faz no Podcast “Só um cara trans”<sup>18</sup>, disponível na plataforma Spotify. Ele dá outras significações para termos da psicanálise e da psicologia, centrados na norma cisgênera e patologizantes, por exemplo, “falo” e “disforia de gênero”. Tiago brinca dizendo que é necessário “disputar o lugar de falo” e que vive uma “euforia de gênero” (sic).

Para essa aposta ética, convido para essa nossa conversa a Sofia Favero. A Psicologia Suja (2022) da Sofia, também não se propõe como uma linha dentro da Psicologia, mas como uma tentativa de desmascarar teorias e práticas psis que tentam se passar como “neutras” e com isso, mostra a necessidade de sujar a Psicologia.

O adjetivo "sujo" adquire um duplo sentido. Primeiramente, reflete a maneira como a sociedade rotula certos corpos como abjetos ou monstruosos, tal como evidenciado por Paul B. Preciado (2022) ao se autodenominar "monstro", no título de uma palestra intitulada "Eu sou o monstro que vos fala", dirigida a uma academia de psicanalistas. Em segundo lugar, há o drible de Sofia Favero (2022) ao propor que o “sujo é aquilo que permite expandir e realçar um campo de possibilidade para a vida corpórea” (FAVERO, 2022, p. 85). O corpo que incomoda é o mesmo que cria outros mundos.

Ao pensar “sujar” como verbo, a proposta é sujar a Psicologia, a ideia é desmontar e romper as lógicas instituídas, produzidas e reforçadas por esse campo de saber, como mobiliza a autora: “A psicologia suja é uma frente contra as armas que a cultura usa para infantilizar, outrificar, canonizar, vandalizar. É um ritual de morte. Matar a psicopatologia. Retirar o seu

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/1FoJxZzpgRJqtqFjBIR2s0>.

escalpo. Cozinhar seus órgãos” (FAVERO, 2022, p. 218). Minha sensação é que Sofia, no texto, monta uma bomba contra a psicopatologia e joga no mundo para estourar, não parece?

Além disso, Sofia Favero (2022) traz o elemento do afeto para jogo. Criar outras sensibilidades e outra ética na clínica psicológica. Como você, Céu, bem destaca no Prefácio (2022b) que escreveu para o livro “Psicologia Suja”, sobre a discussão muito interessante entre transparência e opacidade:

Se a transparência é o modo como a psiquiatria se relaciona historicamente conosco, ela opera pela redução e universalização. Ser opaca é ter elementos não acessíveis, impossíveis de serem vistos, escrutinados, pesados e catalogados. A aposta ética aqui é que um outro modelo de relação se estabelece desde a opacidade. Se eu não preciso conhecer o outro para produzir alguma relação, essa relação passa a ser necessariamente singular, aberta ao inesperado, aberta a complexidades. Um espelho opaco não deixa a luz entrar, nem permite enxergar o outro lado e, não à toa, opacidade é imagem comumente associada a sujeira. (...) Seria uma psicologia suja uma psicologia que abdique das transparências em direção à opacidade como ideal ético?” (CAVALCANTI, 2022b, p. 14)

Adorei a proposta de pensar a opacidade, a “sujeira”, como nomeia a Sofia (2022), para romper com dissecação e enquadramentos diagnósticos dos saberes psis e para fazer rupturas e proporcionar aberturas.

Em relação a isso, Sofia debate sobre o processo de normalização, dizendo que “o modo como as pessoas se sentem (afetivamente, emocionalmente) diante da diferença é basilar para a manutenção das fronteiras da normalidade” (p.147). A forma como lidamos com o que está fora da norma pode gerar sensações, afetos e reações que, muitas vezes, acabam por reforçar a própria norma. Muitas pessoas tendem a rejeitar aquilo que desconhecem, em vez de criar espaço para compreender.

A questão que debatemos bastante nas suas aulas de Esquizoanálise e que também percebo que é um dos pontos centrais do debate da Sofia (2022), é como a produção de subjetividade e as concepções de psiquismo são moldadas pelos padrões culturais de cada sociedade. Ou seja, essas concepções não são universais e precisam ser compreendidas dentro de seus contextos específicos. Lembro-me de nossa conversa sobre a obra de Lélia Gonzalez (2020), que exemplifica isso de forma brilhante ao abordar o racismo como uma neurose cultural brasileira. Não tem como pensar sujeitas/es/os sem pensar a cultura. Para pensar como a transexualidade está na nossa cultura e como nos provoca a pensar as performances de gênero, gosto muito deste trecho:

Reescrever a transexualidade na cultura não é apenas deixar de vê-la como adoecimento, mas aprender, interessar-se ativamente, circular os saberes trans como modos de transcrição de um acontecimento: fomos e permanecemos sendo convocados ao desempenho de um gênero, e isso, grande parte das vezes, se dá pelas vias mais letais” (FAVERO, 2022, p. 56)

A partir dessa colocação, penso como é importante romper com essa demanda de desempenho de um gênero, que é colocado desde a infância e adolescência pelos fiscalizadores de gênero, como cita Preciado (2020), e pensar outros futuros para Teresa e todas as outras crianças e adolescentes. Talvez um mundo que não tenha necessidade dessas fronteiras entre cis e trans, já que ao final, todas/es/os nós performamos gênero, não é mesmo? Ou pelo menos, pensar saídas, como propõe Jaqueline Gomes de Jesus (2015), sem essas hierarquizações.

Céu, para pensar esses deslocamentos e para fazer rupturas com um pensamento adultocêntrico cisheteronormativo, lembrei das suas aulas de novo (viu, como me marcaram?) e o diálogo com a ideia de devir de Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2012). Proponho colocar a ideia de “devir” para dialogar com a discussão de Sofia Favero (2022) sobre a temida “destransição”. Vamos?

Acho importante explicar, para quem, além de você, pode ler essa carta, o que é devir. Desafiador, mas vou tentar. A ideia de Devir é para romper com as estratificações do eu e entender que somos um eterno vir a ser, um fluxo contínuo, nunca somos completos e uma coisa só, “todo devir é um bloco de coexistência” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 94).

Concomitantemente, os devires são moleculares, ou seja, que não estão em lugares dominantes como a “entidade molar”. Os devires moleculares escapam do que é capturável, pois estão em constantes transformações. Por exemplo, segundo Deleuze e Guattari (2012), não existe um devir-homem, pois o homem sempre foi lido como o padrão e como maioria. Igual quando analisamos nossa língua portuguesa, que tem como norte o referencial masculino para falar de todo mundo. E esse modelo de homem faz alusão ao homem “branco, macho, adulto, ‘razoável’ e etc” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 94). Por outro lado, os devires moleculares são minoritários, não no sentido de quantidade, mas de aquisição de poder, por isso entre os devires, há o devir- animal, devir-mulher, devir-criança e será que poderíamos pensar em um devir-trans? Ou o devir é necessariamente trans ou trans é devir? Perguntas para bagunçar, como diria o querido Tom Zé, “eu estou te explicando, para te confundir, estou te confundindo para te esclarecer”.

Os devires têm a possibilidade de desestabilizar o que está instituído, pensando criticamente na produção de gênero da cisgeneridade desde a infância, gosto muito do exemplo de Deleuze e Guattari (2012) sobre o pequeno Hans, caso estudado por Freud como patológico:

Quando o pequeno Hans fala de um “faz-pipi”, não é um órgão nem uma função orgânica; é antes um material, isto é, um conjunto de elementos que varia de acordo com suas conexões, suas relações de movimento e repouso, os diversos agenciamentos individuados onde ele entra. Uma menina tem um faz-pipi, pois elas fazem pipi efetivamente: funcionamento maquínico mais do que função orgânica (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 43).

Acho essa provocação muito interessante pois demonstra como fazemos interpretações e limitações aos corpos, desde quando nascem as crianças, ao resumi-los aos órgãos genitais. Para as crianças, como para Hans, o órgão genital é apenas o “faz-pipi”. Os outros contornos dados são feitos pelas pessoas adultas. Diante desse processo, faço coro com Deleuze e Guattari (2012) para pensar: o que pode um corpo? E, acrescento: e os corpos que se transformam, que são transformados? Aqueles que não passam a vida toda sendo os mesmos. Aposto em uma multiplicidade de opções, se pensamos mais no que o afeta e que afeto produz.

Essas questões me lembraram o debate de Sofia Favero (2022) sobre o “des-transicionar”, que é inclusive o argumento de muitas pessoas para serem contra a dita transição de gênero de crianças e adolescentes. A autora provoca que essa ideia de “transição” vem do processo de medicalização e que essa leitura médica cria no imaginário a noção como se se tratasse de um portal, em que a pessoa passa e se modifica. Lendo o texto dela, me veio essa imagem de um portal. Deu um passo para além das fronteiras do portal, mudou totalmente. Ou está de um lado ou de outro, transição – destransição. Essa lógica é problematizada por Sofia:

Nas ciências psi, trabalha-se a linguagem. Nossa principal ferramenta é a escuta. Escutamos muitas coisas quando se fala no consultório uma frase como “tenho medo de me arrepender da transição”. Apresenta-se nas entrelinhas, a velha ideia de que as identidades são lineares, contínuas - uma concepção diretamente ligada à ideia de “sexos opostos, porém complementares”. Há também uma convenção dita nessa frase, que é a de que devemos obedecer a uma coerência em todas as esferas da vida (a cronologia “criança, adolescente, adulto e idoso” é apenas uma delas. Sobretudo escutamos uma capacidade de enlutamento. Temer a transição é temer o luto (FAVERO, 2022, p. 198 e p. 199)

A autora é cuidadosa ao destacar que não se trata de comparar a experiência de uma cirurgia do processo transexualizador, por exemplo, a outras mudanças corriqueiras da vida. Mas defende que precisamos deixar de “vivenciar o gênero como se ele fosse sempre sequencial e ordenado” (FAVERO, 2022, p. 199). Como ela ressalta que nosso desejo está sempre se

atualizando, nosso corpo também pode acompanhar esse processo. Achei perfeita essa colocação da Sofia para combater o pânico moral diante das ideias de transição-destransição.

Após essas discussões, te pergunto, Céu, quando ela pensa a experiência do gênero de modo não sequencial e, eu acrescentaria, não completo, podemos fazer uma relação com o devir? Será que pensar os devires (criança, trans, mulher e outros) pode nos ajudar a estranhar essa lógica adultocentrada branca/colonial e cisheteronormativa? Ao invés de achar que já sabemos tudo, talvez voltar a formular mais perguntas, perguntas-máquinas de desestabilizações e deixar fluir, inclusive os corpos. Sobre isso, Sofia ainda dá uma última dica preciosa, a importância de uma atenção das ciências psis para a escuta das experiências de ruptura. Não negar, mas acolher e ver a potencialidade disso. Acho esse caminho de pensamento bem interessante.

Desculpa, me estendi, mas queria dizer como sua ocupação no CRP-RJ, como presidenta, e atuação na psicologia e nossas trocas, mesmo que ainda poucas, me inspiraram bastante a escrever.

Um grande abraço, Júlia.

## DESOBEDIÊNCIAS FINAIS

(...)Porque eu trabalhei muito com crianças, a minha vida inteira. E todo mundo falava sobre o meu magnetismo. (...)E quando eu transicionei, eu pensei: acabou. Eu não vou ter mais essa relação com as crianças. E tem acontecido o contrário. As crianças cada vez mais se aproximam e se sentem encantadas porque eu sou uma sereia. E elas nunca viram a sereia antes. (...) Em breve, tem um projeto que está ainda na gaveta chamado “trava para baixinhos”, onde vai ter muitas músicas em linguagem neutra, vai ter crianças trans. Então, assim, desculpa, cisgeneridade. As crianças me amam. E em breve eu vou incomodar muito com a liberdade de existir para além do seu enquadramento compulsório. (Transcrição de trechos da publicação da Senhora Mar, no dia 08 de fevereiro de 2024)

## **Carta #2 para Paul B. Preciado**

Queride Paul B. Preciado,

Sou eu Júlia de novo. Escrevi a outra carta já faz tempo, né? Preciso compartilhar algumas novidades contigo. Minha tese foi toda composta por cartas. Quando iniciei minha pesquisa de doutorado, foi inspirador ter você como ponto de partida. Seu livro "Um apartamento em Urano: crônicas de uma travessia" (2020) foi o catalisador para muitas reflexões, inclusive para a definição do meu problema de pesquisa.

Naquela primeira carta que escrevi para você, levantei a questão: e se convidássemos os profissionais que atuam na rede de proteção de crianças e adolescentes para uma viagem a Urano? A ideia era explorar juntos a possibilidade de um mundo menos restringido pelas normas de gênero, como você define Urano. Ainda não sei se haverá adesão a esse convite, mas ele foi lançado por meio da pesquisa e das várias cartas.

Apesar do conservadorismo que infelizmente segue ganhando força no Brasil, não devemos e podemos fugir desse debate, pois segundo dados do recente dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), de 2024, pelo 15º ano seguido o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Precisamos romper esse ciclo.

Ao longo do processo de elaboração da tese, Paul, suas obras continuaram a me acompanhar, permeando várias outras cartas. A partir do diálogo proposto em seu texto "Quem defende a criança querer?" (2020), debati sobre o campo dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e se essas instituições protegem o público trans.

O objetivo foi despertar a consciência das pessoas adultas que trabalham com crianças e adolescentes, especialmente nos ambientes dos serviços de acolhimento e do CISTema de Justiça, para refletirem sobre a maneira como a lógica adultocêntrica branca cisheteronormativa tem influenciado suas práticas. Além disso, busquei destacar a existência de infâncias e adolescências diversas, reconhecendo e propondo novas sensibilidades para a multiplicidade de experiências, incluindo aquelas relacionadas à identidade de gênero trans. Nesse sentido, também era um dos propósitos principais introduzir importantes referências teóricas e ativistas trans, cujas contribuições incentivam a questionar e repensar o CISTema.

Para tanto, busquei estabelecer um diálogo mais próximo com as pessoas leitoras da tese através da utilização de cartas como recurso para pensar e para comunicar. Paul, desde pequena,

sempre fui apaixonada por escrever cartas e percebi que esse método me auxiliava na organização das ideias ao dirigir-me às pessoas e instituições envolvidas no meu estudo. A surpresa agradável veio ao descobrir que você também compartilha desse apreço pelas correspondências, especialmente quando li o posfácio intitulado "Carta aos nove ativistas" em seu recente livro traduzido no Brasil, "Dysphoria mundi: O som do mundo desmoronando" (2023). Tenho o desejo de discutir sobre esse posfácio contigo, mas primeiro quero acabar de te situar sobre como organizei a tese.

Embora tenha estabelecido uma correspondência intitulada "Carta para pensar sobre a cisgeneridade" na introdução, a crítica à cisgeneridade permeia toda a tese, conduzida por uma análise interseccional que abrange não apenas o gênero, mas também raça, geração e sexualidade. Como exemplo desse enfoque, redigi uma carta destinada à Júlia criança, delineando meu percurso pessoal como uma menina e depois como mulher branca cisgênera que começou a estranhar a cisgeneridade e a lógica binária e restritiva de gênero após a introdução nos estudos feministas e transfeministas. Além disso, convidei-a a participar do processo de escrita da tese, com o intuito de mantermos juntas o espírito crítico da infância, que questiona e desafia a visão bidimensional da adultez.

Também redigi uma carta direcionada ao CISTema de Justiça, onde atuei por vários anos como psicóloga na área da infância e juventude, com o intuito de analisar as instituições com base em minhas experiências profissionais. Além disso, endereci cartas a Raphael Martins e Anderson Herzer, homens trans que passaram por serviços de acolhimento há muitos anos atrás, cujas histórias conheci durante a pesquisa. Eles narraram suas experiências em primeira pessoa quando já adultos. As narrativas deles nos ajudam a pensar como o racismo e a lógica cisheteronormativa atuam nos serviços de acolhimento desde o início da história dessas instituições. No entanto, embora essas cartas tenham sido, cada uma, direcionadas a destinatários específicos, as análises institucionais permeiam toda a tese, pois busquei integrar teoria e prática de forma contínua.

Durante essas análises, tornou-se evidente que ser criança ou adolescente não garante automaticamente o direito a vivenciar plenamente a infância e a adolescência. Como destacaram Sara York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides (2020), as travestis frequentemente não têm a oportunidade de vivenciar a adolescência, sendo rapidamente estigmatizadas como maliciosas. Da mesma forma, como mencionou Dante Freire (2021), há o sofrimento de não poder expressar-se livremente na infância.

Além disso, é crucial considerar a interseção de raça e gênero, conforme proposto por Megg Rayara (2020) e Leonardo Peçanha (2021). Nos serviços de acolhimento no Brasil, a maioria do público é composto por pessoas negras, o que impacta significativamente na experiência da infância e adolescência em comparação com crianças e adolescentes brancas, especialmente no que diz respeito à garantia de proteção. E quando esses corpos negros também são trans? Essa questão adquire uma complexidade ainda maior, como foi possível observar nas situações relatadas por Dante Freire (2021) e pelas profissionais do TJ de São Paulo a respeito de Meyre, corpos negros e trans que desde a infância foram institucionalizados e que até o desligamento dos abrigos (no caso de Dante, mesmo após a guarda para os padrinhos afetivos), passaram por inúmeras violações de direitos.

É notável a falta de cuidado direcionada às crianças e adolescentes que desafiam as normas de gênero. Isso se manifesta na ausência de levantamentos sobre a presença de crianças e adolescentes trans e travestis nos serviços de acolhimento, bem como na escassez de reflexões éticas sobre o trabalho com esse público, pensando o direito à autodeterminação e a utilização do nome social, por exemplo. Além disso, é preocupante a carência de recursos financeiros destinados às políticas públicas que poderiam garantir um atendimento integralizado entre saúde, assistência social e educação. A precarização dos vínculos trabalhistas de profissionais, o que gera constante rotatividade, e a falta de formação continuada, influencia na continuidade de violações contra as crianças e adolescentes trans.

Paul, suas perguntas foram cruciais, mas devo destacar que foram as notáveis figuras dos transfeminismos brasileiros que orientaram o movimento da pesquisa e as discussões principais que atravessaram a tese ao longo desses quatro anos de doutorado. Aliás, se ainda não conhece, acho que você precisa acessar essas incríveis produções. Os textos, livros e expressões artísticas apresentam uma diversidade de experiências: Travestis, Mulheres Trans, Homens Trans, Transmasculines, Não- Binárias, Boycetas, Transmasculinidade Intersexo e por aí vai. Citarei algumas pessoas que menciono nas cartas e que acredito que você e outras pessoas que podem acessar esse nosso diálogo, poderiam gostar de conhecer (com o reconhecimento de que tem ainda muitas outras pessoas relevantes nesses movimentos):

Keila Simpson, João W Nery, Sara Wagner York, Jaqueline Gomes de Jesus, Hailey Kass, Bruna Benevides, Symmy Larrat, Megg Rayara Oliveira, Ágata Pauer, Sofia Favero, Viviane Vergueiro, Leonardo Peçanha, Letícia Nascimento, Cello Pfeil, Bruno Pfeil, Bruno Santana, Leila Dumaresq, Leonardo Tenório, Dante Freire, Céu Cavalcanti, Amiel Vieira,

Amara Moira, Guilherme Calixto, Caru Brandi, Angie Barbosa, Leonardo Tenório, Raphael Martins, Anderson Herzer, Beatriz Bagagli, Luma Andrade, Florence Belladonna, Brune Coelho, Caia Maria, Mariah Rafaela Silva, Taliboy, Thárcilo Luiz Hentzy, Aline Freitas, Jamil Ribeiro, Zeca Carú de Paula e Demétrio Campos.

Cabe destacar que muitas dessas pessoas e suas produções conheci a partir do meio virtual. Aliás, essa é uma característica dos transfeminismos brasileiros, como bem pontuaram Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Kass (2012), duas grandes personagens do movimento. As autoras enfatizam o impacto de blogs, websites e, mais recentemente, plataformas de mídia social, na construção e disseminação das teorias transfeministas, enraizadas no movimento de luta e resistência das pessoas trans, frequentemente engajadas no ativismo. Essa perspectiva desafia a ideia de que a academia é o único polo de construção de conhecimento. É um reconhecimento importante, pois evidencia que muitas ideias significativas são geradas fora dos limites das instituições acadêmicas, por isso, materiais e registros de publicações nas redes foram incluídos na tese e compuseram a escrita.

Crianças e adolescentes trans também foram destinatárias das cartas que escrevi. Tanto o adolescente James quanto a criança Meyre, que passaram por serviços de acolhimento, auxiliaram a compreender o desafio enfrentado por profissionais desse campo ao lidar com a autodeterminação de gênero de crianças e adolescentes. E a criança Lucas, embora não tenha passado pelo acolhimento, também foi destinatário de uma das cartas, pois fez reivindicações importantes para as pessoas adultas na relação com crianças e adolescentes trans.

Um exemplo marcante é o caso de James. Durante meu trabalho no Ministério Público, a Promotora de Justiça solicitou minha colaboração para realizar um estudo visando identificar as políticas públicas necessárias para garantir os direitos de James, que estava acolhido em um abrigo. James expressou o desejo de alterar seu nome nos documentos civis e iniciar o acompanhamento psicológico e endocrinológico para sua transição de gênero. Infelizmente, naquela época, identifiquei uma lacuna na rede pública de saúde em relação ao suporte oferecido a crianças e adolescentes trans. No entanto, é gratificante observar que nos últimos anos têm ocorrido mudanças significativas nesse cenário, com a consolidação do Ambulatório Identidade no Hospital Pedro Ernesto, da UERJ, e a discussão em andamento sobre a revisão da Portaria do Processo Transexualizador pelo Ministério da Saúde, com a participação de importantes pessoas teóricas e ativistas dos movimentos trans.

Ainda sobre a situação de James, vale ressaltar que a psicóloga do Tribunal de Justiça, utilizando sua autoridade profissional, elaborou um relatório contrário ao processo de redesignação de gênero, associando um momento de depressão do adolescente à sua identidade trans. Infelizmente, essa é uma narrativa comum na história da psicologia, caracterizada pela patologização da experiência trans e pelo entendimento equivocado desta como desvio. Como você descreve tão bem em "Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas"(2022), há uma armadilha intrínseca nos processos de patologização:

A maioria daqueles que se recusam a viver segundo as normas da diferença sexual patriarcal foram, por um lado, perseguidos pela polícia e pelo sistema judiciário como potenciais criminosos, e, por outro, patologizados pelo aparelho psicanalítico, encarcerados nas prisões psiquiátricas, violados para provar sua verdadeira "feminilidade" ou "masculinidade", submetidos a lobotomias, terapias hormonais, eletrochoques e supostas "curas analíticas". Em relação a nós, que somos os monstros da modernidade patriarco-colonial, a cura pela palavra e as terapias comportamentais ou farmacológicas não estavam em conflito aberto, mas trabalhavam de maneira complementar (PRECIADO, 2022, p. 69)

Ou seja, o entrelaçamento dessas duas esferas de conhecimento e poder, a psicologia e o direito, pode ser extremamente complexo, como evidenciado na situação de James. No entanto, James perseverou em seu desejo e, além de iniciar todos os acompanhamentos necessários na rede particular, solicitou emancipação civil, o que pode ter sido uma busca de autonomia sobre seu próprio corpo.

Apesar da preocupante interação entre psicologia e direito, também redigi uma carta para Meyre, uma menina trans, que ao contrário da experiência de James com a psicóloga do TJRJ, Meyre recebeu apoio de profissionais, incluindo a psicóloga Luciana Pantuffi e a assistente social Thais Berberian, do Tribunal de Justiça de São Paulo. Nesse contexto, também escrevi uma carta para Luciana, expressando minha admiração pela maneira como ela e Thais abordaram a situação de Meyre. As autoras reconheceram que inicialmente não tinham familiaridade com a questão da identidade de gênero de Meyre, contudo elas buscaram informações e formação sobre o assunto e conseguiram colocar a atuação profissional a serviço de reivindicar os direitos à proteção para Meyre. Ao conhecer o processo de trabalho de Luciana e Thais, me identifiquei, pois diante do não saber, também me movimentei. A presente tese é reflexo desse exercício. Ou seja, é possível pensar e promover a proteção de crianças e adolescentes trans, mas precisamos abertura para isso, junto com trabalho e investimento.

Para pensar sobre essa abertura, também escrevi uma carta para Lucas, menino trans que concedeu uma entrevista à psicóloga Sofia Favero, publicada na Revista Cult (2023). A

entrevista de Lucas ressalta de forma contundente como a lógica binária de gênero é cruel na infância, impondo limitações sobre o que meninos e meninas podem ou não podem fazer. Lucas enfatiza a necessidade de que as pessoas adultas compreendam que há muitas maneiras de ser criança, uma realidade que a normatividade cisgênera não consegue abarcar. Aliás, tenho a suspeita de que ele talvez tenha visitado Urano também, sabia?

Tenho a impressão de que cada vez mais crianças e adolescentes estão explorando esse "planeta" alternativo e, com isso, estão desafiando e transformando as normas estabelecidas aqui na Terra. Paul, seu filme "Orlando, Minha Biografia Política" (2023), inspirado e realizando uma releitura atual do livro "Orlando - Uma biografia", de Virginia Woolf, é uma prova fascinante da potência e da coragem das novas gerações, que já estão empenhadas em promover mudanças significativas.

Uma coincidência interessante: você lembra do professor de filosofia Auterives Maciel, que mencionei na primeira carta por ter sido ele quem me apresentou à sua discussão com o livro "Manifesto Contrassexual" (2017)? Pois bem, por uma espécie de energia "Woolfiana", sem planejarmos, quando fui assistir ao seu filme no cinema, acabei me deparando justamente com ele. Recordamos os momentos do grupo de debate sobre o seu livro e, ao final, compartilhamos como ficamos impactados pelo filme, especialmente por sua dedicatória a crianças e adolescentes trans.

Outro ponto crucial que você aborda no filme é como o CISTema de justiça, enraizado em normas cisgêneras, age de maneira opressiva ao tentar controlar os corpos, negando direitos fundamentais. Além disso, destaca como as chamadas "próteses administrativas", como o direito ao nome social e a retificação do gênero no registro civil, continuam sendo obstáculos significativos. Sara York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides (2020) também discutem a importância do acesso à autodeterminação de gênero para promover a autonomia das pessoas trans. Dentro do CISTema em que estamos imersos, essas "próteses administrativas", como você denominou, representam as únicas vias para a participação civil e o acesso às políticas públicas. Seguindo por essa linha de raciocínio, minha intenção com a tese foi instigar a rede de proteção de crianças e adolescentes a se engajar mais ativamente na defesa dos direitos da população trans e especificamente ao direito à proteção em instituições de acolhimento.

Para promover esse engajamento, é essencial enfrentar o "pânico moral", conforme destacado por Sofia Favero e Pedro Ambra (2023) ao abordarem as narrativas sobre uma suposta "epidemia trans". Beatriz Bagagli (2021a) destaca a incoerência desses discursos

sensacionalistas, evidenciando como a suposta maturidade para autodeterminação de gênero de crianças e adolescentes é questionada apenas quando se trata da identidade trans, ao passo que não se questiona o mesmo em relação à identidade cis.

Sofia Favero (2023), ao discutir a entrevista com Lucas, a criança que mencionei anteriormente, ressalta a importância de termos cuidado ao “falar sobre duas categorias tão intensamente ligadas à tutela – crianças e pessoas trans - de uma maneira que não volte a inscrevê-las nesses mesmos regimes” (p. 34). De maneira perspicaz, a teórica propõe que devemos abrir espaço para as cosmologias das crianças, e eu também acrescentaria as de adolescentes, convidando-nos, como pessoas adultas frequentemente aprisionadas na rigidez da adultez, a entender a transição como uma oportunidade para essa abertura:

Não é isso a transição? Uma aposta? Um “abrir mão” do script para se lançar ao desconhecido? Estamos nos preparando para um tempo em que a infância não será sinônimo de trauma e passará a ser um espaço de interrogação sobre a existência? Toda infância é transição (de fantasias, medos, desejos). Escrevo para afirmar a vida que há nisso.

**De fato, crianças precisam de proteção, e falar sobre gênero e sexualidade é protegê-las – de outra forma, estaremos assumindo que não buscamos proteger crianças, mas proteger os roteiros sociais** (FAVERO, 2023, p. 36, grifo nosso).

Paul, Sofia é precisa com a afirmação de que é necessário falar sobre gênero e sexualidade e que esse é um caminho para proteger crianças e adolescentes. Acho que essa também é uma aposta sua. É com esse intuito que volto para um dos objetivos da tese que foi convidar profissionais da rede de proteção de crianças e adolescentes, bem como talvez outras pessoas adultas que tenham interesse no debate, para uma conversa franca sobre gênero, sem o pânico moral que é produzido em torno de crianças e adolescentes trans. Precisamos movimentar o que sabemos ou o que achamos que sabemos sobre cisgeneridade, transgeneridade, infâncias e adolescências.

Uma das dicas sugeridas no decorrer das cartas, foi abandonar os caminhos predefinidos da adultez. É crucial explorar novas formas de interação entre pessoas adultas e crianças e adolescentes, que sejam menos hierárquicas e que promovam a diversidade de experiências de infâncias e adolescências, menos limitadas pela lógica adultocêntrica e pelas normas coloniais brancas cisheteronormativas. Como belamente sugerem Leticia Nascimento, Vanessa Santos e Shara Adad (2022) ao nos convidar para “bailar com as infâncias” e romper com padrões monoculturais.

Na conversa com Céu Cavalcanti, hoje presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (a primeira pessoa trans a ocupar esse cargo em todo o país), mencionei o trabalho "Psicologia Suja" (2022) de Sofia Favero, bem como as ideias da Esquizoanálise, não como correntes dentro da Psicologia, mas como éticas que buscam desestabilizar as estruturas estabelecidas, principalmente na psicologia e na psicanálise, conforme proposto também por Suely Rolnik (2018) e por você (2022).

No diálogo com Céu sobre a psicologia, ressalttei a importância de romper com os modelos hegemônicos de infância e adolescência, que são fundamentados em referenciais brancos, coloniais, capitalistas e cisheteronormativos. É crucial não conceber as identidades de forma linear ou completa, como frequentemente proposto em discursos jurídicos, médicos ou psicológicos. Precisamos abrir espaço para outros modos de existência menos rígidos e mais fluidos. Nesse sentido, recorro ao pensamento de Deleuze e Guattari (2012) sobre os devires e o constante processo de vir a ser e às reflexões de Sofia (2022) sobre a pluralidade de experiências que vivenciamos ao longo da vida, marcadas por rupturas. É fundamental que as ciências psicológicas adotem escutas mais sensíveis para abordar essas complexidades.

Por essa razão, gostaria de retomar a conversa sobre a carta que você escreveu para jovens ativistas em "Dysphoria mundi" (2023). Desejo compartilhar do seu otimismo, particularmente do "otimismo revolucionário da infância", não como um simples sentimento de esperança, como você explicou, mas como uma metodologia.

Escrevo esta carta a você logo após minha participação, em 18 de abril de 2024, na celebração realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em homenagem à concessão do título de Doutora Honoris Causa para Keila Simpson, uma figura proeminente no ativismo trans no Brasil. O processo para a concessão deste título estava em andamento nos últimos anos, impulsionado por outras importantes ativistas trans, incluindo Sara Wagner York, que também proferiu um belo discurso durante a cerimônia em homenagem à Keila. É inspirador testemunhar o caráter coletivo dessa luta.

É importante mencionar também que, na data da cerimônia, Keila Simpson estava com 59 anos recém completos e destacou sua idade como símbolo de resistência. Sua aspiração é que mais pessoas trans desafiem a expectativa de vida limitada imposta pelo Sistema, que muitas vezes não ultrapassa os 30 anos de idade. Inclusive, ela falou que podemos aguardar, pois ela prometeu que será uma travesti centenária.

Queria compartilhar, aqui na carta final, dois registros: da Dra. Keila discursando e a foto do momento em que ela recebeu o título, convidando todas as pessoas trans presentes no auditório a subir ao palco e compartilhar esse momento histórico com ela, demonstrando mais uma vez a aliança entre os movimentos trans.

Figura 11- Keila Simpson, aos 59 anos, recebendo o título Doutora Honoris Causa pela UERJ.



Figura 12- Dra. Keila Simpson convidou todas as pessoas trans presentes no auditório para receber o título com ela.



Fonte: Acervo pessoal

Foi um momento emocionante! Testemunhar a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde realizei meu doutorado e onde concluí esta tese, dando esse passo significativo, foi marcante. Contudo, espero sinceramente que este seja apenas o primeiro de uma série de avanços que virão.

Um próximo passo crucial seria considerar a implementação de cotas para pessoas trans, tanto nos vestibulares, seguindo um modelo semelhante ao pioneirismo da UERJ ao adotar as cotas raciais, bem como no ingresso à pós-graduação e nos concursos para o magistério. Essa medida não apenas abriria caminho para uma representação mais inclusiva e diversificada dentro do ambiente acadêmico, mas também seria um passo importante na direção de equidade e justiça social. É uma oportunidade de garantir que pessoas trans tenham acesso igualitário à educação superior, à pós-graduação e ao exercício profissional.

É inspirador testemunhar como Angie Barbosa, uma jovem estudante de psicologia da UERJ, está ativamente envolvida e mobilizando a REDE TRANS UERJ (Rede de Estudantes

Trans e Travestis Organizadas da UERJ) em defesa de direitos e políticas públicas. O trabalho realizado pelo coletivo é notável, especialmente no que diz respeito ao acolhimento de estudantes trans na universidade. Na carta recente de Angie Barbosa (2024) para João W. Nery, um dos pioneiros na discussão trans na psicologia, ela menciona que ele ficaria contente em saber que hoje há um grande grupo de estudantes trans na Psicologia da UERJ e que existe um compromisso claro em romper com a lógica cisgênera dentro desse campo de conhecimento. Este é um testemunho do progresso significativo alcançado e do impulso contínuo em direção à inclusão e diversidade dentro da comunidade acadêmica e à transformação.

Paul, na sua carta (2023), você menciona como a nova geração em seu país está conseguindo radicalizar e desbinarizar o CISTema, percebo que algo semelhante está acontecendo por aqui também. É encorajador ver esse movimento se fortalecer e acredito sinceramente que nada poderá detê-lo. Crianças e adolescentes, mesmo diante das persistentes normas de gênero, estão apresentando formas muito mais fluidas de vivenciar as identidades de gênero e sexualidade. Ou seja, para retomar a questão principal da pesquisa sobre a proteção de crianças e adolescentes trans nos serviços de acolhimento, entendo que para proteger é necessário dismantelar o Cistema. Isso implica reconhecer que as experiências e as compreensões relacionadas aos gêneros e às sexualidades estão mudando, oferecendo às novas gerações um leque mais amplo de possibilidades. É crucial, portanto, garantir espaços de escuta atenta e sensível às demandas de crianças e adolescentes, pois elas/us/es não apenas participam da cultura, mas também a moldam ativamente.

Concordo com você, Paul, ao reconhecer que essas novas gerações têm potencial para criar algo verdadeiramente inovador, e por isso estou comprometida em colaborar com elas, para viver na Terra uma experiência que reflita a liberdade e a diversidade, como a que você descreve que existe em Urano. Como feminista, continuo aprendendo com as diversas vertentes dos feminismos, e esta tese representa um agradecimento aos transfeminismos por me auxiliarem a analisar criticamente a cisgeneridade e os paradigmas que influenciam nossas percepções e abordagens em relação às infâncias e adolescências. Reconheço que ainda tenho muito a aprender, mas estou engajada para seguir esse caminho de desconstrução e reconstrução, sempre de modo desobediente.

Este trabalho não é apenas um convite para profissionais da rede de proteção de crianças e adolescentes, mas também para todas as pessoas adultas interessadas em se envolver nesse

diálogo. É uma oportunidade para ampliar nossa compreensão, desafiar nossas suposições e construir juntos um futuro mais inclusivo e respeitoso para todas as infâncias e adolescências.

Obrigada pela parceria na construção da tese, Paul.

Abraços, Júlia.

## REFERÊNCIAS

ALANEN, L. Estudos Feministas/ Estudos da Infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: Castro, L. R. de (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2001, p. 69-92.

ALVARENGA, J. M. **Entre luzes e sombras: narrativas no campo dos direitos das crianças e adolescentes**. 2018. 82 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Estudos da Subjetividade, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ALVARENGA, J. M.; MARAFON, G. “Tia, seu cabelo é tão bonito”: uma análise das relações raciais em um abrigo de crianças e adolescentes. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2024, p. 198-219.

ALVARENGA, J. M.; MARAFON, G.; MOREIRA, T. O. Mulheres e cuidado: além da maternidade e do uso de drogas. In: **4as Jornadas de salud mental y adicciones: diagnóstico actual y desafíos em salud mental y adicciones. Anais das 4as Jornadas de salud mental y adicciones, 2017**. Buenos Aires, 2017, p. 1-13.

ARANTES, E. De “criança infeliz” a “menor irregular” - vicissitudes na arte de governar a infância. In: **Mnemosine**, v. 1, n. 0. Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p. 162-164.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Nota técnica sobre acesso à saúde de crianças trans: do modelo transpatologizante ao cuidado transespecífico**. Brasil: ANTRA, 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS (ArpenBR). **Mudança de Nome e Gênero no Cartório de Registro Civil**. São Paulo: ArpenBR, 2022.

BAGAGLI, B. P. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas: UNICAMP, 2018.

\_\_\_\_\_. Cisnormatividade e o cuidado com a saúde de pessoas trans na infância e adolescência. In: STONA, J.; CARRION, F (Orgs). **O cis no divã**. Salvador: Devires, 2021a, p. 49-64.

\_\_\_\_\_. **5 Mitos mais comuns sobre crianças e jovens transgêneros**. Blog Beatriz Pagliarini Bagagli. Plataforma Medium. 2021b. Disponível em: <<https://biapagliarinibagagli.medium.com/5-mitos-mais-comuns-sobre-crian%C3%A7as-e-jovens-transg%C3%AAneros-77b60ea9af65>>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

BARBOSA, A. Carta para um psicólogo impossível. **Blog Angie Barbosa**. Plataforma Medium, 2024. Disponível em: <<https://medium.com/@angielsb/carta-para-um-psic%C3%B3logo-imposs%C3%ADvel-881f1e6a8f1c>>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

BATTISTELLI, B. M. **Entre cartas e conversas: por uma política de pesquisa feminista e contra-colonial para a Psicologia Social**. 2022. 311 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

BENEVIDES, B; NOGUEIRA, S. N. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2021.

BEVEVIDES, B. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

\_\_\_\_\_. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2023.

\_\_\_\_\_. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2024.

BICALHO, P. P. Uma carta endereçada à “Proteção Integral”. In: **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Recurso eletrônico. Vitória: EDUFES, 2014, p. 33-42.

BOJUNGA, L. **A bolsa amarela**. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.509, 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 11.471, 06 de abril de 2023. Ministério dos Direitos Humanos. Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTRO, L. R. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: \_\_\_\_\_. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2001, p. 19-46.

CAVALCANTI, C. Juventudes trans na encruzilhada do presente. In: BEVEVIDES, B (Org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. ANTRA, 2022a.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: FAVERO, S. **Psicologia Suja**. Salvador: Devires, 2022b. p. 9-16.

\_\_\_\_\_. Por escritas travestis anti-coloniais. **Blog Céu Cavalcanti**. 2018. Disponível em: <<https://ceucavalcanti.medium.com/por-escritas-travestis-anti-coloniais-7c7bc132ecfd>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

CAZEIRO, F; SOUZA, E. M. F; BEZERRA, M. A. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília: CFP, 2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 01, de 22 de março de 1999.**  
 Conselho Federal de Psicologia. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 014, de 20 de julho de 2011.**  
 Conselho Federal de Psicologia. Dispõe sobre a inclusão do nome social no campo “observação” da Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo e dá outras providências. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018.**  
 Conselho Federal de Psicologia. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 10, de 27 de março de 2018.**  
 Dispõe sobre a inclusão do Nome Social na Carteira de Identidade Profissional da Psicóloga e do Psicólogo e dá outras providências. Brasília, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018. Dispõe sobre a uniformização do procedimento referente ao reconhecimento de firma por autenticidade ou semelhança. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 2018, p. 3-4.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.  
**Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006.** Estabelece Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 160, de 18 de dezembro de 2013.** Aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, 2013.

COUTO JÚNIOR, D.; POCAHY, F.; OSWALD, M. L. Crianças e infâncias (im)possíveis na escola: dissidências em debate. **Periódicus**, 1(9), 2018, p. 55-74.

CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L. Carta para usuária da assistência social. In: **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Recurso eletrônico. Vitória: EDUFES, 2014, p. 55-60.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Volume 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2011a.

\_\_\_\_\_. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. 2 ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Volume 4. 2 ed. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.

DINIZ, D.; GEBARA, I. Desobedecer. In: \_\_\_\_\_. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 261-276.

DUMARESQ, L. O cisgênero existe. **Monstruosas** [2014]. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/262468/cisgenero.pdf>>. Acesso em: 22 de março de 2024.

EURICO, M. Cotidiano da Famílias Negras: Por uma Perspectiva Antirracista de Análise de Suas Demandas e Potencialidades. **Emancipa: o cotidiano em debate / Revista do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS 9ª Região**. n. 4, 2019, p. 18-30.

FAVERO, S. Pode o cisgênero falar?. **Blogueiras Feministas**. 23 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://blogueirasfeministas.com/2016/02/23/pode-o-cisgenero-falar/>>. Acesso em 08 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Crianças Trans**. Salvador: Devires, 2020.

\_\_\_\_\_. **Psicologia Suja**. Salvador: Devires, 2022

\_\_\_\_\_. Lucas. In: **Dossiê Epidemia Trans? Um debate sobre infância, gênero e normatividade**. São Paulo: Cult, 2023, p. 33-39.

FAVERO, S.; AMBRA, P. Anatomia do pânico moral. In: **Dossiê Epidemia Trans? Um debate sobre infância, gênero e normatividade**. São Paulo: Cult, 2023, p. 14-17.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território e população**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O belo perigo**. Tradução de Fernando Scheibe. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FRANCO, L. O. P. **Por uma política da narratividade: pensando a escrita no trabalho de pesquisa**. Niterói: EDUFF, 2016.

FREIRE, D. E que as formas e cores sejam fronteiras para as pontes invisíveis. In: SANTANA, B; PEÇANHA, L. M. B.; CONCEIÇÃO, V. G. (Orgs.). **Transmasculinidades negras: Narrativas plurais em primeira pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021, p. 65-69.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

GOMES, M.; YORK, S. W.; COLLING, L. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos fundamentais. **Revista Direito e Praxis**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 02, 2022, p. 1097-1135.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, F; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75-93.

GREEN, J. N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GROS, F. **Caminhar, uma filosofia**. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

GROFOGUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntrica rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, 2012, p. 337-362.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, Rio de Janeiro, 1995, p. 7-41.

HERZER, A. **A queda para o alto**. Petrópolis: Vozes, 1987.

JESUS, J. G. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Revista Universitas Humanística**, n. 78, Bogotá, Colombia, 2014, p. 241-258.

\_\_\_\_\_. Interlocuções teóricas do pensamento transfeministas. In: JESUS, J. G et al. (Orgs). **Transfeminismo: Teorias & práticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012, p. 8-19.

KAAS, Hailey. O que é cissexismo?. **Blog Centro de Pesquisa Transfeminista**, [2024]. Disponível em: <<https://transfeminismo.org/o-que-e-cissexismo/>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARA, L.; GUARESCHI, N.; GONZALES, Z. Aos psicólogos em atuação nas políticas públicas. In: **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Recurso eletrônico. Vitória: EDUFES, 2014, p. 43-54.

LOURAU, R. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MARTINS, R. Meninos bons de bola. In: SANTANA, B; PEÇANHA, L. M. B.; CONCEIÇÃO, V. G, (Orgs.). **Transmasculinidades negras: Narrativas plurais em primeira pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021, p. 119-123.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **32º Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2023.

MOIRA, A. Primeiras Narrativas Trans na História do Brasil. **Coluna Amara Moira**. Site Buzz Feed. 2023. Disponível em: <<https://buzzfeed.com.br/post/primeiras-narrativas-trans-na-historia-do-brasil>>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

MORAES, A. C.; CASTRO, F. M. F. M. Por uma estetização da escrita acadêmica: poemas, cartas e diários envoltos em intenções pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018, p. 1-15.

MORAES, M. Do ‘pesquisarcom’ ou de tecer e destecer fronteiras. In: **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Recurso eletrônico. Vitória: EDUFES, 2014, p. 131-138.

MORAES, M.; BERNARDES, A. Apresentação. In: **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Recurso eletrônico. Vitória: EDUFES, 2014, p. 7-14.

NASCIMENTO, L. C.; SANTOS, V.; ADAD, S. Infâncias ingovernáveis: aprendizagens e proteção social. In: FRANÇA, R. M. S.; COSTA, T. C M (Orgs.). **Questão social, direitos e políticas públicas na realidade brasileira contemporânea**. Teresina: EDUFPI, 2022, p. 317-338.

NASCIMENTO, L.C.P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, João W. **Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois**. Rio de Janeiro: Leya, 2011.

\_\_\_\_\_. Temas em Direitos Sexuais e Reprodutivos. **10ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro**. 27 de agosto de 2016. Notas evento. Universidade Veiga de Almeida.

NEWHOOK, J. T. et al. A critical commentary on follow-up studies and “desistance” theories about transgender and gender-nonconforming children. **International Journal of Transgenderism**. v. 19. n. 2, 2018, p. 212-224.

OLIVEIRA, M. R. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Salvador: Devires, 2020.

OYĚWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução de wanderson flor do nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PANTUFFI, L. A.; BERBERIAN, T. P. De Carlos a Meyre: reflexões a partir da história de uma criança transgênera e suas relações com o sistema de garantia de direitos. In: VILA NOVA, A (Org.). **Serviço Social e psicologia no judiciário: perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 2022, p. 21-46.

PAUER, A. Nossas crianças trans existem. **Instagram: @agatapauer**. 19 de junho de 2022. Disponível em: < [https://www.instagram.com/p/Ce\\_gQixL5KZ/](https://www.instagram.com/p/Ce_gQixL5KZ/)>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

PAULON, S. M. A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, 2005, p. 18-25.

PEÇANHA, L. B. M.; MONTEIRO, A. A.; JESUS, J. G. Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.], v. 6, n. 19, 2023, p. 90-104.

PEÇANHA, L. Ensaio sobre transmasculinidades negras: desafios e inquietações. In: SANTANA, B; PEÇANHA, L. M. B.; CONCEIÇÃO, V. G, (Orgs.). **Transmasculinidades negras: Narrativas plurais em primeira pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021, p. 133-140.

\_\_\_\_\_. Transfeminismo das transmasculinidades. **Curso de Transfeminismo das transmasculinidades**. Fevereiro de 2024. Notas de Aula. Espaço Brava.

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 3, 2022, p. 1-24.

PRECIADO, P. B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

\_\_\_\_\_. Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino. Tradução de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, 2019, p. 1-5.

\_\_\_\_\_. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas**. Tradução de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

\_\_\_\_\_. Carta aos nove ativistas: Pós-fácio. In: \_\_\_\_\_. **Dysphoria mundi: O som do mundo desmoronando**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Tradução de Jones de Freitas, 2007. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

RIBEIRO, T. **Só um cara trans**, Rio de Janeiro, jun. 2024. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/1FojxZzpgRJqtqFjBIR2s0>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 46.525 de 13 de dezembro de 2018**. Secretaria De Estado De Educação. Aprova o Regimento Interno do Departamento Geral De Ações Socioeducativas – DEGASE e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2018.

RODRIGUES, E. **Montagem**: por uma escrita em educação. 2020. 524 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2020.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

\_\_\_\_\_. Pensamento, corpo e devir - Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo, v.1, n. 2, 1993, p. 241- 251.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex. Tradução Jamille Pinheiro Dias. In: **Políticas do sexo**, São Paulo, Ubu, 2017.

SANTANA, B. S. Pensando as Transmasculinidades Negras. In: RESTIER, H.; SOUZA, R. M (Orgs.). **Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019, p. 95- 103.

\_\_\_\_\_. Trans-parto. In: SANTANA, B. S.; PEÇANHA, L. M. B.; CONCEIÇÃO, V. G (Orgs.). **Transmasculinidades negras**: Narrativas plurais em primeira pessoa. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021a, p. 35 - 37.

\_\_\_\_\_. Não sou cis!. **Instagram @bruno.santana27**. Fotografia @ricardokonka. 22 de janeiro de 2021b. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CKXnuRPlj8I/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2024.

SOUZA, E. L. L. Caetano, Gil...chegaram aos 80 anos. **Facebook @eltonluiz**. 08 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=3986735908217214>>. Acesso em 09 de agosto de 2022.

STONA, J.; CARRION, F. **O cis no divã**. Salvador: Devires, 2021

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., e MOUTINHO, L.(Orgs.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: FAVERO, S. **Crianças Trans**. Salvador: Devires, 2020, p. 9-11.

VICENTE, G. C.; BRANDI, C. C. Direitos reprodutivos e sexuais em foco: Experiências de boycetas em atendimento ginecológico. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 7, n. 3, 2021, p. 229–245.

VIEIRA, A. Sobre ser Transmasculine. **Instagram: @doutorintersexo**. 3 de março de 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C4DXTxuuAMB/>>. Acesso em: 04 de março de 2024.

YORK, S. W. Discurso ao receber a medalha Chiquinha Gonzaga. **Sessão solene em homenagem ao Dia Internacional de Luta das Mulheres**. 16 de março de 2023. Notas evento. Câmara de Vereadoras/es do Rio de Janeiro.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.28, n.3, 2020, p. 1-11.

YORK, S. W. ; CAYMMI, M. S; PETRONILIO, P. **Programa Travesti: CPI do gênero de 280 crianças e adolescentes**. TV 247, 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FjJ2SP4TDqk>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.